

PROSPECTO DEFINITIVO DE OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,  
DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, DA 9ª EMISSÃO DA



**OI S.A.**

(nova denominação da Brasil Telecom S.A.)

Companhia Aberta - CVM nº 11321  
CNPJ nº 76.535.764/0001-43 - NIRE 33.3.0029520-8  
Rua General Polidório, nº 99, 5º andar, Rio de Janeiro - RJ

**R\$ 2.000.000.000,00**

200.000 Debêntures

Classificação de Risco Moody's Investor Service: "Aaa.br"

Classificação de Risco Standard & Poor's: "brAAA"

Código ISIN das Debêntures da 1ª Série: BRBRTODBS075

Código ISIN das Debêntures da 2ª Série: BRBRTODBS083

A OI S.A. (nova denominação da Brasil Telecom S.A.) ("Companhia" ou "Emissora") está realizando uma oferta pública de distribuição de 200.000 (duzentas mil) debêntures nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, da 9ª emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o montante total de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) na data de emissão, qual seja, 15 de março de 2012 ("Debêntures"), sob a coordenação do BANCO ITAÚ BBA S.A. ("Itaú BBA", ou "Coordenador Líder"), do BB - BANCO DE INVESTIMENTO S.A. ("BB-BI") e do BANCO BRADESCO BBI S.A. ("Bradesco BBI"), e, em conjunto com o Coordenador Líder e o BB-BI, "Coordenadores", nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta").

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (a) por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos e do SND - Módulo Nacional de Debêntures, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) por meio do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos e do BOVESPAFIX (este último ambiente de negociação de ativos), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.

A quantidade de Debêntures poderia ser aumentada, exclusivamente na data da conclusão do Procedimento de Bookbuilding (conforme definido abaixo), a critério da Emissora, com a prévia concordância dos Coordenadores, em razão da demanda apurada no referido Procedimento de Bookbuilding (conforme definido abaixo) (i) em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente oferecida ("Debêntures Adicionais"), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400 ("Opção de Debêntures Adicionais"); e (ii) em até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente oferecida ("Debêntures do Lote Suplementar"), nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400/03 ("Opção de Lote Suplementar"), o que não ocorreu. As Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares teriam as mesmas características das Debêntures originalmente ofertadas.

A emissão das Debêntures e a Oferta são realizadas com base na deliberação da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 06 de fevereiro de 2012, cuja ata foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ"), e no jornal Valor Econômico em 16 de fevereiro de 2012, e arquivada na JUCERJA sob o nº 00002293102 em 14 de fevereiro de 2012.

A emissão das Debêntures é regulada pelo "Instrumento Particular de Escritura da 9ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública da Brasil Telecom S.A." ("Escritura de Emissão"), celebrada entre a Emissora e a Planner Trustee DTVM Ltda. ("Agente Fiduciário") representando, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão ("Debenturistas"), em 07 de fevereiro de 2012. A Escritura de Emissão foi devidamente registrada na JUCERJA em 16 de fevereiro de 2012, sob o nº ED33000310-8/000. Este prospecto ("Prospecto") não deve, em qualquer circunstância, ser considerado recomendação de compra das Debêntures. Ao decidir por adquirir as Debêntures, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Emissora, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Debêntures.

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de telecomunicação.

Este Prospecto Definitivo deve ser lido em conjunto com as informações apresentadas no Formulário de Referência da Emissora, elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009. O Formulário de Referência, na sua versão nº 18, enviada dia 7 de março de 2012, encontra-se disponível para consulta nos sites da Emissora, [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br). Para informações detalhadas de acesso em cada um destes sites, ver seção "Informações Sobre a Oferta - Informações Complementares", na página 5 deste Prospecto.

OS INVESTIDORES DEVEM LER AS SEÇÕES "4. FATORES DE RISCO" E "5. RISCOS DE MERCADO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CUJO CAMINHO PARA ACESSO ESTÁ INDICADO NO ITEM "DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO POR REFERÊNCIA", NA PÁGINA 7 DESTA PROPOSTA, E A SEÇÃO "FATORES DE RISCO", INICIADA NA PÁGINA 89 DESTA PROPOSTA, PARA CIÊNCIA DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS COM RELAÇÃO AO INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES.

A Oferta foi registrada pela CVM em 14 de março de 2012, sob o nº CVM/SRE/DEB/2012/007 para as Debêntures da Primeira Série e sob o nº CVM/SRE/DEB/2012/008 para as Debêntures da Segunda Série.

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA EMISSORA, BEM COMO SOBRE DAS DEBÊNTURES A SEREM DISTRIBUÍDAS.



"A(o) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBIMA, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos."

COORDENADORES



COORDENADOR LÍDER

A data deste Prospecto Definitivo é 14 de março de 2012



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>3</b>
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA .....	5
DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO DEFINITIVO POR REFERÊNCIA .....	7
GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS E DEFINIÇÕES .....	9
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO .....	13
<b>2. SUMÁRIO DA EMISSORA .....</b>	<b>15</b>
SUMÁRIO DA EMISSORA .....	17
BREVE HISTÓRICO .....	17
VISÃO GLOBAL.....	17
ÁREA DE ATUAÇÃO .....	18
ESTRUTURA SOCIETÁRIA .....	19
PONTOS FORTES E VANTAGENS COMPETITIVAS .....	21
PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS .....	22
PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À EMISSORA .....	23
SUMÁRIO FINANCEIRO OPERACIONAL DA EMISSORA .....	26
REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA, RESUMO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PRO FORMA E CAPITALIZAÇÃO PRO FORMA .....	27
EVENTOS SUBSEQUENTES ÀS ÚLTIMAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DIVULGADAS PELA EMISSORA .....	30
EMISSIONES DE DEBÊNTURES FEITAS PELA EMISSORA, SOCIEDADE COLIGADA, CONTROLADA, CONTROLADORA OU INTEGRANTE DO MESMO GRUPO DA EMISSORA EM QUE O AGENTE FIDUCIÁRIO TENHA ATUADO COMO AGENTE FIDUCIÁRIO .....	31
<b>3. RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA.....</b>	<b>33</b>
RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA .....	35
<b>4. IDENTIFICAÇÃO DA EMISSORA, DOS COORDENADORES, DO AGENTE FIDUCIÁRIO, DO CONSULTOR JURÍDICO E DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....</b>	<b>45</b>
DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 .....	48
APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES DA OFERTA .....	49
BANCO ITAÚ BBA S.A. ....	49
BANCO BRADESCO BBI S.A. ....	50
BB - BANCO DE INVESTIMENTO S.A. ....	51
<b>5. INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA.....</b>	<b>55</b>
Composição Atual do Capital Social .....	57
<b>Características da Oferta .....</b>	<b>57</b>
Autorizações Societárias .....	57
Colocação .....	57
Coleta de Intenções de Investimento (“Bookbuilding”) .....	57
Prazo de Subscrição .....	58
Forma de Subscrição .....	58
Forma e Preço de Integralização .....	58
Negociação .....	58
<b>Características das Debêntures.....</b>	<b>58</b>
Número da Emissão .....	58
Valor Total da Emissão.....	58
Quantidade .....	59
Valor Nominal .....	59
Séries.....	59
Forma.....	59
Conversibilidade .....	59
Espécie.....	59
Data de Emissão.....	59
Prazo e Data de Vencimento .....	59
Amortização.....	60
Remuneração .....	60
Período de Capitalização das Debêntures .....	65
Repactuação .....	65
Resgate Antecipado Facultativo .....	65
Oferta de Resgate Antecipado.....	66
Aquisição Facultativa.....	67
Encargos Moratórios .....	68



Decadência dos Direitos aos Acréscimos .....	68
Local de Pagamento.....	68
Prorrogação dos Prazos.....	68
Imunidade Tributária .....	68
Vencimento Antecipado.....	68
Publicidade .....	72
Assembleia Geral de Debenturistas .....	72
Convocação.....	72
Instalação .....	72
Deliberações.....	73
Representantes Legais.....	73
Comparecimento do Agente Fiduciário .....	73
Aplicação da Lei das Sociedades por Ações .....	73
<b>Contrato de Distribuição .....</b>	<b>73</b>
Regime de Colocação .....	73
Plano da Oferta .....	74
Público Alvo da Oferta .....	74
Pessoas Vinculadas .....	74
Estabilização de Preços e Garantia de Liquidez.....	74
Inadequação da Oferta a Certos Investidores .....	74
Manifestação de Aceitação à Oferta .....	74
Manifestação de Revogação da Aceitação à Oferta .....	74
Modificação da Oferta .....	75
Suspensão da Oferta.....	75
Cancelamento ou Revogação da Oferta .....	76
<b>Operações Vinculadas à Oferta .....</b>	<b>76</b>
CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA .....	77
<b>DEMONSTRATIVO DE CUSTOS DA OFERTA.....</b>	<b>78</b>
CUSTO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO .....	78
<b>RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E OS COORDENADORES .....</b>	<b>79</b>
IDENTIFICAÇÃO DOS COORDENADORES .....	79
RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E O COORDENADOR LÍDER .....	79
RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E O BRADESCO BBI .....	80
RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E O BB-BI .....	81
<b>OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA .....</b>	<b>83</b>
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS.....	84
CAPACIDADE DE PAGAMENTO DA EMISSORA .....	85
CAPITALIZAÇÃO.....	86
<b>6. FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA .....</b>	<b>89</b>
<b>7. ANEXOS.....</b>	<b>95</b>
<b>Estatuto Social da Emissora.....</b>	<b>97</b>
<b>Deliberações Societárias Sobre a Emissão e a Oferta.....</b>	<b>111</b>
<b>Escritura de Emissão e Aditamentos .....</b>	<b>117</b>
<b>Relatórios de Classificação de Risco das Debêntures .....</b>	<b>187</b>
<b>Declaração da Emissora, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400.....</b>	<b>199</b>
<b>Declaração da Emissora, para fins do Anexo II, item nº 11, da instrução CVM 400.....</b>	<b>203</b>
<b>Declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400.....</b>	<b>207</b>
<b>Informações Financeiras Pro Forma Referente ao Balanço Patrimonial Levantado em 30 de Setembro de 2011 e às Demonstrações dos Resultados Referentes ao Período de Nove Meses Findo em 30 de Setembro de 2011 e ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e Relatório de Asseguração Limitada dos Auditores Independentes.....</b>	<b>211</b>



## **1. INTRODUÇÃO**

---



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA

<b>Identificação da Emissora</b>	A Emissora é constituída sob a forma de sociedade por ações, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.535.764/0001-43, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.30029520-8 e registro de companhia aberta perante a CVM sob o nº 01132-2.
<b>Sede</b>	A sede social da Emissora está localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Polidoro, 99 - 5º andar, CEP 22.280-004.
<b>Diretoria de Finanças e Relações com Investidores</b>	A Diretoria de Finanças e Relações com Investidores da Emissora localiza-se na sede da Companhia. O Sr. Bayard de Paoli Gontijo é o responsável por esta Diretoria e pode ser contatado por meio do telefone (55 21) 3131-2183, fac-símile (55 21) 3131-1383 e endereço de correio eletrônico bayard.gontijo@oi.net.br.
<b>Auditores Independentes da Emissora</b>	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
<b>Atendimento aos Debenturistas</b>	O atendimento aos Debenturistas é feito pelo Gerente de Relações com Investidores da Companhia, o Sr. Marcelo Augusto Salgado Ferreira, na sede da Companhia, por meio do telefone (55 21) 3131-1314, fac-símile (55 21) 3131-1383 e endereço de correio eletrônico marcelo.asferreira@oi.net.br.
<b>Jornais nos quais divulga informações</b>	As informações sociais referentes à Companhia são divulgadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Valor Econômico".
<b>Website</b>	O <i>website</i> da Emissora está disponível no endereço <a href="http://www.oi.com.br/ri">http://www.oi.com.br/ri</a> .  As informações constantes do <i>website</i> da Emissora não são parte integrante deste Prospecto Definitivo, nem se encontram incorporadas por referência a este.
<b>Informações Adicionais</b>	Quaisquer informações complementares sobre a Emissora e a Oferta poderão ser obtidas junto à Companhia em seu endereço de atendimento aos acionistas e em seu <i>website</i> , bem como junto aos Coordenadores e à CVM, nos endereços abaixo:  <u>Banco Itaú BBA S.A.</u> Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 3º ao 8º andar Itaim Bibi – São Paulo, SP  <u>Banco Bradesco BBI S.A.</u> Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar



	<p>Cerqueira César – São Paulo, SP</p> <p><u>BB - Banco de Investimento S.A.</u> Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar Rio de Janeiro, RJ</p> <p><u>Comissão de Valores Mobiliários</u> Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar Centro – Rio de Janeiro, RJ</p> <p>ou Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares Bela Vista – São Paulo, SP</p>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



## DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO DEFINITIVO POR REFERÊNCIA

Os seguintes documentos e as informações neles contidas ficam expressamente incorporados a este Prospecto Definitivo como se dele constassem para todos os efeitos legais e regulamentares:

<i>Documento</i>	<i>Endereço Eletrônico</i>
Formulário Cadastral da Emissora	<b>CVM</b> <i>www.cvm.gov.br</i> – no item “Cias Abertas e Estrangeiras”, selecionar subitem “ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras Informações”. No link, digitar “Brasil Telecom” e clicar em “Continuar”. Em seguida, clicar em “BRASIL TELECOM S/A” e selecionar “Formulário Cadastral”. Acessar <i>download</i> com a data mais recente.
Formulário de Referência da Emissora	<b>CVM</b> <i>www.cvm.gov.br</i> – no item “Cias Abertas e Estrangeiras”, selecionar subitem “ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras Informações”. No link, digitar “Brasil Telecom S/A” e clicar em “Continuar”. Em seguida, clicar em “Brasil Telecom S/A” e selecionar “Formulário de Referência”. Acessar <i>download</i> da versão nº 18.0. <b>ANBIMA</b> <a href="http://cop.anbid.com.br/webpublic/OfferList.aspx">http://cop.anbid.com.br/webpublic/OfferList.aspx</a> - Na barra da esquerda da tela que se abrir, clicar no item “Acompanhar Análise de Ofertas”. Em seguida, clicar na opção “Brasil Telecom S.A.” e, por fim, no item “Documentação” acessar “FR_V18_07.03.2012_BrasilTelecom S.A.pdf”.
Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009	<b>CVM</b> <i>www.cvm.gov.br</i> - no item “Cias Abertas e Estrangeiras”, selecionar subitem “ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras Informações”. No link, digitar “Brasil Telecom S/A” e clicar em “Continuar”. Em seguida, clicar em “BRASIL TELECOM S/A” e selecionar “Dados Econômico-Financeiros”. Acessar <i>download</i> das demonstrações financeiras desejadas.
Demonstrações Financeiras da Tele Norte Leste Participações S.A. relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009	<b>CVM</b> <i>www.cvm.gov.br</i> - no item “Cias Abertas e Estrangeiras”, selecionar subitem “ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras Informações”. No link, digitar “Brasil Telecom S/A” e clicar em “Continuar”. Em seguida, clicar em “TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES SA” e selecionar “Dados Econômico-Financeiros”. Acessar <i>download</i> das demonstrações financeiras desejadas.
Informações Trimestrais da Emissora relativas aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2011 e de 2010	<b>CVM</b> <i>www.cvm.gov.br</i> - no item “Cias Abertas e Estrangeiras”, selecionar subitem “ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras Informações”. No link, digitar “Brasil Telecom S/A” e clicar em “Continuar”. Em seguida, clicar em “BRASIL TELECOM S/A” e selecionar “ITR”. Acessar <i>download</i> com a data desejada.
Informações Trimestrais da Tele Norte Leste Participações S.A. relativas aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2011 e de 2010	<b>CVM</b> <i>www.cvm.gov.br</i> - no item “Cias Abertas e Estrangeiras”, selecionar subitem “ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras Informações”. No link, digitar “Brasil Telecom S/A” e clicar em “Continuar”. Em seguida, clicar em “TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES SA” e selecionar “ITR”. Acessar <i>download</i> com a data desejada.





(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS E DEFINIÇÕES

*Para os fins deste Prospecto Definitivo, os termos indicados abaixo devem ter o significado a eles atribuído nesta seção, salvo se definido de forma diversa neste Prospecto Definitivo.*

<b>Agente Fiduciário</b>	Planner Trustee DTVM LTDA.
<b>ANBID</b>	Associação Nacional de Bancos de Investimento.
<b>ANBIMA</b>	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, decorrente do processo de fusão entre a ANBID e ANDIMA.
<b>ANDIMA</b>	Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro.
<b>ANATEL</b>	Agência Nacional de Telecomunicações.
<b>Anúncio de Encerramento</b>	Anúncio de encerramento da Oferta.
<b>Anúncio de Início</b>	Anúncio de início da Oferta.
<b>Assembleia Geral</b>	Assembleia geral de Debenturistas, à qual se aplica o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.
<b>Aviso ao Mercado</b>	Aviso de que trata o artigo 53 da Instrução CVM 400.
<b>Aviso aos Debenturistas</b>	Avisos a serem divulgados pela Emissora sobre todos os atos e decisões a serem tomados em decorrência da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas.
<b>BACEN</b>	Banco Central do Brasil.
<b>Banco Mandatário</b>	Itaú Unibanco S.A. ou qualquer outra instituição que venha a sucedê-lo na prestação dos seus serviços.
<b>BB-BI ou BB Investimentos</b>	BB – Banco de Investimento S.A.
<b>BM&amp;FBOVESPA</b>	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
<b>BOVESPAFIX</b>	Sistema de Negociação BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.
<b>Bradesco BBI</b>	Banco Bradesco BBI S.A.
<b>CETIP</b>	CETIP S.A. – Mercados Organizados.
<b>CFC</b>	Conselho Federal de Contabilidade.
<b>CMN</b>	Conselho Monetário Nacional.
<b>Código ANBIMA de Atividades Conveniadas</b>	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas, datado de 9 de junho de 2010.



<b>Código Civil</b>	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
<b>Código de Processo Civil</b>	Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada.
<b>Contrato de Distribuição</b>	Instrumento Particular de Contrato de Estruturação, Coordenação, Distribuição Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, sob o Regime de Garantia Firme, da 9ª Emissão da Oi S.A. (nova denominação da Brasil Telecom S.A.).
<b>Contribuição Social</b>	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.
<b>Convênio CVM-ANBIMA</b>	Convênio CVM/ANBIMA de Procedimento Simplificado para o Registro de Ofertas Públicas, Regulado pela Instrução CVM 471, celebrado entre a CVM e a ANBIMA em 20 de agosto de 2008, conforme alterado.
<b>Coordenadores</b>	Em conjunto, Itaú BBA, Bradesco BBI e BB-BI.
<b>CVM</b>	Comissão de Valores Mobiliários.
<b>Data de Emissão</b>	15 de março de 2012.
<b>Data de Vencimento</b>	15 de março de 2017 para as Debêntures da Primeira Série (" <u>Data de Vencimento da Primeira Série</u> "), e 15 de março de 2020 para as Debêntures da Segunda Série (" <u>Data de Vencimento da Segunda Série</u> " e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série, " <u>Data de Vencimento</u> ").
<b>DDA</b>	Sistema de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.
<b>Debêntures</b>	Debêntures nominativas e escriturais, simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da 9ª emissão da Companhia.
<b>Dia(s) Útil(eis)</b>	Qualquer dia, exceção feitas aos sábados, domingos e feriados nacionais.
<b>Emissão ou Oferta</b>	Distribuição pública, em regime de garantia firme de colocação, das Debêntures.
<b>Escritura de Emissão</b>	Instrumento Particular de Escritura da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, Para Distribuição Pública, da Brasil Telecom S.A.
<b>Evento de Inadimplemento</b>	Cada um dos eventos descritos no item 6.22 da Escritura de Emissão e na página 140 deste Prospecto.
<b>FGV</b>	Fundação Getúlio Vargas.



<b>Governo Federal</b>	Governo da República Federativa do Brasil.
<b>Itaú BBA ou Coordenador Líder</b>	Banco Itaú BBA S.A.
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
<b>IBRACON</b>	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
<b>IGP-M</b>	Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela FGV.
<b>IFRS</b>	<i>International Financial Reporting Standards</i> , ou Normas Internacionais de Relatórios Financeiros, emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.
<b>Instituição Esrituradora</b>	Itaú Corretora de Valores S.A. ou qualquer outra instituição que venha a sucedê-lo na prestação dos seus serviços.
<b>Instrução CVM 400</b>	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 409</b>	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 471</b>	Instrução CVM nº 471, de 08 de agosto de 2008.
<b>Instrução CVM 476</b>	Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 480</b>	Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
<b>IPCA</b>	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo IBGE.
<b>JUCERJA</b>	Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
<b>Lei das Sociedades por Ações</b>	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
<b>Pessoas Vinculadas</b>	Em conjunto, (i) acionistas, controladores ou administradores da Emissora; (ii) controladores ou administradores de quaisquer dos Coordenadores; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nas alíneas (i) a (iii) acima.
<b>Práticas Contábeis Adotadas no Brasil</b>	Práticas contábeis adotadas no Brasil emanadas da legislação societária brasileira e normas complementares adotadas pela CVM, pronunciamentos técnicos emitidos pelo IBRACON, resoluções do CFC, bem como pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC vigentes à época das referidas demonstrações financeiras.
<b>Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento ou Procedimento de <i>Bookbuilding</i></b>	Procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas



	<p>Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros, a ser realizado conforme descrito no item 5.2 da Escritura de Emissão. Para mais informações sobre o Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, vide seção “Informações Relativas à Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Procedimento de <i>Bookbuilding</i> (Coleta de Intenções de Investimento)”, na página 57 deste Prospecto Definitivo.</p>
<b>Prospecto ou Prospecto Definitivo</b>	<p>Este Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Em Duas Séries, da 9ª Emissão da Oi S.A. (nova denominação da Brasil Telecom S.A.).</p>
<b>Prospecto Preliminar</b>	<p>Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Em Até Duas Séries, da 9ª Emissão da Oi S.A. (nova denominação da Brasil Telecom S.A.).</p>
<b>RCA da Emissão</b>	<p>Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 06 de fevereiro de 2012.</p>
<b>Região I</b>	<p>Área geográfica que inclui 16 estados localizados na região nordeste e parte da região norte e sudeste do Brasil.</p>
<b>Região II</b>	<p>Área geográfica correspondente ao Distrito Federal e aos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Rondônia e Acre.</p>
<b>SDT</b>	<p>SDT – Módulo de Distribuição de Títulos.</p>
<b>SND</b>	<p>SND – Módulo Nacional de Debêntures.</p>
<b>Taxa DI Over</b>	<p>Taxa média diária dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, <i>over</i> extragrupo, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<a href="http://www.cetip.com.br">http://www.cetip.com.br</a>).</p>
<b>Valor Nominal Unitário</b>	<p>Valor nominal unitário das Debêntures, que é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão.</p>



## CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto inclui estimativas e declarações acerca do futuro, inclusive nas seções “Fatores de Risco” e “Sumário da Emissora”, nas páginas 89 e 15, respectivamente, deste Prospecto, e no Formulário de Referência.

As estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, nas expectativas atuais, estimativas das projeções futuras e tendências que afetam ou podem potencialmente vir a afetar a Emissora. Embora acredite que essas estimativas e declarações futuras estão baseadas em premissas razoáveis, essas estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições e são feitas com base nas informações de que a Emissora atualmente dispõe.

As estimativas e declarações futuras podem ser influenciadas por diversos fatores, incluindo, exemplificativamente:

- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas ou ambiente regulatório no Brasil;
- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, taxas de juros, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional e confiança do consumidor;
- fatores ou tendências que podem afetar os negócios da Emissora, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados de suas operações; implementação das principais estratégias da Emissora;
- capacidade de contratar novos financiamentos e executar o plano de negócios da Emissora; e outros fatores de risco apresentados na seção “Fatores de Risco” deste Prospecto e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência.

As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que a Emissora não pode assegurar que atualizará ou revisará quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Essas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem em qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras, constantes neste Prospecto.

Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto podem não vir a ocorrer e, ainda, os resultados futuros e o desempenho da Emissora podem diferir substancialmente daqueles previstos nas estimativas em razão, inclusive dos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## **2. SUMÁRIO DA EMISSORA**

---





(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## SUMÁRIO DA EMISSORA

*Este sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir nas Debêntures. Antes de tomar uma decisão de investimento, o investidor deve ler cuidadosamente este Prospecto e o Formulário de Referência para uma melhor compreensão das atividades da Emissora, incluindo as informações contidas na seção “Fatores de Risco” na página 89 deste Prospecto e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado”, do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto, cujo caminho para acesso está indicado na seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto Definitivo por Referência”, na página 7 deste Prospecto, assim como as demonstrações financeiras da Emissora e suas respectivas notas explicativas incorporadas por referência a este Prospecto. Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Debêntures.*

**ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA EMISSORA E TODAS AS INFORMAÇÕES AQUI CONTIDAS SÃO CONSISTENTES COM O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA EMISSORA. AS INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE A EMISSORA ESTÃO EM SEU FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA. LEIA-O ANTES DE ACEITAR A OFERTA.**

### BREVE HISTÓRICO

A Oi S.A. (nova denominação da Brasil Telecom S.A.) foi criada em 27 de novembro de 1963 sob a denominação social de Companhia de Telecomunicações do Paraná S.A. – TELEPAR (“TELEPAR”), posteriormente denominada de Telecomunicações do Paraná S.A.

Em 2000 a TELEPAR, incorporou as seguintes empresas: Telecomunicações do Acre S.A., Telecomunicações de Rondônia S.A., Telecomunicações do Mato Grosso S.A., Telecomunicações do Mato Grosso do Sul S.A., Telecomunicações de Goiás S.A., Telecomunicações de Brasília S.A., Telecomunicações de Santa Catarina S.A. e Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência - CTMR.

A Oi S.A. (nova denominação da Brasil Telecom S.A.) tem como objeto social a exploração de serviços de telecomunicações e atividades necessárias, ou úteis à execução desses serviços, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhe forem outorgadas. Na consecução de seu objeto, a Companhia poderá incorporar ao seu patrimônio bens e direitos de terceiros, bem como: (i) participar do capital de outras empresas, visando ao cumprimento da política nacional de telecomunicações; (ii) constituir subsidiárias integrais para execução de atividades compreendidas no seu objeto e que se recomende sejam descentralizadas; (iii) promover a importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto; (iv) prestar serviços de assistência técnica a empresas de telecomunicações, executando atividades de interesse comum; (v) efetuar atividades de estudos e pesquisas visando ao desenvolvimento do setor de telecomunicações; (vi) celebrar contratos e convênios com outras empresas exploradoras de serviços de telecomunicações ou quaisquer pessoas ou entidades, objetivando a assegurar a operação dos serviços, sem prejuízo das suas atribuições e responsabilidades; e (vii) exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

### VISÃO GLOBAL

A Companhia é a maior fornecedora de serviços integrados de telecomunicações na Região II do Brasil, com base em informações sobre o número total de linhas fixas em serviço e assinantes de telefonia móvel em 31 de dezembro de 2010, disponíveis na ANATEL. A Companhia oferece um leque de produtos de comunicações integrado que inclui telefonia fixa, móvel, transmissão de dados (inclusive banda larga), provedoras de serviços de internet (*Internet Service Provider*), ou ISP, e outros serviços, para clientes residenciais, empresas de pequeno, médio e grande porte, e órgãos governamentais.

De acordo com o IBGE, a Região II, composta pelo Distrito Federal e mais nove estados da região oeste, central e sul do Brasil, possuía uma população combinada de, aproximadamente, 45,1 milhões, conforme dados do Censo para 2010 divulgados pelo IBGE, representando 23,7% da população brasileira e, aproximadamente 27,4% do produto interno bruto, ou PIB, brasileiro de 2009 (informação disponível mais recente).

Em 2010, a Companhia registrou receita operacional líquida de R\$10.263 milhões, o lucro operacional antes do resultado financeiro (despesas) e os impostos representaram R\$2.459 milhões, o lucro líquido foi de R\$ 1.971 milhões e EBITDA de R\$3.516 milhões. Durante o período de nove meses, encerrado em 30 setembro de 2011, a Companhia registrou receita operacional líquida de R\$ 7.007, o lucro operacional antes do resultado financeiro (despesas) e impostos registrou R\$1.303 milhões e o lucro líquido foi de R\$865 milhões. A Companhia apresentou um EBITDA de R\$2.087 acumulado no período de 12 meses encerrado em 30 de setembro de 2011.



Segundo informações disponibilizadas pela ANATEL, a Companhia é uma das maiores empresas de telefonia fixa da América do Sul, em relação ao número total de linhas em serviço, com base em dados de 31 dezembro de 2010, sendo a principal fornecedora de linha fixa de serviços de telecomunicações na Região II, com 6,9 milhões de linhas fixas em serviço em 30 de setembro de 2011, o que representa uma quota de mercado estimada de 68,9% do total de linhas fixas em serviço nesta região, em 30 de junho de 2011 (período mais recente para o qual tal informação está disponível).

A Companhia oferece, ainda, uma variedade de serviços de alta velocidade de transmissão de dados, incluindo serviços oferecidos por nossas subsidiárias BrT Serviços de Internet S.A. e a Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. Além disso, a Companhia opera um sistema de cabo de fibra óptica que liga os Estados Unidos, Bermuda, Brasil, Venezuela e Colômbia através de suas subsidiárias Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda., Brasil Telecom Subsea Cable System (Bermuda) Ltd., Brasil Telecom of America Inc. e Brasil Telecom de Venezuela S.A. Os nossos serviços de banda larga, cuja tecnologia é comercializada na Região II sob a marca "Oi Velox", possuía 2 milhões de assinantes em 30 de setembro de 2011, representando 29,2% de linhas fixas em serviço da Companhia.

Através de sua subsidiária 14 Brasil Telecom Celular S.A., a Companhia oferece serviços de telecomunicações móveis na Região II, com 8,1 milhões de assinantes em 30 de setembro de 2011, o que corresponde a uma parcela de mercado estimada de 14,2% do número total de assinantes de telefonia móvel na Região II, com base em informações disponíveis da ANATEL. O segmento de serviços móveis geraram receita operacional líquida de R\$1.453 milhões e R\$1.937 milhões para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2011 e para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, respectivamente.

#### ÁREA DE ATUAÇÃO

As autorizações e concessões que a Companhia recebeu do Governo Federal permitem a prestação de:

- serviços de telefonia fixa na Região II;
- serviços de telecomunicação de longa distância provenientes da Região II;
- serviços de telefonia móvel na Região II; e
- serviços de transmissão de dados em todo o Brasil.

A Região II abrange uma área de, aproximadamente, 2,9 milhões de quilômetros quadrados, que representa, aproximadamente, 33,5% do território brasileiro. Em 2009, a renda per capita média anual gira em torno de R\$19.698 oscilando de R\$10.687 no Acre e R\$50.438 no Distrito Federal. (Aproximação, considerando o PIB de 2009 e os dados populacionais de 2010).

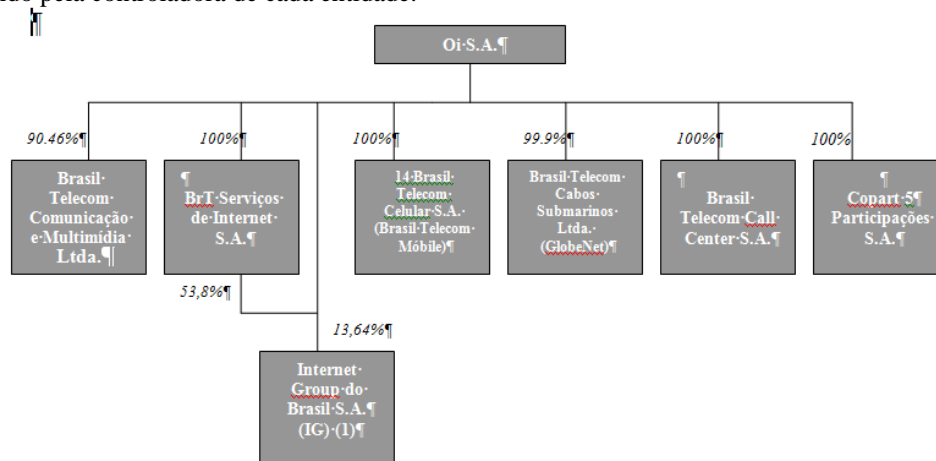
O gráfico abaixo demonstra a localização da Região II, área de atuação da Companhia:





## ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O gráfico a seguir apresenta a estrutura societária da companhia e as suas principais subsidiárias em 30 de setembro de 2011. Os percentuais representam a porcentagem do capital com direito à voto e o total de capital social detido pela controladora de cada entidade.



(1) Controle total de 67,4% representado por 53,8% do capital social da Internet Group do Brasil S.A., detido diretamente pela BrT Serviços de Internet S.A. e 13,6% detido pela Oi S.A. (nova denominação da Brasil Telecom S.A.)

### Controladores diretos e indiretos da Companhia em 30 de setembro de 2011\*

A Companhia é controlada diretamente pela Coari Participações S.A. (“Coari”), empresa holding que detém participação em empresas coligadas da Companhia como: a Oi Serviços Financeiros S.A.

A Coari Participações S.A, por sua vez é controlada pela Telemar Norte Leste S.A. (“TMAR”), detentora de 100% das ações ordinárias de sua emissão.

A TMAR é controlada diretamente pela Tele Norte Leste Participações S.A. (“TNL”), empresa holding do Grupo Oi que detém participação em empresas coligadas da TMAR. como: TNL Trading S.A.; TNL.Net Participações S.A. e TNL Exchange S.A.

Adicionalmente, a TMAR. tem como acionistas a Bratel Brasil S.A, a Luxemburgo Participações S.A. e a LF Tel S.A.

A TMAR é companhia aberta, constituída em 28 de novembro de 1956, que tem por objeto a exploração de serviços de telecomunicações e atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhe forem outorgadas.

A TNL, por sua vez é controlada pela Telemar Participações S.A. (“TelemarPart”), detentora direta e indiretamente de 55,51% das suas ações ordinárias. Do total de ações do capital social da TelemarPart 76,31% das ações são negociadas em mercado.

A TNL é companhia aberta, constituída em 22 de maio de 1998, que tem por objeto, dentro outros, exercer o controle das sociedades exploradoras de serviços públicos de telefonia fixa na Região I.

A TelemarPart tem por objeto social a participação, direta ou indireta, no capital social da sociedade TNL e de outras sociedades, no país ou no exterior, podendo, inclusive, prestar serviços gerenciais e administrativos às empresas sob seu controle.

A TelemarPart tem como acionistas as seguintes empresas: AG Telecom Participações S.A, detentora de 12,90% das suas ações ordinárias; Luxemburgo Participações S.A, detentora de 6,45% das suas ações ordinárias; LF Tel S.A., detentora de 19,35% das suas ações ordinárias; Fundação Atlântico de Seguridade Social, detentora de 11,51% de suas ações ordinárias; BNDES Participações S.A., detentor de 13,08% das suas ações ordinárias e 93,33% das ações preferenciais; PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, detentora de 9,69% das suas ações ordinárias; FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais, detentora de 7,48% das suas ações ordinárias; PETROS – Fundação Petrobrás de Seguridade Social, detentor de 7,48% de suas ações ordinárias, Bratel Brasil S.A., detentora de 12,07% das suas ações ordinárias e ações em tesouraria correspondente a 0,002% das ações ordinárias.



#### ***Controladas diretas e indiretas da Companhia em 30 de setembro de 2011\****

##### ***14 Brasil Telecom Celular S.A. (“BrT Celular”)***

Subsidiária integral da BrT, opera desde o quarto trimestre de 2004 na prestação do SMP, tendo autorização para atender a Região II do Plano Geral de Outorgas.

##### ***BrT Serviços de Internet S.A. (“BrTI”)***

Subsidiária integral da BrT, que detém o controle da sociedade citada a seguir:

##### ***Internet Group do Brasil S.A. (“iG Brasil”)***

A iG Brasil tem sua operação baseada no provimento de acesso à internet, tanto discado quanto banda larga. Também provê serviços de valor agregado voltado para o mercado residencial e empresarial, incluindo o acelerador de conexão à internet. Além desses serviços, a iG Brasil também conta com a venda de espaço publicitário em seu portal.

##### ***IG Participações S.A. (“IG Part”)***

IG Cayman foi incorporada pela IG Part e a versão da integralidade do patrimônio da IG Cayman para a IG Part, que sucedeu aquela a título universal, em todos os seus bens, direitos e obrigações, deu-se a valor contábil, do patrimônio da IG Cayman para a IG Part, resultando em um acervo líquido negativo de R\$2.784.771,67 (dois milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, setecentos e setenta e um Reais e sessenta e sete centavos), o que acarretou redução do capital social da IG Part no referido montante, sem redução do número de ações ordinárias a serem atribuídas aos acionistas da IG Cayman.

##### ***Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda. (“BrT CS”)***

A BrT CS, em conjunto com suas controladas, Brasil Telecom Subsea Cable Systems (Bermudas) Ltd., Brasil Telecom of America Inc., Brasil Telecom de Venezuela S.A. e Brasil Telecom de Colômbia E.U., opera através de um sistema de cabos submarinos de fibra ótica, com pontos de conexão nos Estados Unidos, Ilhas Bermudas, Venezuela, Colômbia e Brasil, permitindo o tráfego de dados através de pacotes de serviços integrados, oferecidos a clientes corporativos nacionais e internacionais.

##### ***BrT Comunicação Multimídia Ltda. (“BrT Multimídia”)***

A BrT Multimídia é provedora de serviços de rede privada de telecomunicações através de redes digitais de fibra ótica de âmbito local em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, e rede de longa distância conectando esses centros comerciais metropolitanos. Atua em âmbito nacional através de acordos comerciais com outras empresas de telecomunicações para oferecer serviços para as demais regiões do Brasil. Também possui centros de soluções de internet em São Paulo, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Fortaleza, que oferecem serviços de “co-location”, “hosting” e demais serviços de valor agregado.

##### ***Brasil Telecom Call Center S.A. (“BrT Call Center”)***

A BrT Call Center atua na prestação de serviços de centrais de atendimento a terceiros, compreendendo as áreas de atendimento a clientes, telemarketing ativo e passivo e serviços de treinamento, suporte e consultoria e atividades afins. Sua atividade operacional teve início no mês de novembro de 2007, na prestação de serviços de “call center” à BrT e às suas sociedades controladas que demandam esse tipo de serviço. Anteriormente os serviços de “call center” eram realizados de forma terceirizada.

##### ***BrT Card Serviços Financeiros Ltda. (“BrT Card”)***

A BrT Card, constituída para prestar serviços de gerenciamento, controle e assessoria no desenvolvimento e venda de produtos e serviços financeiros. Na data de encerramento do exercício, a BrT Card possuía somente aplicações financeiras de liquidez imediata, originadas dos recursos da integralização de capital e não havia iniciado suas atividades operacionais.

\* A Reorganização Societária foi aprovada nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 27 de fevereiro de 2012 pelas Companhias Oi, de modo que a TMAR foi parcialmente cindida e teve suas ações incorporadas pela Coari. Por sua vez, a TNL e a Coari foram incorporadas pela Companhia, extinguindo-se naquela data e sendo sucedidas a título universal pela Companhia. Dessa forma, a Companhia passou a ser controlada diretamente pela Telemar Participações S.A., enquanto a TMAR tornou-se subsidiária integral da Companhia. Para mais informações sobre a Reorganização Societária, vide seção “Sumário da Emissora – Reorganização Societária”, na página 27 deste Prospecto Definitivo.



## PONTOS FORTES E VANTAGENS COMPETITIVAS

A Emissora possui os seguintes pontos fortes:

*Forte presença e participação de mercado em mercados relevantes.* A Companhia é a maior fornecedora de serviços integrados de telecomunicações na Região II do Brasil, segundo informações disponibilizadas pela ANATEL, em termos de linhas fixas em serviço e assinantes de telefonia móvel em 31 de dezembro de 2010. Em 30 de setembro 2011, a Companhia detinha uma participação de mercado estimada de 68,9% do total de linhas fixas em serviço na Região II e uma quota de mercado estimada de 14,2% do número total de assinantes de telefonia móvel na Região II, com base em informações disponíveis pela ANATEL. A Companhia acredita que sua rede fixa na Região II representa uma forte vantagem competitiva devido à sua grande escala e sua ampla cobertura. A Companhia fornece, ainda, serviços de telefonia móvel na região. A conexão do backbone, de amplitude nacional, aos Estados Unidos através de cabos submarinos internacionais representa uma vantagem competitiva na oferta de serviços de dados e voz para empresas de grande e médio porte.

*Forte reconhecimento da marca.* A Companhia opera sob a marca "Oi", que é a principal marca de sua atuação. Além disso, a Companhia opera um portal de internet através de sua subsidiária Internet Group do Brasil S.A., sob a marca "iG", que foi um dos maiores portais de internet no Brasil em termos de número de visitantes em 2010, com base em informações disponibilizadas pelo Ibope / NetRatings. A Companhia acredita que unificando sua marca sob uma marca uniforme contribuiu significativamente para a criação de uma identidade mais simples e universalmente reconhecida, resultando no prestígio da marca e permitindo alavancar a fidelidade dos clientes através de pacotes de serviços. A consolidação da sua marca tem contribuído para a expansão dos serviços de telecomunicações móveis na Região II, bem como o crescimento de suas linhas de negócio.

*Aquisição pela Telemar levando a uma posição mais forte no mercado, da situação financeira e geração de caixa.* O mercado de telecomunicações brasileiro passou por um processo de consolidação significativo nos últimos anos, resultando em quatro prestadores de serviços de telecomunicações de grande porte. A companhia acredita que a aquisição de seu controle pela Telemar, ocorrida em janeiro de 2009 forneceu a força financeira necessária para melhorar sua posição no mercado de telecomunicações brasileiro, o que também contribuiu com a redução de custos de escala e permitiu a expansão das suas ofertas de serviços para a Região II. Além disso, a aquisição pela Telemar permitiu fortalecer a sua posição competitiva no mercado de transmissão de dados como resultado da integração da rede de fibra óptica junto ao da Telemar, permitindo competir de forma mais agressiva no setor corporativo, e no mercado de serviços de longa distância, como resultado da integração de sua infra-estrutura de longa distância com a da Telemar.

*Ofertas de serviços integrados, levando a maior lealdade dos clientes.* A Companhia fornece seus serviços de telefonia fixa, telefonia móvel e serviços de banda larga em pacotes de serviços integrados, aproveitando a sua marca "Oi". A Companhia acredita que a oferta de pacotes de serviços integrados resulta em maior fidelização e, conseqüentemente, diminuição no índice médio de cancelamento da Emissora. Durante o período de nove meses encerrado em 30 setembro de 2011, o índice médio de cancelamento na base de clientes no segmento de serviços de telefonia móvel foi de 5,8% ao mês. O índice médio de cancelamento representa o número de assinantes cujos serviços foram desconectados durante cada mês, seja voluntariamente ou involuntariamente, dividido pelo número de assinantes no começo de cada respectivo mês.

*Equipe de gestão altamente qualificada, com experiência comprovada no setor de telecomunicações.* Os negócios da Companhia são geridos por um grupo de profissionais qualificados com larga experiência no setor de telecomunicações. A equipe de administradores tem ajudado a manter a posição da Companhia como provedora líder de serviços integrados de telecomunicações no Brasil. Além disso, eles têm melhorado a oferta de serviços através do crescimento interno que permite a Companhia competir mais eficazmente e continuar a expandir seus negócios.

## PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS

A Emissora está com sua atenção voltada para a maximização do valor para o acionista de forma sustentada, o aproveitamento de sinergias entre as empresas de seu grupo econômico, a observância de políticas de governança interna e externa e a integração dos três pilares da sustentabilidade empresarial (econômico, social e ambiental).

A Emissora, por tratar-se de empresa que atua em setor altamente regulado, desenhou sua estratégia de modo a contemplar, concomitantemente, a excelência em investimentos, a busca contínua de aumento de sua rentabilidade com atenção aos riscos, a gestão permanente de riscos, a eficiência operacional, a representatividade em fóruns institucionais relevantes e o cumprimento da legislação ambiental e da regulamentação setorial, estabelecidos no âmbito da ANATEL.

Considerando o disposto acima, são apresentados abaixo os principais objetivos estratégicos da Emissora:





*Manter o foco em convergência.* A convergência de mídia e serviços de telecomunicações é uma tendência geral no mercado de telecomunicações. A Companhia se concentra em seus clientes, oferecendo pacotes de serviços integrados projetados para atender as suas necessidades, integrando serviços de telefonia fixa, banda larga, móveis e outros. Além de sinergias potenciais, que podem levar a reduções nos custos operacionais e investimentos, acreditamos que nossa estratégia de convergência nos permite aumentar nossas vendas através de uma abordagem cross-selling, contribuindo para o aumento da receita média por cliente e diminuição dos custos de aquisição de clientes. A Companhia acredita, também, que a oferta de pacotes de serviços integrados pode resultar em maior fidelização e, conseqüentemente, uma diminuição em seu índice médio de cancelamento.

*Explorar novos mercados e negócios.* A Companhia trabalha para identificar novas oportunidades de negócios nos setores de telecomunicações e afins, incluindo internet, tecnologia da informação, e outros que acredita que irá criar sinergias com suas operações. Estas oportunidades podem aumentar nossas receitas e fortalecer sua posição de mercado nos mercados de telecomunicações brasileiro e internacional. A Companhia acredita que ser um provedor convergente é essencial para a sua estratégia de oferecer pacotes de serviços integrados, ampliando os benefícios aos seus clientes e ajudando a manter a sua capacidade de competir efetivamente com outros pacotes de serviços integrados no mercado. A Companhia pretende continuar buscando parcerias estratégicas em potencial e aquisições no mercado de televisão por assinatura.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia entrou em um acordo de concessão com a ANATEL, que consolidou o acordo de concessão existente para o Distrito Federal e todos os estados da Região II em um único acordo de concessão. A nova concessão remove as restrições que existiam no acordo anterior para serviços de linha fixa locais que proibiam a Companhia de oferecer serviços de assinatura de televisão, como IP TV, através de nossa linha de telefonia fixa.

*Expandir os serviços de banda larga.* A Companhia passou a oferecer serviços de banda larga em 2001, e, a partir de 31 de dezembro de 2010, oferece estes serviços em mais de 1.810 municípios da Região II. Em 30 de setembro de 2011, a Companhia possuía, aproximadamente 2,0 milhões de assinantes de ADSL. A Companhia acredita que a presença do mercado relativamente baixo em termos do número de famílias na Região II que assinam serviços de banda larga sugere que o mercado de banda larga ainda possui potencial de crescimento no curto e médio prazo. A Emissora pretende continuar a expandir a cobertura e disponibilidade de sua rede ADSL, tanto em municípios que já oferecem cobertura como em novos. Adicionalmente, a Companhia pretende continuar investindo na melhoria da sua rede para aumentar a velocidade dos seus serviços de banda larga, que atualmente possui capacidade para suportar taxas de até 20 Mbps em várias cidades da região, incluindo Brasília, Curitiba, Porto Alegre e Florianópolis. A Companhia pretende expandir esta rede para várias outras cidades em nossa região de serviços, a fim de manter a nossa postura competitiva no negócio de banda larga.

*Aumentar as oportunidades de crescimento dos negócios de serviços de telecomunicações móveis, com foco na rentabilidade.* A Companhia passou a fornecer serviços de telecomunicações móveis em setembro de 2004, com uma estratégia de marketing focada em ofertas inovadoras e subsídios para telefones celulares. Em 2005, a Companhia adotou uma estratégia diferente que incide sobre a rentabilidade de sua base de clientes. O grande número de telefones celulares desbloqueados no Brasil, que podem ser usados com diferentes provedores de serviços móveis de telecomunicações, permitiu adotar uma estratégia de eliminação de subsídios de aparelhos celulares, principalmente no segmento pré-pago, uma vez que um novo cliente pode utilizar o cartão SIM em qualquer aparelho desbloqueado móvel. Pretendemos continuar a prosseguir uma estratégia de venda de cartões SIM independentemente de telefones celulares para o segmento pré-pago.

*Aumentar a eficiência, controle de custos, e qualidade de serviço.* A Companhia pretende continuar a prosseguir com as suas iniciativas para aumentar a eficiência de seus processos internos a fim de controlar os seus custos e melhorar a qualidade dos seus serviços. A Companhia planeja dar continuidade de melhoria no seu método de atribuição de fundos entre os segmentos de seu negócio, reduzindo seus custos através da obtenção de economias de escala adicionais. Seu foco nesta área incluirá esforços para padronizar os processos, otimizar os serviços terceirizados e gerenciar contingências. Melhorar a qualidade dos serviços prestados ao atendimento ao cliente também continuará a ser uma parte importante de sua estratégia. A reestruturação da infra-estrutura de relacionamento com clientes, processos e sistemas é um exemplo das várias iniciativas que temos implementado para realizar esta estratégia pela Companhia.

## **PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À EMISSORA**

*Atualmente, a Companhia possui um endividamento substancial, o que poderá restringir sua flexibilidade financeira e operacional e causar outras consequências adversas.*

Em 30 de setembro de 2011, a dívida consolidada da Companhia totalizava R\$5.688 milhões, com uma proporção dívida/patrimônio de 0,5.



A Companhia está sujeita a certas obrigações financeiras que limitam sua capacidade de incorrer em dívidas adicionais. O nível de endividamento e as exigências e limitações impostas por alguns instrumentos de dívida da Companhia podem afetar de forma adversa sua condição financeira ou seus resultados operacionais. Especialmente, os termos de alguns destes instrumentos de dívida restringem a capacidade da Companhia e de suas controladas de:

- incorrer em endividamento adicional;
- prestar garantias;
- dar bens em garantia;
- vender ou alienar ativos; e
- fazer certas aquisições, fusões e consolidações.

Ademais, alguns desses instrumentos financeiros incluem restrições financeiras à Companhia e suas controladas que requerem a manutenção de certos índices financeiros específicos. Além disso, outros contratos e instrumentos financeiros celebrados pela Companhia contém cláusula de vencimento antecipado cruzado (*cross-acceleration* ou *cross-default*) e a ocorrência de um evento ou uma quebra de qualquer índice pode incorrer em uma quebra em outras dívidas ou dar aos credores da Companhia o direito de acelerar o vencimento de sua dívida.

A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio ou de fazer gastos de capital necessários ou oportunos, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para gastos de capital.

Se o crescimento da receita operacional desacelerar ou diminuir de modo significativo, por qualquer razão, a Companhia poderá não ser capaz de cumprir com suas obrigações financeiras de pagamento de dívidas. Se a Companhia não for capaz de cumprir com suas obrigações ou de satisfazer os índices financeiros estabelecidos em seus instrumentos de dívida, ela pode ter que renegociar ou buscar capital adicional ou até vender ativos. A Companhia poderá ser incapaz de obter financiamentos ou vender seus ativos em termos satisfatórios ou mesmo vendê-los.

***A Companhia pode não conseguir implementar, tempestivamente ou sem incorrer em custos não previstos, seus planos de expansão e melhoria das redes de telefonia móvel existentes, o que poderia atrasar ou evitar a implementação bem-sucedida de seus planos de negócios, resultando em receitas e lucro líquido menores do que esperado.***

A capacidade da Companhia em atingir objetivos estratégicos relacionados aos seus serviços de telefonia móvel depende, em grande parte, da implementação bem sucedida, tempestiva e com boa relação custo/benefício de seus planos para expandir e melhorar sua rede de telefonia móvel. Os fatores que podem afetar essa implementação são:

- a capacidade da Emissora para gerar fluxo de caixa ou obter financiamentos futuros necessários para a implementação de seus projetos;
- atrasos na entrega de equipamentos de telecomunicação pelos seus fornecedores;
- falhas nos equipamentos de telecomunicação fornecidos pelos seus fornecedores; e
- atrasos resultantes de falhas de fornecedores de terceiros ou empreiteiros no cumprimento de suas obrigações de forma tempestiva e eficiente.

Embora a Companhia acredite que seus orçamentos de custos e estimativas de prazos sejam razoáveis, a Companhia não pode garantir que o custo efetivo e o tempo estimado para completar a implementação de tais projetos não excedam de maneira significativa. Qualquer aumento significativo nos custos ou atraso pode retardar ou impedir a implementação bem sucedida de seu plano de negócios, ocasionando um resultado menor do que o esperado em suas receitas e lucro líquido.

***O setor de telecomunicações está sujeito a frequentes mudanças tecnológicas. A capacidade da Companhia de continuar competitiva depende de sua habilidade de implementar novas tecnologias, e é difícil prever como as novas tecnologias poderão afetar seus negócios.***

Empresas da indústria de telecomunicações devem adaptar-se às rápidas e significativas mudanças tecnológicas, que são muitas vezes difíceis de serem previstas. A indústria móvel de telecomunicações, em particular, experimentou um rápido e significativo desenvolvimento tecnológico, além de frequentes progressos na





capacidade, qualidade e velocidade de transmissão de dados. As mudanças tecnológicas podem tornar os equipamentos, serviços e tecnologia da Companhia obsoletos ou ineficientes, o que pode afetar sua competitividade e obrigá-la a aumentar seus investimentos de modo a manter sua competitividade. Por exemplo, a Companhia investiu montantes significativos nos últimos três anos com o objetivo de implementar os serviços de 3G.

Enquanto a Companhia vem atualizando suas redes de telefonia fixa com tecnologia avançada de cabos de fibra ótica para uso nos serviços de longa distância, é possível que as tecnologias alternativas sejam desenvolvidas de uma forma mais avançada do que as utilizadas pela Companhia. Mesmo que a Companhia adote essas novas tecnologias rapidamente, ela pode não ser capaz de continuar com o mesmo nível de competitividade. Além disso, o custo dessas tecnologias também pode, eventualmente, exceder os benefícios esperados pela Companhia.

***O setor de telecomunicações é altamente regulado. Mudanças nas leis e regulamentos podem afetar negativamente os resultados da Companhia.***

O setor da Companhia é altamente regulado pela ANATEL, que regula, dentre outros, as tarifas, a qualidade dos serviços e metas de Universalização, bem como a concorrência entre as companhias. Mudanças nas leis e regulamentos, novas concessões, autorizações ou licenças ou a imposição de custos adicionais de Universalização, entre outros fatores, podem afetar negativamente as operações e resultados financeiros e operacionais da Companhia.

Abaixo a Companhia apresenta alguns assuntos que compõem a agenda de regulamentação de curto prazo da ANATEL:

- a ANATEL propôs o Plano Geral de Metas de Competição, que contempla a criação de três entidades para gerenciar informações sobre a comercialização de capacidade de atacado nas redes de telecomunicações das empresas, para atuar como intermediária na contratação de capacidade de transmissão, no atacado, entre operadoras, e para comparar ofertas das prestadoras no mercado de varejo. A proposta do Plano Geral de Metas de Competição também aborda uma variedade de assuntos, incluindo critérios para a avaliação de operadoras de telecomunicação para determinar quais operadoras detêm poder de mercado significativo, regulamentação aplicável aos mercados de atacado de linhas-tronco, backhaul, acesso a internet de backbone e serviços de interconexão, e regulamentos relacionados com a separação parcial (partial unbundling) e ou separação total (full unbundling) das redes de telefonia fixa local dos prestadores de serviços de regime público. O Plano Geral de Metas de Competição foi submetido à consulta pública em julho de 2011 e o período da consulta pública terminou em 23 de outubro de 2011. A Companhia espera que este novo regulamento, que ainda pode ser modificado como resultado de maiores análises da ANATEL, seja adotado durante o primeiro semestre de 2012.
- a ANATEL propôs novas regras nos termos das quais o Fator-X aplicável aos aumentos de tarifa das concessionárias públicas de telefonia fixa seria modificado. Este regulamento foi submetido à consulta pública em julho de 2011 e o período de consulta pública terminou em 1º de setembro de 2011. A Companhia espera que estas novas regras, que ainda podem ser modificadas como resultado de maiores análises da ANATEL, sejam adotadas em 2012.

A Companhia não pode prever quando os regulamentos sobre estas questões serão adotados ou, ainda, se estas regras serão adotadas da forma proposta. Algumas dessas regras, se aprovadas, podem ter efeitos adversos sobre as receitas da Companhia, custos e despesas, os resultados das operações ou na situação financeira da Companhia.

A Companhia não pode prever se a ANATEL, o Ministério das Comunicações ou o governo brasileiro irá adotar outras políticas no setor de telecomunicações no futuro ou as consequências de tais políticas sobre os negócios da Companhia e os negócios de seus concorrentes.

*Em virtude da reorganização societária, a Companhia terá uma alavancagem maior do que antes da reorganização societária e uma parte significativa de seu fluxo de caixa terá que ser utilizado para atender suas obrigações.*

Após a conclusão da reorganização societária, a Companhia assumirá todas as dívidas consolidadas em aberto da Tele Norte Leste Participações S.A. Em 30 de setembro de 2011, a Tele Norte Leste Participações S.A. tinha uma dívida em aberto com um principal total de R\$27.689 milhões de forma consolidada, dos quais R\$5.688 milhões eram dívida da Companhia. A Companhia estará sujeita aos riscos normalmente associados a valores significativos de dívida, os quais poderão ter consequências importantes ao investidor.



O endividamento da Companhia poderia, entre outras coisas:

- exigir que ela utilizasse uma parte substancial de seu fluxo de caixa proveniente de operações para pagar suas obrigações, reduzindo assim a disponibilidade de seu fluxo de caixa para financiar capital de giro, operações, dispêndios de capital, pagamentos de dividendos, aquisições estratégicas, expansão de suas operações e demais atividades comerciais;
- aumentar sua vulnerabilidade perante condições gerais adversas relativas ao setor e à economia;
- limitar, juntamente com avenças financeiras e outras avenças restritivas em seus instrumentos de dívida, sua capacidade de tomar empréstimo de recursos adicionais ou alienar ativos; e
- colocá-la em uma desvantagem competitiva em comparação com seus concorrentes que têm menos dívidas.

A Companhia também poderá precisar refinaranciar toda ou parte de sua dívida na ou antes da data de vencimento, e poderá não ter capacidade para tanto em termos comercialmente razoáveis ou de qualquer forma.

## **SUMÁRIO FINANCEIRO OPERACIONAL DA EMISSORA**

As informações financeiras constantes dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e das demonstrações de resultado relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009 foram extraídas das demonstrações financeiras elaboradas pela Administração da Emissora de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os IFRS. Essas demonstrações financeiras foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

As informações financeiras constantes dos balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2011 e das demonstrações de resultado relativos aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010, foram extraídas das informações financeiras intermediárias elaboradas pela Administração da Emissora de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board – IASB*”.

Essas informações financeiras intermediárias foram revisadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente).

*Informações financeiras relativas ao período de 9 (nove) meses findo em 30 de setembro de 2011 e dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009.*

### ***Balanço Patrimonial Consolidado***

As tabelas abaixo apresentam os principais dados financeiros da Emissora referentes ao seu balanço patrimonial para o período de 9 (nove) meses encerrado em 30 de setembro de 2011, bem como para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009. Tais dados financeiros da Emissora devem ser lidos pelos Investidores Qualificados em conjunto com suas demonstrações financeiras e informações financeiras intermediárias e respectivas notas explicativas auditadas disponíveis na página na rede mundial de computadores da CVM.



	31 de Dezembro		
	2011	2010	2009
	(em milhões de reais)	(em milhões de reais)	
Caixa e equivalente de caixa .....	R\$3.772	R\$3.217	R\$1.717
Aplicações financeiras .....	939	832	382
Contas a Receber .....	1.957	2.070	1.992
Ativo circulante .....	9.305	8.487	6.127
Imobilizado .....	5.524	5.317	5.267
Intangível .....	1.138	1.318	1.572
Ativo Total .....	28.604	26.886	24.564
Empréstimo e financiamento curto prazo .....	1.055	1.044	870
Passivo circulante .....	7.619	6.691	5.424
Empréstimo e financiamentos longo prazo .....	4.633	3.321	3.573
Patrimônio Líquido Consolidado .....	10.700	11.337	9.906
Participação dos acionistas controladores .....	10.700	11.337	9.905
Participação dos acionistas controladores .....	0	—	1

### *Demonstrações do Resultado Consolidado*

As tabelas abaixo apresentam os principais dados financeiros da Emissora referentes às suas demonstrações de resultados para os períodos de 9 (nove) meses encerrados em 30 de setembro de 2010 e em 30 de setembro de 2011, bem como para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 31 dezembro de 2009. Tais dados financeiros da Emissora devem ser lidos pelos Investidores Qualificados em conjunto com suas informações financeiras intermediárias e notas explicativas revisadas disponíveis na página na rede mundial de computadores da CVM.

	PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO			EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE		
	2011	2010	Variação %	2010	2009	Variação %
	(em milhões de Reais, exceto porcentagens)					
Receita operacional líquida	R\$7.007	R\$7.757	(9,7)	R\$10.263	R\$10.920	(6,0)
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(3.424)	(3.595)	(4,7)	(4.732)	(5.764)	(17,9)
Resultado bruto	3.583	4.162	(13,9)	5.531	5.156	7,3
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas com vendas	(843)	(772)	9,2	(1.025)	(1.418)	(27,7)
Despesas gerais e administrativas	(1.071)	(1.141)	(6,1)	(1.539)	(1.435)	7,2
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(355)	(352)	0,7	(508)	(3.380)	(85,0)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos tributos	1.313	1.897	(30,8)	2.459	(1.077)	(328,3)
Receitas financeiras	966	660	46,3	979	630	55,4
Despesas financeiras	(1.002)	(749)	33,8	(1.060)	(912)	16,2
Despesas financeiras, líquidas	(36)	(89)	(59,2)	(80)	(281)	(71,5)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.277	1.808	(29,4)	2.379	(1.358)	(275,2)
Imposto de renda e contribuição social	(412)	(542)	(24,0)	(408)	339,0	(220,4)
Lucro líquido	R\$865	R\$1.266	(31,7)	R\$1.971	R\$(1.019)	(293,4)

### **REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA, RESUMO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PRO FORMA E CAPITALIZAÇÃO PRO FORMA**

#### *Reorganização Societária*

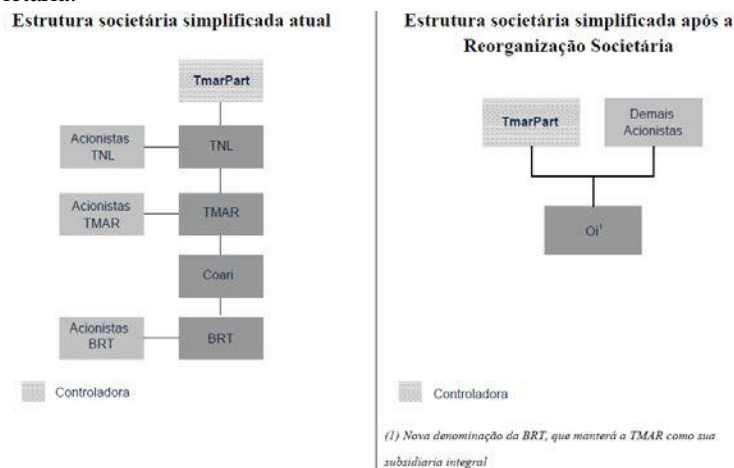
Encontra-se em andamento, reorganização societária do grupo econômico da Emissora, cujo objetivo é simplificar de forma definitiva a estrutura societária e a governança das Companhias Oi (conforme definição adiante), eliminando custos operacionais e administrativos e aumentando a liquidez para todos os acionistas.



A reorganização societária envolverá as empresas: (i) Tele Norte Leste Participações S.A. (“TNL”); (ii) Telemar Norte Leste S.A. (“TMAR”); (iii) Coari Participações S.A. (“Coari”); e (iv) a Companhia (sendo a Companhia, a TMAR, a Coari e a TNL em conjunto denominadas “Companhias Oi”), conforme fatos relevantes divulgados em 24 de maio de 2011, 1º de agosto de 2011, 17 de agosto de 2011, 26 de agosto de 2011, 12 de novembro de 2011 e 25 de janeiro de 2012; (“Reorganização Societária”).

A Reorganização Societária compreenderá conjuntamente a incorporação de ações da TMAR pela Coari, e as incorporações da Coari e da TNL pela Companhia, sendo que a Companhia concentrará todas as participações acionárias atuais nas Companhias Oi e será a única das Companhias Oi com ações listadas para negociação em bolsa de valores, passando a ser denominada Oi S.A.

O organograma simplificado adiante demonstra a estrutura societária atual e a estrutura após a implementação da Reorganização Societária:



A Reorganização Societária ocorrerá em três fases:

- (i) **Incorporação de ações da TMAR pela Coari:** A incorporação de ações da TMAR pela Coari, atualmente subsidiária integral da TMAR, tornará a TMAR uma subsidiária integral da Coari, migrando-se toda a base acionária da TMAR para a Coari. Em decorrência da incorporação de ações, a TNL deterá o controle direto da Coari e esta deterá a totalidade das ações da TMAR e o controle da BRT.
- (ii) **Incorporação da Coari pela Companhia:** A incorporação da Coari pela Companhia resultará na extinção da Coari, na forma do art. 227 da Lei das S.A., com a sucessão pela Companhia, em todo o seu patrimônio, bem como na migração de sua base acionária para a Companhia; e
- (iii) **Incorporação da TNL pela Companhia:** A incorporação da TNL pela Companhia, também na forma do art. 227 da Lei das S.A., resultará na extinção da TNL, com a incorporação de seu patrimônio pela Companhia, bem como na migração de seus acionistas para a Companhia.

Nas assembleias gerais das Companhias Oi e da Oi S.A. (nova denominação social da Brasil Telecom S.A.), todas realizadas em 27 de fevereiro de 2012, foram aprovadas as seguintes operações: (i) a bonificação de ações preferenciais resgatáveis aos acionistas da Oi S.A. e imediato resgate dessas ações; (ii) cisão parcial da TMAR com a incorporação da parcela cindida pela Coari seguida de incorporação de ações da TMAR pela Coari; (iii) a incorporação da Coari pela Oi S.A.; e (iv) a incorporação da TNL pela Oi S.A., operações essas inseridas na proposta de reorganização societária anunciada por meio do Fato Relevante de 24 de maio de 2011. Dessa forma, a Reorganização Societária foi plenamente aprovada pelos acionistas das Companhias Oi.

Para maiores informações sobre a Reorganização Societária, favor verificar o item 6.5 do Formulário de Referência da Companhia, bem como os fatos relevantes divulgados em 24 de maio de 2011, 1º de agosto de 2011, 17 de agosto de 2011, 26 de agosto de 2011, 12 de novembro de 2011, 25 de janeiro de 2012 e 27 de fevereiro de 2012.

#### *Resumo das Informações Financeiras Não Auditadas - Pro Forma*

Com o exclusivo objetivo de proporcionar uma melhor compreensão dos resultados da Companhia, levando em conta a Reorganização Societária, apresentamos no item 10.11 do Formulário de Referência, informações financeiras pro forma não auditadas dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011. As informações de resultado pro forma não auditadas foram preparadas assumindo a premissa de que a Reorganização Societária foi consumada em 1º de janeiro de 2010.



Estas informações financeiras pro forma não auditadas são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas históricas da Companhia e da TNL e devem ser lidas em conjunto com e interpretadas levando-se em conta as seguintes informações:

- As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, cujo relatório dos auditores independentes, datado de 18 de março de 2011, não contém ressalva.
- As informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, não auditadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, revisadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente), cujo relatório de revisão especial, datado de 25 de outubro de 2011, não contém ressalva.
- As demonstrações financeiras consolidadas auditadas da TNL para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, cujo relatório dos auditores independentes, datado de 18 de março de 2011, não contém ressalva.
- As informações financeiras intermediárias consolidadas da TNL contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, não auditadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, revisadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente), cujo relatório de revisão especial, datado de 27 de outubro de 2011, não contém ressalva.

Para fins de elaboração das informações financeiras pro forma da Companhia, foram feitos ajustes pro forma ao somatório das suas demonstrações financeiras históricas revisadas relativas ao período de nove meses findo encerrado em 30 de setembro de 2011 e das demonstrações financeiras históricas revisadas da TNL relativas ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2011, conforme indicado no Formulário de Referência incorporado por referência a este Prospecto no item 10.11 – “Informações financeiras pro forma não auditadas”.

As informações financeiras pro forma não podem ser auditadas pois a sua compilação apresenta uma situação hipotética e, consequentemente, não representa efetivamente os resultados das operações da Companhia caso a Reorganização Societária tivesse, de fato, ocorrido em 1º de janeiro de 2010. Por essa razão, as informações financeiras pro forma não auditadas da Companhia foram objeto de relatório de asseguuração limitada elaborado nos termos das normas brasileiras e internacionais de asseguuração (NBC TO 3000 – Trabalho de Asseguuração Diferente de Auditoria e Revisão e ISAE 3000 – Assurance Engagements Other Than Audits or Reviews of Historical Financial Information, respectivamente), o qual é anexo a este Prospecto. Em consequência, os procedimentos realizados pelos auditores independentes da Companhia na revisão das informações financeiras pro forma a seguir descritos foram considerados suficientes para permitir um nível de asseguuração limitada, mas não contemplam aqueles que poderiam ser requeridos para fornecer um nível de asseguuração mais elevado, tendo consistido, principalmente, em: (a) obtenção de entendimento sobre o processo de compilação, elaboração e formatação das informações financeiras pro forma implementado pela Administração da Companhia; (b) comparação das informações financeiras históricas apresentadas em colunas nas informações financeiras pro forma com aquelas que constam nas demonstrações financeiras revisadas/auditadas da Companhia e nas demonstrações financeiras revisadas/auditadas da TNL; e (c) revisão e discussão com a Administração da Companhia para entendimento e verificação dos ajustes procedidos e das premissas utilizadas na preparação das informações financeiras pro forma, da coluna referente a esses ajustes e do somatório final.

As informações financeiras pro forma não auditadas são apenas para fins informativos e não pretendem representar ou serem indicadoras de que os resultados operacionais da Companhia teriam sido caso as operações descritas acima tivessem, de fato, ocorrido em 1º de janeiro de 2010.

As informações financeiras pro forma não auditadas também não devem ser consideradas representativas de situação financeira ou de resultados operacionais futuros da Companhia. As informações financeiras consolidadas pro forma devem ser lidas em conjunto com e interpretadas levando-se em conta as informações financeiras incorporadas por referência a este Prospecto e contidas na seção 10 do Formulário de Referência incorporado por referência a este Prospecto.

Para mais informações sobre as informações financeiras pro forma dos resultados da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, ver item 10.11 – “Informações financeiras pro forma não auditadas” do Formulário de Referência incorporado por referência a este Prospecto.



As informações financeiras não auditadas - pro forma são fornecidas apenas para fins ilustrativos e não pretendem representar, nem tampouco devem ser interpretadas como uma indicação de: (i) quais os resultados atuais das operações ou a posição financeira consolidada da Companhia teriam sido, caso a cisão e a troca de ações, a fusão da Coari e a fusão da TNL tivessem ocorrido nas datas assumidas, ou (2) resultado futuro consolidado das operações ou da posição financeira da Companhia.

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010
----------------------------------------------------------	----------------------------------------------

**Resumo dos dados das Demonstrações de Resultado Não Auditadas:**

Receita de vendas e/ou serviços .....	20.949	29.479
Custo dos bens e/ou serviços vendidos .....	(12.078)	(16.639)
Lucro bruto .....	8.871	12.841
Receitas (despesas)		
Despesas com vendas .....	(3.717)	(4.886)
Despesas gerais e administrativas .....	(2.208)	(2.790)
Outras receitas operacionais .....	1.394	1.332
Outras despesas operacionais .....	(1.670)	(2.399)
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos .....	2.670	4.097
Receitas financeiras .....	1.707	1.929
Despesas financeiras .....	(3.788)	(4.361)
Lucro antes dos impostos .....	589	1.666
Imposto de Renda e Contribuição Social .....	(204)	84
<b>Lucro Líquido .....</b>	<b>R\$385</b>	<b>R\$1.749</b>

Período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2011
----------------------------------------------------------

(em milhões de reais)

**Resumo dos Dados do Balanço Patrimonial Não Auditado - Pro Forma:**

Caixa e equivalentes de caixa .....	R\$8.982
Aplicações financeiras .....	1.724
Contas a receber .....	5.937
Total do ativo circulante .....	22.427
Imobilizado .....	22.903
Intangível .....	15.673
Ativo Total .....	76.935
Empréstimos e financiamentos de curto Prazo .....	4.581
Total do passivo circulante .....	14.918
Empréstimos e financiamentos de longo prazo .....	23.108
Patrimônio líquido .....	25.182

**Capitalização Pro Forma**

As tabelas a seguir apresentam o valor do caixa e equivalentes de caixa, da dívida de curto e longo prazos, dos dividendos e juros sobre o capital próprio e da capitalização consolidados em 30 de setembro de 2011:

**A** em base pro forma, considerando que a conclusão da Reorganização Societária tivesse sido concluída em 30 de setembro de 2011;

**B** ajustados para refletir:

- a liberação em outubro de 2011 do valor total principal de R\$150 milhões no âmbito da linha de crédito que a Companhia contratou junto ao BNDES, em dezembro de 2009, líquido de comissões e despesas no valor de R\$0,2 milhão relacionadas a essa liberação, e duas amortizações em novembro e dezembro, no valor total de R\$3 milhões; e
- a liberação em novembro de 2011 de R\$ 15 milhões no âmbito da linha de crédito à exportação que a Telemar S.A. contratou junto à Swedish Export Corporation em junho de 2011, líquida de comissões e despesas no valor de R\$3 milhões relacionadas a essa liberação;
- a liberação em outubro de 2011 do valor total principal de R\$318 milhões no âmbito da linha de crédito que a Telemar S.A. contratou junto ao BNDES, em dezembro de 2009, líquido de comissões e despesas no valor de R\$0,1 milhão relacionadas a essa liberação, e duas amortizações em novembro e dezembro, no valor total de R\$3 milhões;





- os recursos obtidos com a emissão de debêntures não conversíveis em ações, da 8ª emissão da Companhia, no valor total principal de R\$2.350 milhões em dezembro de 2011, líquido de comissões e despesas no valor de R\$8 milhões;
- o resgate, em dezembro de 2011, do valor total principal de US\$150 milhões das *Senior Notes* a 8% em aberto da TNL devidas em 2013; e
- os recursos obtidos com a emissão de “Senior Notes” pela Brasil Telecom em fevereiro de 2012, no valor total de R\$2.766 milhões (US\$1.500 milhões) e vencimento em 2022, líquido de comissões e despesas no valor de R\$14 milhões (US\$8 milhões). Valores convertidos pela taxa de câmbio USD/BRL 1,845 de 30 de setembro de 2011.

C conforme o ajuste adicional relativo à venda de notas na presente oferta e o recebimento dos respectivos recursos após a dedução de comissões e despesas que a Companhia deve pagar em relação à mencionada oferta.

Os dados abaixo deverão ser lidos em conjunto com o quadro 10.1 do Formulário de Referência da Emissora, incorporado a este Prospecto Definitivo por referência e disponível nos *websites* da CVM e da ANBIMA. Para mais informações de acesso em cada um desses *websites*, vide seção “Introdução – Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto Definitivo por Referência”, subseção “Formulário de Referência da Emissora”, na página 7 deste Prospecto Definitivo.

Em 30 de setembro de 2011			
	A - Pro Forma	B - Ajustado	C - Após ajuste adicional
	(em milhões de reais)	(em milhões de reais)	(em milhões de reais)
Caixa e equivalentes de caixa.....	8.982	14.414	16.396
Dívida de curto prazo <sup>(1)</sup> .....	4.581	4.494	4.494
Dívida de longo prazo <sup>(2)</sup> .....	23.108	28.656	30.638
Total da dívida.....	27.689	33.150	35.132
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar.....	220	220	220
Patrimônio líquido.....	25.182	25.182	25.182
Capitalização total <sup>(3)</sup> .....	53.091	58.552	60.534

(1) Composto por empréstimos e financiamentos e debêntures circulantes, mais a parcela de curto prazo da dívida de longo prazo.

(2) Composto por empréstimos e financiamentos e debêntures não circulantes, excluindo a respectiva parcela de curto prazo.

(3) A capitalização total corresponde à soma da dívida total, mais dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar e patrimônio líquido.

Para maiores informações sobre a Reorganização Societária, favor verificar o item 6.5 do Formulário de Referência da Companhia, bem como os fatos relevantes divulgados em 24 de maio de 2011, 1º de agosto de 2011, 17 de agosto de 2011, 26 de agosto de 2011, 12 de novembro de 2011, 25 de janeiro de 2012 e 27 de fevereiro de 2012.

## EVENTOS SUBSEQUENTES ÀS ÚLTIMAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DIVULGADAS PELA EMISSORA

### Reorganização Societária

Nas assembleias gerais das Companhias Oi e da Oi S.A. (nova denominação social da Brasil Telecom S.A.), todas realizadas em 27 de fevereiro de 2012, foram aprovadas as seguintes operações: (i) a bonificação de ações preferenciais resgatáveis aos acionistas da Oi S.A. e imediato resgate dessas ações; (ii) cisão parcial da TMAR com a incorporação da parcela cindida pela Coari seguida de incorporação de ações da TMAR pela Coari; (iii) a incorporação da Coari pela Oi S.A.; e (iv) a incorporação da TNL pela Oi S.A., operações essas inseridas na proposta de reorganização societária anunciada por meio do Fato Relevante de 24 de maio de 2011. Dessa forma, a Reorganização Societária foi plenamente aprovada pelos acionistas das Companhias Oi.

As ações da TMAR, TNL e Oi S.A. continuarão a ser negociadas sob os códigos TMAR3, TMAR5, TMAR6, TNLP3, TNLP4, BRTO3 e BRTO4, respectivamente, pelo menos até o final do período de retirada e apuração do exercício desse direito, data na qual as Companhias Oi divulgarão Comunicado ao Mercado com o resultado da apuração do direito de retirada e com a data de início da negociação das ações ordinárias e preferenciais da Oi S.A. com os códigos OIBR3 e OIBR4.



### *Senior Notes*

Em fevereiro de 2012, a Companhia emitiu “*Senior Notes*”, no valor de US\$1.500 milhões, com o objetivo de refinaranciar parte de suas dívidas. As “*Senior Notes*” possuem vencimento em setembro de 2022 e acarretam juros de 5,75% ao ano. Os encargos financeiros possuem vencimento semestral e são devidos nos meses de fevereiro e agosto.

### *Debêntures Públicas*

Em dezembro de 2011, a Companhia emitiu debêntures não conversíveis com um valor principal total de R\$2.350 milhões em oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, Essas debêntures acarretam juros à 100,0% da Taxa CDI, acrescido de *spread* de 1,15% ao ano, devidos semestralmente, com amortização do principal em três parcelas anuais, com início em dezembro de 2016.

### *Aumento da Tariafa para Serviços Regulamentados de Telefonia Fixa*

Em 21 de dezembro de 2011, a ANATEL aprovou aumentos nas tarifas praticadas pela Companhia para serviços regulamentados de telefonia fixa. Os aumentos, que entraram em vigor no dia 24 de dezembro de 2011, para serviços locais (assinatura e tráfego) e para as tarifas de interconexão de TU-RL foram de 1,97%, e para o uso de telefones públicos foram de 1,63%.

### *Linha de Crédito Rotativo*

Em novembro de 2011, a Companhia, a Brasil Telecom Mobile, a Telemar e a TNL PCS celebraram uma linha de crédito rotativo com um sindicato de instituições internacionais. De acordo com essa linha de crédito, um valor principal total de até US\$1 bilhão estará disponível para desembolso aos tomadores durante o prazo de cinco anos. Os valores em aberto nos termos dessa linha de crédito acarretam juros à taxa LIBOR mais 0,90% ao ano.

### **EMISSIONES DE DEBÊNTURES FEITAS PELA EMISSORA, SOCIEDADE COLIGADA, CONTROLADA, CONTROLADORA OU INTEGRANTE DO MESMO GRUPO DA EMISSORA EM QUE O AGENTE FIDUCIÁRIO TENHA ATUADO COMO AGENTE FIDUCIÁRIO**

Para os fins da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, seguem abaixo os dados relativos às emissões de debêntures feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que o Agente Fiduciário tenha atuado como agente fiduciário:

#### **A. 3ª Emissão de Debêntures da Tele Norte Leste Participações S.A.:**

- (i) denominação da companhia ofertante: Tele Norte Leste Participações S.A.;
- (ii) valor da emissão: R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões reais);
- (iii) quantidade de debêntures emitidas: 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures no valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais);
- (iv) espécie: quirografia;
- (v) prazo de vencimento das debêntures: 26 de maio de 2012;
- (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável; e
- (vii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período: não ocorreram. A amortização se dará em uma única parcela na data do vencimento.

#### **B. 1ª Emissão de Debêntures da Telemar Norte Leste S.A.:**

- (i) denominação da companhia ofertante: Telemar Norte Leste S.A.;
- (ii) valor da emissão: R\$2.160.000.000,00 (dois bilhões e cento e sessenta milhões reais);
- (iii) quantidade de debêntures emitidas: 162.000 (cento e sessenta e duas mil) debêntures na primeira série e 54.000 (cinquenta e quatro mil) debêntures na segunda série no valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais);
- (iv) espécie: quirografia;
- (v) prazo de vencimento das debêntures: 1º de março de 2011 para as debêntures da primeira série e 1º de março de 2013 para as debêntures da segunda série;
- (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável; e
- (viii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período: amortização das debêntures da primeira série em 1º de março de 2011. A amortização das debêntures da segunda série se dará em uma única parcela na data do vencimento. Os demais eventos não ocorreram.





(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



### **3. RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA**

---



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

*Esta seção é um resumo de determinadas informações da Oferta contidas em outras partes deste Prospecto e não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento nas Debêntures. O Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na seção “Fatores de Risco”, na página 89 deste Prospecto, nas demonstrações financeiras da Emissora e suas respectivas notas explicativas, e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência.*

*Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Debêntures.*

<b>Emissora</b>	Oi S.A. (nova denominação da Brasil Telecom S.A.).
<b>Valor Mobiliário</b>	Debêntures simples, não conversíveis em ações da 9ª emissão da Emissora.
<b>Capital Social da Emissora</b>	O capital social da Emissora, nesta data, é de R\$3.731.058.950,28.
<b>Coordenador Líder</b>	Banco Itaú BBA S.A.
<b>Coordenadores</b>	Em conjunto, Banco Itaú BBA S.A., BB - Banco de Investimento S.A. e Banco Bradesco BBI S.A.
<b>Agente Fiduciário</b>	Planner Trustee DTVM Ltda.
<b>Banco Mandatário</b>	Itaú Unibanco S.A. ou qualquer outra instituição que venha a sucedê-lo na prestação dos seus serviços.
<b>Instituição Esrituradora</b>	Itaú Corretora de Valores S.A.
<b>Classificação de Risco</b>	Moody's Investor Service: “Aaa.br” Standard & Poor's: “brAAA”
<b>Data de Emissão</b>	15 de março de 2012
<b>Destinação dos Recursos</b>	Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta serão utilizados, integralmente, para: (i) refinanciamento de dívidas da Emissora de curto prazo; e/ ou (ii) realização de plano de investimentos – CAPEX da Emissora; e/ou (iii) reforço do capital de giro. Para maiores informações, veja a seção “Destinação dos Recursos” neste Prospecto Definitivo.  Para maiores informações, veja a seção “Destinação dos Recursos” deste Prospecto.



## **Procedimento de *Bookbuilding***

Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, com a Emissora (i) da Remuneração, observado o limite previsto em “Informações Relativas à Oferta - Características das Debêntures - Remuneração”, na página 60 deste Prospecto; (ii) da quantidade de Debêntures alocada em cada Série, observados os limites previstos em “Informações Relativas à Oferta – Quantidade”, na página 58 deste Prospecto; e (iii) da quantidade de Séries observados os limites previstos em “Informações Relativas à Oferta – Séries”, na página 55 deste Prospecto. Puderam participar do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do público alvo da Oferta (ver o item “Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição – Público Alvo da Oferta”, na página 74 deste Prospecto), incluindo Pessoas Vinculadas (ver o item “Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição – Pessoas Vinculadas”, na página 74 deste Prospecto), até o limite de 100% (cem por cento) do valor da Oferta. Como não foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 das Debêntures, foi permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas. A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures. O investidor deve ler a seção “Fatores de Risco – Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures – A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures e ter impacto adverso negativo na liquidez das Debêntures.”, na página 93 deste Prospecto Definitivo.

O investidor deve ler a seção “Fatores de Risco – Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures – A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures e ter impacto adverso negativo na liquidez das Debêntures.”, na página 93 deste Prospecto.

## **Valor Total da Emissão**

O valor total da emissão será de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) na Data de Emissão.

## **Quantidade**

Serão emitidas 200.000 (duzentas mil) Debêntures, sendo 40.000 (quarenta mil) nas Debêntures da Primeira Série e 160.000 (cento e sessenta mil) nas Debêntures da Segunda Série, observados os limites previstos em “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures - Quantidade”, na página 58 deste Prospecto.



<b>Valor Nominal</b>	As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão.
<b>Conversibilidade</b>	As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora ou de qualquer outra companhia.
<b>Espécie</b>	As Debêntures serão da espécie quirografária, e não conferem qualquer privilégio especial ou geral aos seus titulares, nem especificam bens para garantir eventual execução.
<b>Séries</b>	A emissão será realizada em duas séries.
<b>Prazo de Subscrição</b>	Respeitadas (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; (iii) o registro para distribuição e negociação das Debêntures pela CETIP e/ou BM&FBOVESPA; e (iv) a disponibilização do Prospecto Definitivo, incluindo o Formulário de Referência, aos investidores, as Debêntures poderão ser subscritas até 30 de março de 2012, conforme definido no Contrato de Distribuição, observado o disposto na seção “Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição - Plano da Oferta”, na página 74 deste Prospecto Definitivo.
<b>Forma de Subscrição</b>	As Debêntures serão subscritas por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP, e por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta.
<b>Forma e Preço de Integralização</b>	<p>As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("<u>Data de Integralização</u>") e em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e à BM&amp;FBOVESPA, conforme o caso, sendo que:</p> <p>I. as Debêntures da Primeira Série serão integralizadas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculada de forma exponencial <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, considerando-se 02 (duas) casas decimais, sem arredondamento; e</p> <p>II. as Debêntures da Segunda Série serão integralizadas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, calculada de forma exponencial <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, considerando-se 02 (duas) casas decimais, sem arredondamento.</p>



## **Negociação**

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a negociação liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP, e/ou do BOVESPAFIX, ambiente de negociação de ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da negociação das Debêntures.

## **Prazo e Data de Vencimento**

O prazo (i) das Debêntures da Primeira Série será de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de março de 2017 ("Data de Vencimento da Primeira Série"); e (ii) das Debêntures da Segunda Série será de 8 (oito) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de março de 2020 ("Data de Vencimento da Segunda Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série, "Data de Vencimento").

## **Amortização**

O Valor Nominal de cada uma: (i) das Debêntures da Primeira Série será amortizado em uma única parcela, da Data de Vencimento da Primeira Série; e (ii) das Debêntures da Segunda Série, acrescido da Atualização Monetária da Segunda Série (conforme definido abaixo), será amortizado em 2 (duas) parcelas anuais e sucessivas, cada parcela no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do Valor Nominal atualizado, sendo a primeira parcela devida em 15 de março de 2019 e a segunda parcela devida na Data de Vencimento da Segunda Série.



## **Remuneração das Debêntures da Primeira Série**

*Atualização monetária:* O Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série não será atualizado; e

*Juros remuneratórios:* Sobre o Valor Nominal ou sobre o saldo do Valor Nominal, conforme o caso, das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extragrupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a um determinado percentual ao ano, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, equivalente a 0,94% (noventa e quatro centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Sobretaxa da Primeira Série", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração das Debêntures da Primeira Série"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de setembro de 2012 e o último, na Data de Vencimento da Primeira Série, na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido na página 60 deste Prospecto Definitivo), ou na data em que ocorrer o resgate antecipado das Debêntures, conforme previsto na Escritura de Emissão ("Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série"). Farão jus à Remuneração das Debêntures da Primeira Série aqueles que forem Debenturistas da Primeira Série ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada conforme o disposto na Escritura de Emissão.





## **Remuneração das Debêntures da Segunda Série**

*Atualização monetária:* O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será atualizado pela variação acumulada do IPCA, divulgado pelo IBGE, a partir da Data de Emissão ("Atualização Monetária da Segunda Série"), calculada de forma *pro rata temporis* por dias úteis até a integral liquidação das Debêntures, sendo o produto da Atualização Monetária da Segunda Série incorporado ao Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série automaticamente, calculado de acordo com a fórmula constante na Escritura de Emissão.

*Juros remuneratórios.* Sobre o Valor Nominal ou sobre o saldo do Valor Nominal, conforme o caso, das Debêntures da Segunda Série, atualizado pela Atualização Monetária da Segunda Série, incidirão juros, correspondentes a um percentual ao ano equivalente a um determinado percentual ao ano, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, equivalente a 6,20% (seis inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano, incidentes desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento ("Juros da Segunda Série" e, em conjunto com a Atualização Monetária da Segunda Série, "Remuneração das Debêntures da Segunda Série", e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, "Remuneração"). A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis* por dias úteis e será paga anualmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de março de 2013 e o último, na Data de Vencimento da Segunda Série, na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido abaixo), ou na data em que ocorrer o resgate antecipado das Debêntures, conforme previsto na página 62 deste Prospecto Definitivo ("Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série"). A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada conforme o disposto na Escritura de Emissão.

## **Repactuação**

Não haverá repactuação programada.

## **Resgate Antecipado Facultativo**

*Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Primeira Série.* A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação do conselho de administração da Emissora, e a partir do 25º mês contado da Data de Emissão ("Data de do Resgate Antecipado Facultativo"), realizar o resgate antecipado facultativo das Debêntures da Primeira Série, total ou parcial ("Resgate Antecipado Facultativo"), com o consequente cancelamento pela Emissora das Debêntures então resgatadas. O Resgate Antecipado Facultativo será operacionalizado conforme disposto no item "Informações Relativas à Oferta – Resgate Antecipado Facultativo" na página 65 deste Prospecto.

## **Oferta de Resgate Antecipado**

*Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Segunda Série.* Não haverá Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Segunda Série. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures de qualquer uma das Séries, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira e/ou da



Segunda Série, endereçada a todos os titulares de Debêntures da(s) respectiva(s) Série(s), sem distinção, assegurado a todos os Debenturistas da(s) respectiva(s) Série(s) igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures da Primeira e/ou da Segunda Série de que forem titulares, da forma indicada no item “Informações Relativas à Oferta – Oferta de Resgate Antecipado” na página 65 deste Prospecto (“Oferta de Resgate Antecipado”);

#### **Aquisição Facultativa**

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, conforme o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.

#### **Eventos de Inadimplemento e Vencimento Antecipado**

As Debêntures estão sujeitas a determinados Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o seu vencimento antecipado. Para mais informações, *vide* seção “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures – Vencimento Antecipado”, na página 68 deste Prospecto e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta – As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a eventos de vencimento antecipado.”, na página 92 deste Prospecto.

#### **Quoruns de Deliberação**

Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, dois terços das Debêntures em circulação.

Não estão incluídos no quorum acima: (i) os quoruns expressamente previstos na Escritura de Emissão; e (ii) as alterações (a) dos quoruns previstos na Escritura de Emissão; (b) da Remuneração; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão devidos aos Debenturistas; (d) do prazo de vigência das Debêntures; (e) da espécie das Debêntures; (f) da criação de evento de repactuação; ou (g) de qualquer Evento de Inadimplemento, as quais deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% das Debêntures em circulação.

#### **Público Alvo**

O público alvo da Oferta é composto por investidores institucionais ou qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM 409, podendo, entretanto, ser atendidos outros investidores, pessoas físicas ou jurídicas, não qualificados, clientes dos Coordenadores, que tenham amplo conhecimento dos termos, condições e riscos inerentes às Debêntures, bem como acesso aos Prospectos.



#### **Pessoas Vinculadas**

Não foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 das Debêntures, tendo sido permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas.

O investidor deve ler a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta – A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures e ter impacto adverso negativo na liquidez das Debêntures”, na página 93 deste Prospecto.

#### **Inadequação da Oferta**

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de telecomunicação. Os investidores devem ler a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta”, nas páginas 89 deste Prospecto, em conjunto com os com as seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado”, do Formulário de Referência, cujo acesso está indicado na seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto Definitivo por Referência”, na página 7 deste Prospecto.

#### **Regime de Colocação – Garantia Firme**

A Oferta será realizada sob o regime de garantia firme, nos termos do Contrato de Distribuição, com a intermediação dos Coordenadores. Para mais informações, ver “Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição - Regime de Colocação”, na página 73 deste Prospecto.

#### **Fatores de Risco**

Para explicação acerca dos fatores de risco que devem ser considerados veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta”, na página 89 deste Prospecto, e as seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado”, do Formulário de Referência, cujo acesso está indicado na seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência”, na página 7 deste Prospecto.



## **Fatores de Risco Relacionados à Oferta**

Os principais fatores de risco relacionados à Oferta são: (i) A percepção de riscos em outros países, especialmente em outros países de economia emergente, poderá afetar o valor de mercado de títulos e de valores mobiliários brasileiros, incluindo as Debêntures; (ii) As Debêntures não contarão com qualquer garantia ou preferência em relação aos demais credores da Emissora, pois são da espécie quirografária; (iii) A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários pode dificultar o desinvestimento nas Debêntures pelos seus titulares; (iv) O eventual rebaixamento na classificação de risco atualmente atribuída à Oferta poderá dificultar a captação de recursos pela Companhia, bem como acarretar a redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário e impacto negativo relevante na Companhia; (v) As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a eventos de vencimento antecipado; (vi) A taxa de juros estipulada nas Debêntures da Primeira Série pode ser questionada em decorrência da Súmula nº 176 do Superior Tribunal de Justiça.; (vii) As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de indisponibilidade da Taxa DI Over ou do IPCA; (viii) A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures e ter impacto adverso negativo na liquidez das Debêntures; e (ix) As informações acerca do futuro da Emissora contidas neste Prospecto Definitivo podem não ser precisas.

Para maiores informações vide seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta” na página 89 deste Prospecto Definitivo.

## **Informações Adicionais**

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora ou a Oferta poderão ser obtidas com os Coordenadores e na CVM, nos endereços indicados na seção “Identificação de Administradores, Consultores e Auditores”, na página 45 deste Prospecto. Para descrição completa das condições aplicáveis à Oferta, ver seção “Informações Relativas à Oferta”, na página 55 deste Prospecto. O pedido de registro da Oferta foi apresentado à ANBIMA em 27 de janeiro de 2012, estando a Oferta sujeita à análise prévia pela ANBIMA e à prévia aprovação pela CVM.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



#### **4. IDENTIFICAÇÃO DA EMISSORA, DOS COORDENADORES, DO AGENTE FIDUCIÁRIO, DO CONSULTOR JURÍDICO E DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

---



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**IDENTIFICAÇÃO DA EMISSORA, DOS COORDENADORES, DO AGENTE FIDUCIÁRIO,  
DO CONSULTOR JURÍDICO E DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

EMISSORA

**Oi S.A. (nova denominação da Brasil Telecom S.A.)**

Rua General Polidoro, 99, 5º andar  
CEP 22280-004  
Rio de Janeiro – RJ  
At.: Bayard Gontijo  
Telefone: (21) 3131-2183  
Fac-símile: (21) 3131-1383  
E-mail: bayard.gontijo@oi.net.br  
Website: <http://www.oi.com.br/ri>

COORDENADOR LÍDER

**Banco Itaú BBA S.A.**

Avenida Brig. Faria Lima, 3400, 4º andar  
Itaim Bibi  
CEP 04538-132  
São Paulo – SP  
At.: Eduardo Prado Santos  
Telefone: (11) 3708-8717  
Fac-símile: (11) 3708-2533  
E-mail: eduardo.prado@itaubba.com  
Website: <http://www.itaubba.com.br>

COORDENADOR

**Banco Bradesco BBI S.A.**

Avenida Paulista, 1.450, 8º andar, Cerqueira César  
CEP 01310-917  
São Paulo - SP  
At.: Leandro de Miranda Araújo  
Telefone: (11) 2178-4800  
Fac-símile: (11) 2178-4880  
E-mail: leandro.miranda@bradescobbi.com.br  
Website: <http://www.bradescobbi.com.br>

COORDENADOR

**BB - Banco de Investimento S.A.**

Rua Senador Dantas, 105, 36º andar  
CEP 04538-133  
Rio de Janeiro, RJ  
At.: Patricia Romano  
Telefone: (11) 3149-8504  
Fac-símile: (11) 3149-8529  
E-mail: patriciaromano@bb.com.br  
Website: <http://www.bb.com.br>

AGENTE FIDUCIÁRIO

**Planner Trustee DTVM Ltda.**

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3900, 10º andar  
CEP 04538-132  
São Paulo - SP  
At.: Viviane Rodrigues  
Telefone: (11) 2172-2628  
Fac símile: (11) 30748-72-64  
E-mail: vrodrigues@plannercorretora.com.br  
Website: [www.plannercorretora.com.br](http://www.plannercorretora.com.br)

AUDITORES INDEPENDENTES

**Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes**

Avenida Presidente Wilson, 231, 22º andar  
CEP 20030-021  
Rio de Janeiro – RJ  
At.: Marco Antonio Brandão Simurro  
Telefone: (21) 3981-0665  
Fac símile: (21) 3981-0600  
E-mail: mbrandao@deloitte.com  
Website: <http://www.deloitte.com>





BANCO MANDATÁRIO

**Itaú Unibanco S.A.**

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 10º andar  
CEP 22640-102  
São Paulo - SP  
At.: Cláudia G. Vasconcellos  
Telefone: (11) 5029-1910  
Fac-símile: (11) 5029-1535

CONSULTOR JURÍDICO DA COMPANHIA

**Souza, Cescon, Barriau & Flesch Advogados**

Rua Funchal, 418, 11º andar, Vila Olímpia  
CEP 04551-060  
São Paulo – SP  
At.: Alexandre Barreto  
Telefone: (11) 3089-6500  
Fac-símile: (11) 3089-6565  
Website: <http://www.scbf.com.br/>

INSTITUIÇÃO ESCRITURADORA

**Itaú Corretora de Valores S.A.**

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar  
CEP 01451-000  
São Paulo – SP  
At.: Cláudia G. Vasconcellos  
Telefone: (11) 5029-1910  
Fac-símile: (11) 5029-1535

CONSULTOR JURÍDICO DOS COORDENADORES

**Pinheiro Neto Advogados**

Rua Hungria, 1100  
CEP 01455-000  
São Paulo – SP  
At.: José Carlos Junqueira Sampaio Meirelles  
Telefone: (11) 3247-8400  
Fac símile: (11) 3247-8600  
Website: <http://www.pinheironeto.com.br>

**DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

As declarações da Emissora e do Coordenador Líder relativas ao artigo 56 da Instrução CVM 400 encontram-se anexas nas páginas 199, 203 e 207 deste Prospecto Definitivo.



## APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES DA OFERTA

### BANCO ITAÚ BBA S.A.

O Itaú BBA é um banco de atacado brasileiro com ativos na ordem de R\$ 200 bilhões, uma carteira de crédito de R\$ 102 bilhões, e patrimônio líquido de R\$ 6,6 bilhões em 30 de setembro de 2011. O banco faz parte do grupo Itaú Unibanco, sendo controlado diretamente pelo Itaú Unibanco Holding S.A. O Itaú BBA é responsável pelas operações com as grandes empresas, provendo serviços financeiros. O Itaú BBA possui sucursais no Rio de Janeiro, Campinas, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Montevideu, Buenos Aires, Santiago, Lisboa, além de escritórios de representação em Lima, Nova Iorque, Frankfurt, Paris, Luxemburgo, Madri, Londres e Xangai.

A área de Investment Banking oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda fixa, renda variável, além de fusões e aquisições.

De acordo com a ANBIMA, o Itaú BBA tem apresentado liderança consistente no ranking de distribuição de operações de renda fixa no mercado doméstico, tendo ocupado o primeiro lugar nos anos de 2004 a 2011, com participação de mercado entre 19% e 46%. Adicionalmente, o Itaú BBA tem sido amplamente reconhecido como um dos melhores bancos de investimento do Brasil por instituições como Global Finance, Latin Finance e Euromoney. Nos últimos três anos, foi considerado o melhor Banco de Investimento no Brasil, pela revista Global Finance, publicação americana especializada em análises sobre empresas e instituições financeiras dos cinco continentes.

Dentre as emissões de debêntures coordenadas pelo Itaú BBA recentemente, destacam-se as ofertas de debêntures da Coelce (R\$ 400 milhões), Multiplan (R\$ 300 milhões), Tecnisa (R\$ 250 milhões), ALL - América Latina Logística S.A. (R\$ 360 milhões), Ampla (R\$ 300 milhões) e Cyrela (R\$ 400 milhões). Em operações de notas promissórias recentemente coordenadas pelo Itaú BBA, destacam-se as operações da BR Malls (R\$ 200 milhões), CCR AutoBan (R\$ 950 milhões) e Contax (R\$ 230 milhões). Destacam-se ainda as operações FIDC Banco Intermedium (R\$ 150 milhões), FIDC Insumos Básicos da Indústria Petroquímica (R\$ 513 milhões), FIDC Renner (R\$ 350 milhões), CRI RB Capital com risco Petrobrás Distribuidora (R\$ 350 milhões), CRI Brookfield (R\$ 176 milhões), CRI PDG Securitizadora com risco PDG Realty (R\$ 405 milhões). No segmento de renda fixa internacional, até novembro de 2011 o Itaú BBA participou como *joint-bookrunner* de 18 ofertas de bonds, cujo montante total alcançou US\$ 14,7 bilhões. Em 2010 o Itaú BBA participou de 24 ofertas, com um montante total de US\$ 13,3 bilhões. Dentre as operações recentemente em que o Itaú BBA atuou como *sole bookrunner* ou *joint-bookrunner*, destacam-se as ofertas de OGX (US\$ 2,5 bilhões), Oi (R\$ 1,1 bilhão), Cresud (US\$ 60 milhões), Arcos Dorados (R\$ 400 milhões), Banco Itaú (US\$ 500 milhões), e Celpa (US\$ 250 milhões).

Em renda variável o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de ADRs, ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui reconhecida e premiada estrutura independente de pesquisa, segundo informações da Institutional Investor Magazine. Até meados de dezembro de 2011, o Itaú BBA atuou como coordenador e bookrunner de ofertas públicas iniciais e subsequentes que totalizaram R\$15,7 bilhões. No ranking da ANBIMA, o banco fechou o mês de novembro de 2011 em primeiro lugar em número de ofertas com participação no mercado de 82%.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes os serviços para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. A área detém conhecimento dos investidores estratégicos e financeiros para assessorar clientes na viabilização de movimentos societários. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Thomson Finance com base no número de operações realizadas até meados de dezembro de 2011, o Itaú BBA ficou em segundo lugar, com 30 transações.



## BANCO BRADESCO BBI S.A.

Banco de Investimento da Organização, o Bradesco BBI é responsável pela originação e execução de fusões e aquisições, e originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de renda fixa e renda variável, no Brasil e exterior. É também o controlador da Bradesco Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, BRAM - Bradesco Asset Management e Bradesco Securities Inc.

No exercício de 2011, o Bradesco BBI assessorou 183 transações em todos os produtos de Investment Banking, totalizando volume de aproximadamente R\$111 bilhões.

O Bradesco BBI teve os seguintes destaques em 2011:

- Em renda fixa, o Bradesco BBI tem ocupado posição de liderança, encerrando o ano de 2011 como 1º colocado por valor no Ranking ANBIMA de Renda Fixa Consolidado. No período, coordenou 107 operações no Mercado Doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R\$19 bilhões. O Bradesco BBI também ocupa posição de liderança em Securitizações, classificando-se em 1º lugar por valor e número de operações no Ranking ANBIMA de Securitização. No mercado internacional, o Bradesco BBI está constantemente ampliando sua presença em distribuição no exterior, tendo atuado no período como *joint-bookrunner* em 15 emissões de bonds que totalizaram aproximadamente US\$ 10 bilhões; tendo ficado entre as 3 principais instituições no último trimestre de 2011, de acordo com o ranking ANBIMA. Em financiamento de projetos, o Bradesco BBI obteve a terceira colocação no último ranking ANBIMA divulgado na categoria Assessor Financeiro de Financiamento, figurando entre os líderes de mercado em Project Finance. Em 2011, o Bradesco BBI esteve envolvido em diversos mandatos de assessoria e estruturação financeira para projetos de geração e transmissão de energia, projetos industriais, complexos portuários, projetos de mineração e de logística.
- Em ofertas de renda variável, o Bradesco BBI marcou presença nos IPOs e Follow-ons que foram a mercado em 2011. Considerando as ofertas públicas registradas na CVM no período, participou como coordenador e *joint-bookrunner* de nove ofertas, que somadas representaram um volume de R\$9,6 bilhões. Entre as diversas transações realizadas no período destacam-se: IPO da Abril Educação S.A., no montante de R\$371 milhões; IPO da Qualicorp S.A., no montante de R\$1.085 milhões; Follow-On da Gerdau S.A., no montante de R\$4.985 milhões; Follow-On da BR Malls Participações S.A., no montante de R\$731 milhões; e fechamento de capital do Universo Online, transação que totalizou R\$338 milhões.
- Em fusões e aquisições, em 2011, o Bradesco BBI ficou classificado em 3º lugar entre os bancos que mais assessoraram M&A no Brasil, segundo a Merger Market, com 27 transações anunciadas no período. Entre as diversas transações destacamos: GFV Participações na aquisição de participação adicional e OPA para fechamento de capital da Marisol S.A., transação que pode chegar a R\$205 milhões; SP Torres (Providence Private Equity), na aquisição de 1.200 torres de telecomunicação da Vivo por R\$432 milhões; Petropar, na aquisição da totalidade dos negócios de não tecidos voltados ao segmento de produtos descartáveis da Fiberweb Holdings Limited por R\$286 milhões; Kroton na aquisição de 100% do capital da Unopar por R\$1,3 bilhão; JSL na aquisição de 100% da Rodoviário Schio pelo valor de R\$405 milhões; Nadir Figueiredo, na aquisição de parte das operações de vidros da Saint-Gobain no Brasil; Folhapar no fechamento de capital do Universo Online, transação que totalizou R\$338 milhões; Comitê Especial Independente da Telemar Norte Leste na reorganização societária do Grupo OI, transação que totalizou R\$22 bilhões; Grupo Fleury na aquisição de 100% da unidade de medicina diagnóstica da rede D'Or, pelo valor de R\$1,19 bilhão; à Scopus na aquisição de 49% do capital votante e 32,5% do total da NCR Manaus pelo valor de R\$79,6 milhões, e (ii) ao Banco Bradesco na negociação de fornecimento de pelo menos 30 mil ATMs até 2016; Grupo Silvio Santos Participações, na venda das Lojas do Baú para Magazine Luiza; fundo de private equity DLJ South American Partners na venda de 100% Brazil Trade Shows para Informa Exhibitions; IGB Eletrônica no processo de reestruturação do passivo da companhia e no processo de criação da Companhia Brasileira de Tecnologia Digital – CBTD, que teve 60% do seu capital alienado à Jabil, Agência de Fomento do Estado do Amazonas – AFEAM, Petros e Funcef, e o fundo de private equity Advent International na aquisição de 50% da TCP Terminais; dentre outras.



Ademais, o Bradesco, controlador do Bradesco BBI, é atualmente um dos maiores bancos múltiplos privados do país e está presente em 100% dos municípios do Brasil e em diversas localidades no exterior. O Bradesco mantém uma rede de atendimento alicerçada em modernos padrões de eficiência e tecnologia que atende a mais de 25,1 milhões de correntistas. Clientes e usuários têm a disposição 61,401 mil pontos de atendimento, destacando-se 4,634 mil agências. Dando prosseguimento à sua estratégia de crescimento orgânico, nos últimos 12 meses, o Bradesco inaugurou 1.009 agências, adicionando mais de 9 mil novos colaboradores nesse período. Em 2011, o lucro líquido foi de R\$ 11,198 bilhões, enquanto o ativo total e patrimônio líquido totalizaram R\$ 761,533 bilhões e R\$ 55,582 bilhões, respectivamente.

#### **BB - BANCO DE INVESTIMENTO S.A.**

O Banco do Brasil S.A., empresa controladora do BB Investimentos, em seus mais de 200 anos de existência, acumulou experiências, participando da história e da cultura brasileira. Sua marca é uma das mais conhecidas do país, ocupando a primeira colocação do Top Finanças do prêmio Top of Mind 2010. O Banco do Brasil S.A. encerrou 2010 com uma base de 54,4 milhões de clientes e 35,9 milhões de contas correntes, entre pessoas físicas e jurídicas, a partir de uma rede de mais de 18 mil pontos de atendimento, com envolvimento de 118,9 mil funcionários.

No exterior, o Banco do Brasil S.A. tem 47 pontos distribuídos em 23 países (Alemanha, Angola, Argentina, Áustria, Bolívia, Chile, China, Coreia do Sul, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Estados Unidos, França, Ilhas Cayman, Inglaterra, Itália, Japão, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela).

Com objetivo de oferecer soluções diferenciadas e fortalecer o vínculo com as empresas brasileiras, o Banco do Brasil S.A. criou o BB Investimentos, subsidiária integral, para executar atividades de banco de investimento.

O BB Investimentos mantém posição de destaque entre os principais intermediários em ofertas públicas de ações. Em 2010, atuou como coordenador líder do follow on do Banco do Brasil S.A., como coordenador do IPO da Julio Simões Logística e da Droga Raia e do follow on da JBS S.A e da Petrobras, além de ter sido coordenador contratado nas operações da Aliansce, Multiplus, Hypermarcas e Mills. No acumulado de 2010 do ranking ANBIMA de Distribuição de Renda Variável, ocupou a primeira posição com 60,5% de participação.

Em 2011, o BB Investimentos atuou como coordenador do IPO do Magazine Luiza, como coordenador contratado das ofertas públicas de Tecnisa, Autometal, QGEP Participações e Qualicorp. Atuou também como coordenador a Distribuição Pública de Debêntures Obrigatoriamente Conversíveis em Ações da Minerva.

Atua também na intermediação de valores mobiliários e disponibiliza para seus clientes o serviço de compra e venda de ações por meio da rede de agências do Banco do Brasil S.A., internet (*Home Broker*) e celular. O volume financeiro negociado pelo BB Investimentos em 2009, neste segmento, foi superior a R\$20 bilhões e possui em sua base aproximadamente 250 mil investidores com posição de custódia.

No acumulado de 2010, o BB-BI ficou em terceiro lugar no *ranking* ANBIMA de Originação, por valor, de Renda Fixa Consolidado com o valor de R\$14,6 bilhões originados e 19,3% de participação de mercado. No período de janeiro a novembro de 2011, conforme *ranking* ANBIMA de Originação, o BB Investimentos



participou de 43 emissões de notas promissórias e debêntures, que somaram o volume de R\$12.706 milhões. Neste mesmo período, o BB Investimentos ficou em primeiro lugar no *ranking* ANBIMA de Originação, por valor, de Renda Fixa Consolidado, com o valor de R\$13.470 milhões originados e 20% de participação de mercado.

Abaixo, as emissões de notas promissórias e debêntures estruturadas pelo BB-BI nos dois últimos anos:

- em 2010, o BB-BI liderou a segunda emissão de debêntures da Cemig Geração e Transmissão S.A., no valor de R\$ 2,7 bilhões, da primeira emissão de debêntures da Sociedade Comercial e Importadora Hermes S.A., no valor de R\$ 135 milhões, da primeira emissão de debêntures da Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. – INVEPAR, no valor de R\$ 450 milhões, da primeira emissão de debêntures da Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros, no valor de R\$ 122 milhões, da segunda emissão de debêntures da Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A., no valor de R\$ 130 milhões, da primeira emissão de debêntures da Construções e Comércio Camargo Correa S.A., no valor de R\$ 400 milhões, da terceira emissão de debêntures da CPFL Geração de Energia S.A., no valor de R\$ 264 milhões, da terceira emissão de debêntures da Companhia Piratininga de Força e Luz., no valor de R\$ 260 milhões, da décima primeira emissão de debêntures da SABESP, no valor de R\$ 1,2 bilhão, da terceira emissão de debêntures da Mangels S.A., no valor de R\$ 70 milhões, da segunda emissão de debêntures da Júlio Simões Logística S.A., no valor de R\$120 milhões, da primeira emissão de notas promissórias da OAS Engenharia e Participações S.A., no valor de R\$ 200 milhões, da segunda emissão de debêntures da Triunfo Participações e Investimentos S.A., no valor de R\$ 133,5 milhões, da primeira emissão de debêntures da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., no valor de R\$ 600 milhões, da segunda emissão de debêntures da JHSF Participações S.A., no valor de R\$ 250 milhões, da quarta emissão de debêntures da VRG Linhas Aéreas S.A., no valor de R\$ 600 milhões, da quarta emissão de debêntures da Cyrela Brazil Realty S.A., no valor de R\$ 300 milhões, da primeira emissão de debêntures da OAS Engenharia e Participações S.A., no valor de R\$ 400 milhões, da primeira emissão de debêntures da CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A., no valor de R\$ 60 milhões, da segunda emissão de debêntures da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., no valor de R\$ 300 milhões, da primeira emissão de debêntures da WTORRE Properties S.A., no valor de R\$ 90 milhões, da segunda emissão de debêntures da INBEV Participações Societárias S.A., no valor de R\$ 2 milhões, da primeira emissão de notas promissórias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A., no valor de R\$ 450 milhões, da terceira emissão de notas promissórias da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, no valor de R\$ 350 milhões e da segunda emissão de debêntures da Centrais Elétricas da Paraíba S.A.- EPASA, no valor de R\$ 400 milhões. Participou da primeira emissão de debêntures da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no valor de R\$ 548,6 milhões, da terceira emissão de debêntures da MRV Engenharia e Participações S.A., no valor de R\$ 516 milhões, da segunda emissão de notas promissórias da Iochpe Maxion S.A, no valor de R\$ 140 milhões, da terceira emissão de notas promissórias da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A, no valor de R\$ 400 milhões, da primeira emissão de notas promissórias da Camargo Corrêa S.A., no valor de R\$ 3 bilhões, da primeira emissão de debêntures da Odebrecht Serviços e Participações S.A., no valor de R\$ 1,03 bilhões, da quarta emissão de debêntures da Localiza Rent a Car S.A., no valor de R\$ 370 milhões, da primeira emissão de debêntures da Viabahia Concessionária de Rodovias S.A., no valor de R\$ 100 milhões, da primeira emissão de debêntures da Galvão Participações S.A., no valor de R\$300 milhões, da quarta emissão de debêntures da Bandeirantes Energia S.A. no valor de R\$ 390 milhões, da primeira emissão de debêntures da Concessionária Rota das Bandeiras S.A., no valor de R\$ 1.100 milhões, da primeira emissão de debêntures da Fertilizantes Heringer S.A., no valor de R\$ 178 milhões, da primeira emissão de debêntures da Camargo Correa Investimentos em Infra-estrutura S.A., no valor de R\$ 325 milhões, da segunda emissão de debêntures da Tele Norte Leste Participações S.A.,



no valor de R\$ 1.500 milhões, da quinta emissão de notas promissórias da SABESP, no valor de R\$ 600 milhões, da segunda emissão de notas promissórias da Camargo Correa S.A., no valor de R\$ 3.000 milhões, da quarta emissão de notas promissórias da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., no valor de R\$ 230 milhões, da quarta emissão de debêntures da Camargo Correa S.A., no valor de R\$ 850 milhões, da primeira emissão de debêntures da Locar Guindastes e Transportes Intermodais S.A., no valor de R\$ 150 milhões e da quinta emissão de debêntures da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, no valor de R\$ 2.025 milhões.

- em 2011, o BB-BI liderou a nona emissão de debêntures da Companhia Brasileira de Distribuição, no valor de R\$ 610 milhões, a primeira emissão de debêntures da Alusa Engenharia S.A., no valor de R\$ 300 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da Via Rondon Concessionária de Rodovias S.A., no valor de R\$ 450 milhões, a primeira emissão de debêntures da Yoki Alimentos S.A., no valor de R\$ 100 milhões, a primeira emissão de debêntures da Concessionária SPMAR S.A., no valor de R\$ 300 milhões, a quinta emissão de notas promissórias da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., no valor de R\$ 170 milhões, a oitava emissão de notas promissórias da Redecard S.A., no valor de R\$ 2 bilhões, a primeira emissão de debêntures da João Fortes Engenharia S.A., no valor de R\$ 100 milhões, a segunda emissão de notas promissórias da Telemar Participações S.A., no valor de R\$ 300 milhões, a primeira emissão de debêntures da NCF Participações S.A., no valor de R\$ 2.300 milhões, a primeira emissão de debêntures da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., no valor de R\$ 300 milhões, a segunda emissão de notas promissórias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A., no valor de até R\$ 350 milhões, a terceira emissão de debêntures da Cremer S.A., no valor de R\$ 200 milhões, a quarta emissão de debêntures da JSL S.A., no valor de R\$ 113 milhões, a quinta emissão de notas promissórias da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no valor de R\$ 300 milhões, a terceira emissão de debêntures da Egesa Engenharia S.A., no valor de R\$ 160 milhões, a quinta emissão de debêntures da MRV Engenharia e Participações, no valor de R\$ 500 milhões, a segunda emissão de notas promissórias da ViaRondon Concessionária de Rodovias S.A., no valor de R\$ 415 milhões, a quinta emissão de debêntures da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., no valor de R\$ 300 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da Light Energia S.A., no valor de R\$ 400 milhões, a sexta emissão de notas promissórias da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., no valor de R\$ 180 milhões, a quarta emissão de debêntures da Lojas Americanas S.A., no valor de R\$ 500 milhões, a terceira emissão de debêntures da Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA, no valor de R\$ 130 milhões, a décima emissão de debêntures da Telemar Participações S.A., no valor de R\$ 500 milhões, a primeira emissão de debêntures da Estácio Participações S.A., no valor de R\$ 200 milhões, a terceira emissão de notas promissórias da Diagnósticos da América S.A., no valor de R\$ 150 milhões, a terceira emissão de notas promissórias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A., no valor de R\$ 484 milhões, a segunda emissão de debêntures da Marisa Lojas S.A., no valor de R\$ 350 milhões, a quarta emissão de notas promissórias da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, no valor de R\$ 1.000 milhões, a quarta emissão de notas promissórias da CEMIG Distribuição S.A.- CEMIG D, no valor de R\$ 100 milhões e a oitava emissão de debêntures da Light S.A., no valor de R\$ 425 milhões. Participou da décima terceira emissão de debêntures da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, no valor de R\$ 600 milhões, da segunda emissão de notas promissórias da Tele Norte Leste Participações S.A., no valor de R\$ 1500 milhões, da terceira emissão de debêntures da Marfrig Alimentos S.A., no valor de R\$ 598,2 milhões, da quinta emissão de debêntures da Camargo Correa S.A., no valor de R\$ 810 milhões, da quarta emissão de debêntures da Companhia Energética de Pernambuco, no valor de R\$ 360 milhões e da terceira emissão de debêntures da Itapebi Geração de Energia S.A., no valor de R\$ 200 milhões, a primeira emissão de debêntures da Companhia Luz e Força Santa Cruz, no valor de R\$ 65 milhões, da quinta emissão de debêntures da VRG Linhas Aéreas S.A., no valor de R\$ 500 milhões, da quarta emissão de debêntures da CPFL Geração, no valor





de R\$ 680 milhões, da quinta emissão de debêntures da Rio Grande Energia, no valor de R\$ 70 milhões, da segunda emissão de debêntures da CPFL Comercialização Brasil, no valor de R\$ 1.320 milhões, da quinta emissão de debêntures da CPFL Paulista Força e Luz, no valor de R\$ 484 milhões, da quinta emissão de debêntures da CPFL Piratininga, no valor de R\$ 160 milhões, da terceira emissão de debêntures da Bradespar S.A., no valor de R\$ 800 milhões, da terceira emissão de notas promissórias da Galvão Engenharia S.A., no valor de R\$ 250 milhões, da quinta emissão de debêntures da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações, no valor de R\$ 400 milhões, da primeira emissão de notas promissórias da Valepar S.A., no valor de R\$ 1.000 milhões, da terceira emissão de notas promissórias da Unidas S.A., no valor de R\$ 325 milhões, da segunda emissão de debêntures da Unidas S.A., no valor de R\$ 500 milhões, da segunda emissão de debêntures da TCI BPO – Tecnologia, Conhecimento e Informação S.A., no valor de R\$ 66 milhões, da primeira emissão de notas promissórias da Galvão Participações S.A., no valor de R\$ 250 milhões, da oitava emissão de debêntures da Oi S.A. (nova denominação da Brasil Telecom S.A.), no valor de R\$ 2.350 milhões, da terceira emissão de debêntures da Rede D’or São Luiz S.A., no valor de R\$ 650 milhões.



## **5. INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA**

---





(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

### Composição Atual do Capital Social

Em 30 de setembro de 2011, o capital social da Emissora era de R\$3.731.058.950,28 (três bilhões, setecentos e trinta e um milhões, cinquenta e oito mil, novecentos e cinquenta reais e vinte e oito centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 603.020.546 (seiscentos e três milhões, vinte mil, quinhentas e quarenta e seis) ações, sendo 203.423.176 (duzentos e três milhões, quatrocentas e vinte e três mil, cento e setenta e seis) ações ordinárias e 399.597.370 (trezentos e noventa e nove milhões, quinhentos e noventa e sete mil, trezentas e setenta) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. A Emissora possui capital autorizado equivalente a 800.000.000 (oitocentos milhões) de ações ordinárias ou preferenciais da Companhia, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) no caso de emissão de novas ações preferenciais sem direito a voto.

A tabela abaixo demonstra a distribuição do capital social da Emissora entre os acionistas com participação relevante em seu capital social em 30 de setembro de 2011\*:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
	Qtde.	Part. (%)	Qtde.	Part. (%)	Qtde.	Part. (%)
Coari Participações S.A.	161.989.999	79,30	128.675.049	32,20	290.665.048	48,20
Tesouraria	0	0	13.231.553	3,31	13.231.553	2,20
Acionistas Minoritários	41.433.177	20,37	257.690.768	64,49	299.123.945	49,60
<b>Total</b>	<b>203.423.176</b>	<b>100,00</b>	<b>399.597.730</b>	<b>100,00</b>	<b>603.020.546</b>	<b>100,00</b>

Na data deste Prospecto nenhum acionista minoritário detém participação superior a 5% do capital social da Emissora. Para maiores informações sobre o controle acionária da Companhia vide item 15 do Formulário de Referência.

\* Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 27 de fevereiro de 2012 pelas Companhias Oi, nas quais foram aprovadas a Reorganização Societária, a TMAR foi parcialmente cindida e teve suas ações incorporadas pela Coari. Por sua vez, a TNL e a Coari foram incorporadas pela Companhia, extinguindo-se naquela data e sendo sucedidas a título universal pela Companhia. Dessa forma, a Companhia passou a ser controlada diretamente pela Telemar Participações S.A., enquanto a TMAR tornou-se subsidiária integral da Companhia. Desta forma, até a primeira semana de abril de 2012 os acionistas das sociedades incorporadas poderão exercer seus respectivos direitos de retirada, ocasião em que as alterações nas participações indicadas na tabela acima serão conhecidas, e, portanto divulgadas. Ressalte-se que foi aprovado, na mesma Assembleia Geral Extraordinária realizada pela Companhia em 27 de fevereiro de 2012, o aumento de seu capital social da para R\$6.816.467.847,01, através da emissão de 395.585.453 novas ações ordinárias e 798.480.405 novas ações preferenciais da Companhia. Para mais informações sobre a Reorganização Societária, vide seção “Sumário da Emissora – Reorganização Societária”, na página 27 deste Prospecto Definitivo.

### Características da Oferta

#### Autorizações Societárias

A emissão das Debêntures e a Oferta serão realizadas de acordo com a autorização deliberada na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 6 de fevereiro de 2012, nos termos do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”) sob o nº 00002293102 em 14 de fevereiro de 2012, e publicada nos jornais Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, e Valor Econômico em 16 de fevereiro de 2012.

#### Colocação

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme, nos termos do Contrato de Distribuição, com a intermediação dos Coordenadores.

#### Coleta de Intenções de Investimento (“Bookbuilding”)

Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, com a Emissora (i) da Remuneração; (ii) da quantidade de Debêntures alocada em cada Série; e (iii) da quantidade de Séries (“Procedimento de Bookbuilding”).



Puderam participar do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do público alvo da Oferta, conforme previsto neste Prospecto, incluindo Pessoas Vinculadas, até o limite de 100% (cem por cento) do valor da Oferta. Não foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 das Debêntures, tendo sido permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas. A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures e ter impacto adverso negativo na liquidez das Debêntures. O investidor deve ler a seção “Fatores de Risco – Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures – A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures e ter impacto adverso negativo na liquidez das Debêntures”, na página 93 deste Prospecto.

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento à Escritura de Emissão e será divulgado por meio do Anúncio de Início, nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.

### **Prazo de Subscrição**

Respeitadas (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; (iii) o registro para distribuição e negociação das Debêntures pela CETIP e/ou BM&FBOVESPA; e (iv) a disponibilização aos investidores do Prospecto Definitivo, as Debêntures poderão ser subscritas até 30 de março de 2012, conforme definido no Contrato de Distribuição.

### **Forma de Subscrição**

As Debêntures serão subscritas por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP, e por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta.

### **Forma e Preço de Integralização**

As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e à BM&FBOVESPA, conforme o caso, sendo que:

- I. as Debêntures da Primeira Série serão integralizadas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculada de forma exponencial *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, considerando-se 02 (duas) casas decimais, sem arredondamento; e
- II. as Debêntures da Segunda Série serão integralizadas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, calculada de forma exponencial *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, considerando-se 02 (duas) casas decimais, sem arredondamento.

### **Negociação**

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a negociação liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP, e/ou do BOVESPAFIX, ambiente de negociação de ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da negociação das Debêntures.

### **Características das Debêntures**

#### **Número da Emissão**

As Debêntures representam a 9ª emissão de debêntures da Emissora, sendo a 7ª emissão pública da Emissora.

#### **Valor Total da Emissão**

O valor total da emissão será de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) na Data de Emissão.

#### **Quantidade**

Serão emitidas 200.000 (duzentas mil) Debêntures, sendo 40.000 (quarenta mil) nas Debêntures da Primeira Série e 160.000 (cento e sessenta mil) nas Debêntures da Segunda Série.



Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) poderia ter sido acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 30.000 (trinta mil) Debêntures Suplementares, destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente fosse constatado no Procedimento de *Bookbuilding*, conforme opção outorgada pela Emissora aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que somente poderia ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Emissora na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, o que não ocorreu.

Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) poderia ter sido acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 40.000 (quarenta mil) Debêntures Adicionais, que somente poderiam ser emitidas pela Emissora em comum acordo com os Coordenadores na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, o que não ocorreu.

### **Valor Nominal**

As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão.

### **Séries**

A Emissão será realizada em duas séries, sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada uma das Séries foi definida em sistema de vasos comunicantes conforme a demanda pelas Debêntures apurada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, sendo certo que a quantidade de Debêntures de uma das séries deverá ser diminuída da quantidade de Debêntures total da Emissão, definindo, portanto, a quantidade de Debêntures a ser alocada na outra série. A quantidade de Debêntures alocada em cada Série foi objeto de aditamento à Escritura de Emissão, sendo que a Emissora e o Agente Fiduciário são autorizados e obrigados a celebrar tal aditamento sem a necessidade de aprovação societária pela Emissora ou de realização de assembleia geral de Debenturistas. Ressalvadas as referências expressas às Debêntures da Primeira Série ou às Debêntures da Segunda Série, todas as referências às “Debêntures” devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série, em conjunto.

### **Forma**

As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Instituição Escrituradora, e, adicionalmente, (i) para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; e (ii) para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

### **Conversibilidade**

As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora ou de qualquer outra companhia.

### **Espécie**

As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, não conferindo qualquer privilégio especial ou geral aos seus titulares, nem havendo especificação de bens para garantir eventual execução.

### **Data de Emissão**

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de março de 2012.

### **Prazo e Data de Vencimento**

Observado o disposto na Escritura de Emissão, o prazo (i) das Debêntures da Primeira Série será de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de março de 2017 ("Data de Vencimento da Primeira Série"); e (ii) das Debêntures da Segunda Série será de 8 (oito) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de março de 2020 ("Data de Vencimento da Segunda Série") e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série, "Data de Vencimento").



## Amortização

Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado, quando aplicável, e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, o Valor Nominal de cada uma: (i) das Debêntures da Primeira Série será amortizado em uma única parcela, da Data de Vencimento da Primeira Série; e (ii) das Debêntures da Segunda Série, acrescido da Atualização Monetária da Segunda Série, será amortizado em 2 (duas) parcelas anuais e sucessivas, cada parcela no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do Valor Nominal atualizado, sendo a primeira parcela devida em 15 de março de 2019 e a segunda parcela devida na Data de Vencimento da Segunda Série.

## Remuneração

### Remuneração das Debêntures da Primeira Série

A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada conforme disposto abaixo:

*Atualização monetária:* o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série não será atualizado; e

*Juros remuneratórios:* sobre o Valor Nominal ou sobre o saldo do Valor Nominal, conforme o caso, das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extragrupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a um determinado percentual ao ano, conforme definido no Procedimento de Bookbuilding, equivalente a 0,94% (noventa e quatro centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Sobretaxa da Primeira Série", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração das Debêntures da Primeira Série"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de setembro de 2012 e o último, na Data de Vencimento da Primeira Série, na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, ou na data em que ocorrer o resgate antecipado das Debêntures, conforme previsto na Escritura de Emissão ("Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série"). Farão jus à Remuneração das Debêntures da Primeira Série aqueles que forem Debenturistas da Primeira Série ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros-1)$$

onde,

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida em cada data de pagamento de Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal de cada Debênture da Primeira Série, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fator Juros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado, da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso,



inclusive, até a respectiva data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

$n_{DI}$  = número total de Taxas DI-Over consideradas na apuração do produtório, sendo " $n_{DI}$ " um número inteiro; e  
 $TDI_k$  = fator da Taxa  $DI_k$ , expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

$k$  = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até  $n$ ;

$DI_k$  = Taxa DI-Over de ordem  $k$ , expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos da Primeira Série, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left\{ \left[ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

onde,

spread = 0,9400 (noventa e quatro centésimos), informado com 4 (quatro) casas decimais; e

$n$  = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo " $n$ " um número inteiro;

Observações:

- O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- O fator resultante da expressão  $(FatorDI \times FatorSpread)$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

**Indisponibilidade Temporária da Taxa DI.** Observado o disposto no parágrafo abaixo, se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias referentes às Debêntures da Primeira Série previstas na Escritura de Emissão não houver divulgação da Taxa DI, será utilizada, em sua substituição, para apuração de " $TDI_k$ ", a última Taxa DI divulgada oficialmente, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Primeira Série, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

**Indisponibilidade da Taxa DI.** Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro dia útil subsequente ao término do prazo de 10 (dez) dias úteis acima ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, assembleia geral de Debenturistas da



Primeira Série para que os Debenturistas da Primeira Série possam definir, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003 e a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, a última Taxa DI divulgada oficialmente na apuração do Fator Juros, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série, quando da deliberação do novo parâmetro da Remuneração das Debêntures da Primeira Série.

Caso, na assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data da realização da respectiva assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série, qual a alternativa escolhida:

I. a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva assembleia geral pelo saldo do Valor Nominal de cada uma das Debêntures da Primeira Série em circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, caso em que a taxa  $DI_k$  a ser utilizada para a apuração de  $TDI_k$  no cálculo da Remuneração será a última taxa  $DI_k$  disponível; ou

II. a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a respectiva Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, observado que (a) caso a Emissora pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures da Primeira Série em circulação; e (b) durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização e até a integral quitação das Debêntures da Primeira Série em circulação, as Debêntures da Primeira Série em circulação farão jus à remuneração definida pelos Debenturistas da Primeira Série, e apresentada à Emissora na assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série prevista acima.

#### Remuneração das Debêntures da Segunda Série

A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada conforme disposto abaixo:

Atualização monetária: o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será atualizado pela variação acumulada do IPCA, divulgado pelo IBGE, a partir da Data de Emissão ("Atualização Monetária da Segunda Série"), calculada de forma *pro rata temporis* por dias úteis até a integral liquidação das Debêntures, sendo o produto da Atualização Monetária da Segunda Série incorporado ao Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série automaticamente, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal atualizado das Debêntures da Segunda Série calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$





Onde:

$n$  = número total de índices considerados na Atualização Monetária da Segunda Série, sendo " $n$ " um número inteiro;

$NI_k$  = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Segunda Série. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

$NI_{k-1}$  = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês " $k$ ";

$dup$  = número de dias úteis entre a última data de aniversário das Debêntures da Segunda Série e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo " $dup$ " um número inteiro;

$dut$  = número de dias úteis contidos entre a Data de Emissão ou a data de aniversário imediatamente anterior e a próxima data de aniversário das Debêntures da Segunda Série, sendo " $dut$ " um número inteiro.

Os fatores resultantes da expressão:  $\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$  são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.

O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Considera-se como "data de aniversário" todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversário consecutivas.

No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, o número-índice divulgado relativo ao mês imediatamente anterior, calculado *pro rata temporis* por dias úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série.

Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos, contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal do IPCA, o que ocorrer primeiro, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003 e a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). A referida assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série será realizada em 15 (quinze) dias corridos contados da convocação, nos termos da Escritura de Emissão. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado.

Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série mencionada acima, referida assembleia não será mais realizada, e o IPCA, a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária da Segunda Série.





Caso não haja acordo sobre o novo índice para a Atualização Monetária da Segunda Série entre a Emissora e os titulares das Debêntures da Segunda Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data da realização da referida assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, qual a alternativa escolhida:

I. a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da referida assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, pelo saldo do Valor Nominal de cada uma das Debêntures da Segunda Série em circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures da Segunda Série devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, caso em que a taxa a ser utilizada será a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente; ou

II. a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a respectiva Data de Vencimento, observado que (a) caso a Emissora pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures da Segunda Série em circulação; e (b) durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização e até a integral quitação das Debêntures da Segunda Série em circulação, as Debêntures da Segunda Série em circulação farão jus à remuneração definida pelos Debenturistas das Debêntures da Segunda Série e apresentada à Emissora na assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série prevista acima.

*Juros remuneratórios.* Sobre o Valor Nominal ou sobre o saldo do Valor Nominal, conforme o caso, das Debêntures da Segunda Série, atualizado pela Atualização Monetária da Segunda Série, incidirão juros, correspondentes a um percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, equivalente a um determinado percentual ao ano, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, equivalente a 6,20% (seis inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano, incidentes desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento ("Juros da Segunda Série" e, em conjunto com a Atualização Monetária da Segunda Série, "Remuneração das Debêntures da Segunda Série", e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, "Remuneração"). A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis* por dias úteis e será paga anualmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de março de 2013 e o último, na Data de Vencimento da Segunda Série, na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, ou na data em que ocorrer o resgate antecipado das Debêntures, conforme previsto na Escritura de Emissão ("Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série"). A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (Fator Juros - 1)$$

onde:

$J$  = valor dos juros devidos ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

$VNa$  = Valor Nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;



*FatorJuros* = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left( \frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right\}$$

onde:

*Taxa* = 6,2000 (seis inteiros e vinte centésimos), informada com 4 (quatro) casas decimais;

*DP* = número de dias úteis entre a Data de Emissão, ou o último evento, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

### **Período de Capitalização das Debêntures**

O período de capitalização da Remuneração das Debêntures é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração da respectiva Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento dos juros remuneratórios correspondentes ao período em questão ("Período de Capitalização"). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

### **Repactuação**

Não haverá repactuação programada.

### **Resgate Antecipado Facultativo**

#### *Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Primeira Série*

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação do conselho de administração da Emissora, e a partir do 25º mês contado da Data de Emissão ("Data de do Resgate Antecipado Facultativo"), realizar o resgate antecipado facultativo das Debêntures da Primeira Série, total ou parcial ("Resgate Antecipado Facultativo"), com o consequente cancelamento pela Emissora das Debêntures então resgatadas. O Resgate Antecipado Facultativo será operacionalizado da seguinte forma:

I. a Emissora comunicará os Debenturistas acerca do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Primeira Série mediante publicação de aviso sobre referido resgate, com no mínimo, 15 (quinze) dias úteis de antecedência da data definida para o resgate, o qual deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série, incluindo (a) se o resgate será total ou parcial, observadas, nesta hipótese, as regras previstas no item II abaixo; (b) o valor do prêmio de resgate, observado o disposto no item III abaixo; (c) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; e (d) demais informações necessárias para a operacionalização do resgate das Debêntures;

II. caso a Emissora opte pelo Resgate Antecipado Facultativo parcial das Debêntures da Primeira Série, tal resgate será feito mediante sorteio, na presença do Agente Fiduciário, cujo procedimento será informado no aviso. Os Debenturistas que tiverem suas Debêntures sorteadas serão comunicados por escrito com no mínimo 5 (cinco) dias úteis do Resgate Antecipado Facultativo parcial das Debêntures da Primeira Série;

III. na data de liquidação do Resgate Antecipado Facultativo a Emissora irá proceder a liquidação do Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série objeto do resgate, acrescido (a) da Remuneração da Primeira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração,



conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento; e (b) do prêmio equivalente ao percentual indicado no cronograma abaixo aplicado sobre o valor resgatado, devidamente atualizado:

<b>Período do Resgate Antecipado Facultativo</b>	<b>Prêmio</b>
A partir do 25º mês contado da Data de Emissão até o final do 36º mês	1,05%
A partir do 37º mês contado da Data de Emissão até o final do 48º mês	0,50%
A partir do 49º mês contado da Data de Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série	0,30%

IV. caso as Debêntures da Primeira Série estejam custodiadas no SND, o resgate seguirá os procedimentos da CETIP. Para tanto a CETIP deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis de sua realização;

V. caso as Debêntures da Primeira Série estejam custodiadas na BM&FBovespa, o resgate seguirá os procedimentos da BM&FBovespa. Para tanto a BM&FBovespa deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis de sua realização.

Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o Resgate Antecipado Facultativo parcial deverá ocorrer através de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas da Primeira Série, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP, observado que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado parcial, não haverá a necessidade de aditamento à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA o Resgate Antecipado Facultativo parcial deverá ocorrer através de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas da Primeira Série, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da BM&FBOVESPA, observado que, caso a BM&FBOVESPA venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado parcial, não haverá a necessidade de aditamento à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

#### Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Segunda Série

Não haverá Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Segunda Série.

#### **Oferta de Resgate Antecipado**

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures de qualquer uma das Séries, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira e/ou da Segunda Série, endereçada a todos os titulares de Debêntures da(s) respectiva(s) Série(s), sem distinção, assegurado a todos os Debenturistas da(s) respectiva(s) Série(s) igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures da Primeira e/ou da Segunda Série de que forem titulares, da seguinte forma ("Oferta de Resgate Antecipado"):

I. a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio nos termos da Escritura de Emissão ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) a(s) Série(s) objeto da Oferta de Resgate Antecipado; (b) se o resgate será total ou parcial, observadas, nesta hipótese, as regras previstas no item IV abaixo; (c) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (d) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (e) forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; e (f) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;



II. após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido ao Agente Fiduciário até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, findo o qual, a Emissora terá o prazo de 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data;

III. a Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação deste por um percentual mínimo de Debêntures, a ser definido e divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado;

IV. caso se verifique a adesão à Oferta de Resgate Antecipado parcial de Debenturistas representando um volume maior de Debêntures das que poderão ser resgatadas, com base no Edital de Oferta de Resgate Antecipado parcial, deverá ser realizado procedimento de sorteio, conforme previsto no artigo 55, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações; e

V. o valor a ser pago aos Debenturistas a título da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo do Valor Nominal das Debêntures objeto do resgate, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, e no caso das Debêntures da Segunda Série, acrescido da Atualização Monetária da Segunda Série, até a data do seu efetivo pagamento; e (b) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, prêmio de resgate esse que não poderá ser negativo.

Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado parcial deverá ocorrer através de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP, observado que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado parcial, não haverá a necessidade de aditamento à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA o resgate antecipado parcial deverá ocorrer através de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da BM&FBOVESPA, observado que, caso a BM&FBOVESPA venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado parcial, não haverá a necessidade de aditamento à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

A CETIP e a BM&FBOVESPA, deverão ser comunicadas através de correspondência da Emissora com o de acordo do Agente Fiduciário, da realização do resgate antecipado total, com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência.

### **Aquisição Facultativa**

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, conforme o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação da respectiva Série. Na hipótese de cancelamento das Debêntures, o mesmo deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão.



## Encargos Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido aos Debenturistas relativamente a qualquer obrigação decorrente da Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento.

## Decadência dos Direitos aos Acréscimos

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas na Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos da Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

## Local de Pagamento

Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por meio da CETIP ou da BM&FBOVESPA, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA, ou, ainda, por meio do Banco Mandatário para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA.

## Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP ou através da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

## Imunidade Tributária

Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

## Vencimento Antecipado

Sujeito ao disposto abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):

I. (a) decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer sociedade controlada direta ou indiretamente pela Emissora que represente individualmente, no mínimo, 20% (vinte por cento) ou mais do EBITDA da Emissora consolidado, conforme última informação financeira trimestral ou anual, devidamente revisada ou auditada por auditor independente, conforme o caso, enviada à CVM ("Controladas Relevantes"); (b) pedido de autofalência pela Emissora e/ou por qualquer das Controladas Relevantes; (c) pedido de falência da Emissora e/ou de qualquer das Controladas Relevantes formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou de qualquer das Controladas Relevantes, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou de qualquer de suas Controladas Relevantes;



II. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

III. alienação, prestação de garantias a terceiros ou a constituição de qualquer espécie de ônus ou gravame sobre quaisquer dos bens ou direitos da Emissora, exceto se feita (a) para a prestação de garantias em processos judiciais e administrativos, (b) em favor de sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico da Emissora, (c) no caso de alienação de bens e direitos, se realizada em condições usuais de mercado (*arms lenght*), ou (d) no curso normal dos negócios da Emissora; e, de toda forma, desde que tal alienação, prestação de garantia a terceiros ou a constituição de qualquer espécie de ônus ou gravame sobre quaisquer dos bens ou direitos da Companhia não comprometa o cumprimento das obrigações da Emissora com relação aos Debenturistas;

IV. subordinação da dívida representada pelas Debêntures a qualquer outra dívida, exceto aquela cuja preferência decorra de determinação legal;

V. cancelamento, revogação ou rescisão de quaisquer documentos referentes à presente Oferta;

VI. sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexequibilidade de qualquer documento referente presente à Oferta;

VII. declaração de vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações da Emissora ou de qualquer uma das Controladas Relevantes em valor, unitário ou agregado, superior ao equivalente em moeda nacional a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos), valores esses convertidos com base na taxa de venda PTAX800 divulgada pelo Banco Central do Brasil, relativamente ao dia imediatamente anterior à data de ocorrência do evento previsto, ou o fator de conversão que vier substituí-la, salvo se, exclusivamente no caso de inadimplemento, o mesmo for sanado em até 15 (quinze) dias contados da data de sua ocorrência;

VIII. falta de cumprimento por parte da Emissora ou por parte de qualquer uma de suas Controladas Relevantes, durante a vigência das Debêntures, das leis, normas e regulamentos, inclusive ambientais, que afetem ou possam afetar de forma material a capacidade da Emissora de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações financeiras decorrentes das Debêntures;

IX. protesto de títulos contra a Emissora ou qualquer das Controladas Relevantes, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior ao equivalente em moeda nacional a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos, valor esse calculado conforme inciso VII acima, exceto se, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (b) o protesto foi cancelado; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo;

X. não cumprimento, no prazo estipulado, de qualquer sentença transitada em julgado, sentença arbitral, mandado de penhora ou processo semelhante, desde que não recorrível, que verse sobre o pagamento em dinheiro de valor individual ou agregado igual ou superior ao equivalente em moeda nacional a US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos), valor esse calculado conforme inciso VII acima, contra a Emissora e/ou sua Controladas Relevantes ou qualquer de seus bens, sem que haja liberação ou sustação com o oferecimento de garantia ou caução em até 30 (trinta) dias contados do respectivo recebimento da sentença, laudo, mandado ou processo semelhante;

XI. (a) revogação, término, apropriação, suspensão, modificação adversa, cancelamento ou a não-renovação das concessões para a prestação de serviços públicos de telecomunicação detidas pela Emissora e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes, cujas receitas representem 20% (vinte por cento) ou mais do EBITDA da Emissora; e/ou (b) promulgação de qualquer lei, decreto, ato normativo, portaria ou resolução que resulte na revogação, término, apropriação, suspensão, modificação relevante e adversa ou cancelamento das concessões detidas pela Emissora ou por qualquer uma de suas Controladas Relevantes, cujas receitas representem 20% (vinte por cento) ou mais do EBITDA da Emissora; e/ou (c) alteração no objeto social da Emissora que afete adversamente sua capacidade de cumprir com suas obrigações, bem como o início de





qualquer das hipóteses previstas nas alíneas (a) ou (b) acima, que possa afetar adversamente o cumprimento das obrigações da Emissora previstas na Escritura de Emissão e que não sejam sanadas em um prazo de até 30 (trinta) dias contados da data em que a Emissora tiver ciência da respectiva ocorrência;

XII. mudança, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora e/ou das Controladas Relevantes, tal como definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto (i) pelas mudanças de controle ocorridas em razão das operações divulgadas por meio dos Fatos Relevantes datados de 24 de maio de 2011, 1º de agosto de 2011, 17 de agosto de 2011, 26 de agosto de 2011, 12 de novembro de 2011 e 25 de janeiro de 2012 ou (ii) pela mudança, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora que não resulte na redução de dois das três classificações de risco (*ratings*) da Emissora em pelo menos dois níveis (*notches*), em relação aos seus *ratings* no momento imediatamente anterior à publicação de fato relevante sobre a alteração de controle. Para os fins do disposto na presente alínea, a convocação das agências de *rating*, para que seja realizado o *rating* da Oferta, deve ser feita em até 10 (dez) dias, contados da data que seja publicado o fato relevante sobre a alteração do controle em questão, sob pena de, em não sendo feita a referida convocação, o Agente Fiduciário poder declarar o vencimento antecipado das Debêntures;

XIII. ocorrência de fusão, cisão, incorporação ou qualquer tipo de reorganização societária envolvendo a Emissora ou qualquer uma de suas Controladas Relevantes, exceto:

- (a) se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; ou; (b) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo resgate; ou
- (b) por (i) operações de reorganização societária (incluindo incorporações, cisões ou fusões) envolvendo exclusivamente, individual ou coletivamente, as Controladas Relevantes e/ou Telemar Norte Leste S.A. e/ou a Tele Norte Leste Participações S.A., e/ou Coari Participações S.A., ou (ii) operações de incorporação realizadas pela Emissora, tendo como incorporadas, individual ou coletivamente, as Controladas Relevantes e/ou Telemar Norte Leste S.A. e/ou a Tele Norte Leste Participações S.A., e/ou Coari Participações S.A.; ou
- (c) por operações de reorganização societária (incluindo incorporações, cisões ou fusões) ocorridas em razão das operações divulgadas por meio dos Fatos Relevantes datados de 24 de maio de 2011, 1º de agosto de 2011, 17 de agosto de 2011, 26 de agosto de 2011, 12 de novembro de 2011 e 25 de janeiro de 2012;; ou
- (d) incorporação pela Emissora e/ou pelas Controladas Relevantes de terceiros não pertencentes ao grupo econômico da Emissora, que não resulte na redução de dois das três classificações de risco (*ratings*) da Emissora em pelo menos dois níveis (*notches*), em relação aos seus *ratings* no momento imediatamente anterior à publicação de fato relevante sobre a respectiva incorporação.

XIV. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão;

XV. não pagamento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou à Escritura de Emissão na respectiva data de pagamento prevista na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data do respectivo vencimento;

XVI. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de comunicação do referido descumprimento (a) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário à Emissora, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que o prazo previsto neste inciso XVI não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;



XVII. comprovação de que qualquer das declarações prestadas na Escritura de Emissão e nos demais documentos da Oferta provaram-se falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante, não sanado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de comunicação da referida comprovação (a) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário à Emissora, dos dois o que ocorrer primeiro;

XVIII. não manutenção, pela Emissora, de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir, a serem verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas informações trimestrais consolidadas divulgadas regularmente pela Emissora ("Índices Financeiros"):

- (a) Dívida Total/EBITDA igual ou inferior a 4,00 (quatro inteiros) vezes; e
- (b) EBITDA/Serviço da Dívida igual ou superior a 1,75 (um inteiro e setenta e cinco centésimos) vez;

onde:

"Dívida Total" significa o Endividamento Oneroso total da Emissora;

"EBITDA" significa, para os quatro últimos e consecutivos trimestres fiscais da Emissora, cada qual um "período contábil", o somatório (sem qualquer duplicidade) (i) do resultado operacional para determinado período contábil (ajustado pelos ganhos ou perdas extraordinários); e (ii) dos seguintes fatores deduzidos para fins de determinação do resultado operacional de: (1) depreciação e amortização consolidados ocorridos naquele mesmo período contábil; (2) receitas financeiras provenientes de outras atividades inerentes ao seu negócio, quer seja: o lucro operacional antes das despesas financeiras, impostos, depreciações e amortizações, conforme demonstrações financeiras consolidadas da Emissora;

"Serviço da Dívida" significa a soma dos juros da Dívida Total pagos nos quatro últimos e consecutivos trimestres fiscais. Estão excluídas deste cálculo as variações cambiais e monetárias sobre dívidas e caixa e, por fim, as despesas oriundas de provisões (que não tiverem impacto no fluxo de caixa da Emissora, mas apenas registro contábil); e

"Endividamento Oneroso" significa o somatório do saldo de Empréstimos e Financiamentos, de Debêntures, Notas Promissórias (*Commercial Papers*), de instrumentos derivativos e de títulos emitidos no mercado internacional (*Bonds, Eurobonds*), registrados no passivo circulante e no exigível a longo prazo do balanço consolidado da Emissora.

A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de qualquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar imediatamente o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas.

Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nos incisos, I, II, IV, V, VI, VII, X, XI e XV acima, observados os prazos específicos de cura ali previstos, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, pelo Agente Fiduciário nesse sentido. Não obstante o acima, o Agente Fiduciário deverá notificar a Emissora imediatamente sobre a declaração de vencimento antecipado.

Ocorrendo quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos acima), que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.





Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração aplicável a cada uma das Séries, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, em até 3 (três) dias úteis contados da data de declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios. A CETIP e a BM&FBOVESPA, deverão ser comunicadas, através de correspondência da Emissora com o de acordo do Agente Fiduciário, da ocorrência do vencimento antecipado, com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência.

Os Índices Financeiros refletidos no inciso XVIII acima sempre deverão ser calculados trimestralmente, em conformidade com os princípios contábeis adotados pela Emissora quando da divulgação das informações trimestrais referentes ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2011, com base nos quais referidos Índices Financeiros foram estabelecidos, sendo que a Emissora deverá, caso haja qualquer mudança em relação a tais princípios, divulgar os índices calculados até a Data de Vencimento, de acordo com os princípios contábeis vigentes quando da publicação pela Emissora das informações financeiras referentes ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2011, trimestralmente.

O investidor deve ler a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta – As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.”, na página 92 deste Prospecto.

### **Publicidade**

Exceto pelo aviso ao mercado a que se refere o artigo 53 da Instrução CVM 400, pelo Anúncio de Início, pelo Anúncio de Encerramento e por eventuais outros avisos aos investidores que sejam publicados até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, que somente serão publicados no jornal "Valor Econômico", todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOERJ e no jornal "Valor Econômico", sempre imediatamente após a ciência do ato a ser divulgado. A Emissora poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

### **Assembleia Geral de Debenturistas**

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

### **Convocação**

As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, ou pela CVM.

A convocação das assembleias gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos do item “Características das Debêntures – Publicidade”, na página 72 deste Prospecto, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso de presença da totalidade dos Debenturistas..

### **Instalação**

As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

### **Deliberações**

Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto abaixo todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.



Não estão incluídos no quorum a que se refere o parágrafo acima:

- I. os quoruns expressamente previstos na Escritura de Emissão; e
- II. as alterações (a) dos quoruns previstos na Escritura de Emissão; (b) da Remuneração; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão devidos aos Debenturistas; (d) do prazo de vigência das Debêntures; (e) da espécie das Debêntures; (f) da criação de evento de repactuação; ou (g) de quaisquer dos termos de Vencimento Antecipado previstos na Escritura de Emissão; as quais deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

As deliberações de matérias que impliquem em redução ou extinção de direitos e/ou garantias de apenas uma das Séries de Debêntures, dependerão de aprovação dos Debenturistas da referida Série, conforme quorum previsto para a matéria.

Para os fins de cálculo dos quoruns de instalação e de deliberação nos termos da Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora ou qualquer de seus diretores ou conselheiros, seus cônjuges e respectivos parentes até segundo grau.

### **Representantes Legais**

Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias gerais de Debenturistas.

### **Comparecimento do Agente Fiduciário**

O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

### **Aplicação da Lei das Sociedades por Ações**

Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

### **Contrato de Distribuição**

O Contrato de Distribuição está disponível para consulta e cópia na sede da Emissora e dos Coordenadores indicada na seção "Identificação da Emissora, dos Administradores, do Coordenador Líder, dos Consultores e dos Auditores", na página 45 deste Prospecto.

### **Regime de Colocação**

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, os Coordenadores realizarão a colocação, em regime de garantia firme, de maneira individual e não solidária entre eles, de 200.000 (duzentas mil) Debêntures ("Debêntures Objeto da Garantia Firme"), no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de publicação do Anúncio de Início, na seguinte proporção:

	<b>Volume Total de Garantia Firme</b>
<b>Itaú BBA</b>	R\$666.666.668,00
<b>BB-BI</b>	R\$666.666.666,00
<b>Bradesco BBI</b>	R\$666.666.666,00
<b>Total</b>	<b>R\$2.000.000.000,00</b>

Se, até o final do Prazo de Colocação, as Debêntures não tiverem sido totalmente colocadas, os Coordenadores deverão, até o último dia do Prazo de Colocação, subscrever e integralizar as Debêntures objeto da garantia firme que porventura não forem colocadas para investidores, nas condições estabelecidas no Contrato de Distribuição.



## **Plano da Oferta**

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores realizarão a Oferta conforme o plano da Oferta adotado em conformidade com o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, o qual leva em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora, e os quais assegurarão (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco do público alvo da Oferta, e (iii) que os representantes dos Coordenadores recebam previamente exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelos Coordenadores.

## **Público Alvo da Oferta**

O público alvo da Oferta é composto por investidores institucionais ou qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM 409, podendo, entretanto, ser atendidos outros investidores, pessoas físicas ou jurídicas, não qualificados, clientes dos Coordenadores, que tenham amplo conhecimento dos termos, condições e riscos inerentes às Debêntures, bem como acesso aos Prospectos.

## **Pessoas Vinculadas**

Não foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 das Debêntures, tendo sido permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas.

O investidor deve ler a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta – A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures e ter impacto adverso negativo na liquidez das Debêntures.”, na página 93 deste Prospecto Definitivo.

## **Estabilização de Preços e Garantia de Liquidez**

Não serão celebrados contrato de estabilização de preços ou contrato de garantia de liquidez tendo por objeto as Debêntures, exceto o Contrato de Distribuição acima mencionado para fins da garantia firme de colocação.

## **Inadequação da Oferta a Certos Investidores**

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de telecomunicações. Para uma avaliação adequada dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores devem ler a seção “Fatores de Risco”, iniciada na página 89 deste Prospecto, em conjunto com os com as seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado”, do Formulário de Referência, cujo acesso está indicado na seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência”, na página 7 deste Prospecto.

## **Manifestação de Aceitação à Oferta**

Os investidores a partir da data de publicação do Anúncio de Início deverão manifestar sua aceitação à Oferta aos Coordenadores, por meio dos procedimentos da CETIP e da BM&FBOVESPA.

## **Manifestação de Revogação da Aceitação à Oferta**

Caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto Definitivo e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; ou (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; o investidor que já tiver aderido à Oferta deverá ser diretamente comunicado por escrito a respeito e poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão aos Coordenadores (i) até às 16 horas do 5º (quinto) dia útil subsequente à data de comunicação direta por escrito pelos Coordenadores sobre a modificação efetuada, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até às 16 horas do 5º (quinto) dia útil subsequente à data em que foi diretamente comunicado por escrito sobre a suspensão da Oferta, no caso da



alínea (b) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data da respectiva revogação.

### **Modificação da Oferta**

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação da Oferta. O pleito de modificação da Oferta presumir-se-á deferido caso não haja manifestação da CVM em sentido contrário no prazo de dez dias úteis, contado do seu protocolo na CVM. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do ofertante, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 dias. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores ou para renúncia a condição da Oferta estabelecida pela Emissora.

A modificação deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação da Oferta e os Coordenadores deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Nesse caso, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente por escrito a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi diretamente comunicada por escrito a modificação da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação.

### **Suspensão da Oferta**

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (i) poderá suspender, a qualquer tempo, a Oferta se (a) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (b) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta; e (ii) deverá suspender a Oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro, aplicando-se, neste caso, o disposto no item “Cancelamento ou Revogação da Oferta”, na página 76 deste Prospecto. A Emissora deverá dar conhecimento da suspensão aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, facultando-lhes a possibilidade de revogar a aceitação até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação.



### **Cancelamento ou Revogação da Oferta**

Nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400, a CVM poderá cancelar, a qualquer tempo, a Oferta se (i) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (ii) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta. A rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta. Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de revogação da oferta.

Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação.

### **Operações Vinculadas à Oferta**

A seção “Relacionamento entre a Emissora e os Coordenadores”, na página 79 deste Prospecto, trata dos relacionamentos existentes entre a Emissora e os Coordenadores, além do proveniente da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, não há qualquer remuneração a ser paga, pela Emissora, aos Coordenadores da Oferta ou sociedades dos seus respectivos conglomerados econômicos, cujo cálculo esteja relacionado à Oferta.



## CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA

Encontra-se abaixo um cronograma das etapas da Oferta.

Nº	Evento	Data de Realização / Data Prevista <sup>(1)(2)(3)</sup>
1.	Protocolo na ANBIMA do pedido de análise prévia da Oferta por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM 471 Publicação de fato relevante sobre o protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM, por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM 471	27/01/2012
2.	RCA da Emissão	06/02/2012
3.	Prazo para atendimento às exigências da ANBIMA	03/02/2012
4.	Publicação do Aviso ao Mercado Disponibilização do Prospecto Preliminar ao público investidor	10/02/2012
5.	Início das Apresentações a Potenciais Investidores	10/02/2012
6.	Encerramento das apresentações para potenciais investidores	16/02/2012
7.	Início do período de coleta de intenções de investimento Encerramento do período de coleta de intenções de investimento Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	05/03/2012
8.	Obtenção do Registro da Oferta na CVM	14/03/2012
9.	Publicação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo Início da Oferta	20/03/2012
10.	Subscrição, Integralização e Liquidação Posterior alienação dos Valores Mobiliários adquiridos pelos	23/03/2012 23/03/2012
11.	Coordenadores em decorrência de Garantia Firme	
12.	Publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta	30/03/2012

(1) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e antecipações sem aviso prévio, a critério da Emissora e dos Coordenadores.

(2) Caso ocorram alterações das circunstâncias, suspensão, prorrogação, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado. Para informações sobre manifestação de aceitação à Oferta, manifestação de revogação da aceitação à Oferta, modificação da Oferta, suspensão da Oferta e cancelamento ou revogação da Oferta, ver seções “Informações Relativas à Oferta – Manifestação de Aceitação à Oferta”, “Informações Relativas à Oferta – Manifestação de Revogação da Aceitação da Oferta”, “Informações Relativas à Oferta – Modificação da Oferta”, “Informações Relativas à Oferta – Suspensão da Oferta” e “Informações Relativas à Oferta – Cancelamento ou Revogação da Oferta” a partir da página 55 deste Prospecto Definitivo.

(3) Para informações sobre o preço de subscrição e forma de integralização das Debêntures, vide seção “Informações Relativas à Oferta – Forma e Preço de Subscrição” na página 58 deste Prospecto Definitivo.

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos (“Avisos aos Debenturistas”), e publicados no jornal “Valor Econômico – Edição Nacional”, bem como divulgados na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (<http://www.oi.net.br/ri>).



## DEMONSTRATIVO DE CUSTOS DA OFERTA

As tabelas abaixo demonstram os custos, total e unitário, da Oferta, com base no valor na Data de Emissão.

Comissões e Despesas	Montante (em R\$)	% do Valor Total da Emissão
<b>Volume Emissão</b>	<b>2.000.000.000,00</b>	<b>100,00</b>
Comissão de Estruturação	5.000.000,00	0,2500
Comissão de Colocação	5.000.000,00	0,2500
Prêmio de Garantia Firme*	5.000.000,00	0,2500
Comissão de Sucesso**	6.172.967,00	0,3086
Total de Comissões	21.172.967,00	1,0586
Tributos Incidentes sobre o Comissionamento	2.261.418,18	0,1131
Auditores	490.000,00	0,0245
Advogados	400.000,00	0,0200
Agente Fiduciário (anual)	8.000,00	0,0004
Banco Mandatário (mensal)	950,00	0,0000
Rating (anual)	30.000,00	0,0015
CETIP (0,00179% mensais)	35.800,00	0,0018
Taxa de Registro na CVM	165.740,00	0,0083
Taxa de Registro na ANBIMA (0,007%)	140.000,00	0,0070
Publicações	84.712,00	0,0042
Prospectos	12.160,00	0,0006
Despesas com <i>Roadshow</i>	50.000,00	0,0025
Total Despesas	24.851.747,18	1,2426
<b>Valor Líquido para Emissora</b>	<b>1.975.148.252,82</b>	<b>98,76</b>

\* A comissão de garantia firme foi calculada sobre o preço de subscrição das Debêntures efetivamente colocadas.

\*\* A comissão de sucesso foi calculada com base no valor presente da economia gerada à Emissora pela redução das taxas de remuneração das Debêntures, calculada sobre a diferença entre a taxa final de remuneração aprovada no Procedimento de *Bokkbuilding* em relação à taxa base constante na proposta de estruturação da Oferta, celebrada entre a Emissora e os Coordenadores ("Taxa Base"). O valor apresentado considera que não houve redução das taxas de remuneração das Debêntures no Procedimento de *Bokkbuilding*.

## CUSTO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO

A tabela a seguir apresenta o custo unitário de distribuição das Debêntures objeto desta Emissão:

Nº de Debêntures	Custo do lançamento (Em R\$)	Custo por Debênture (Em R\$)	% em Relação ao Valor Total da Oferta
200.000	24.851.747,18	124,26	1,2426





## RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E OS COORDENADORES

### IDENTIFICAÇÃO DOS COORDENADORES

#### **Banco Itaú BBA S.A. – Coordenador Líder**

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN, constituída sob a forma de sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 3º ao 8º andar, CEP 04538-132, bairro Itaim Bibi.

#### **Banco Bradesco BBI S.A. - Coordenador**

BANCO BRADESCO BBI S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN, constituída sob a forma de sociedade anônima, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar, CEP 01310-917.

#### **BB - Banco de Investimento S.A. - Coordenador**

BB - BANCO DE INVESTIMENTO S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN, constituída sob a forma de sociedade de economia mista, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, 105, 36º andar, CEP 04538-133.

### RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E O COORDENADOR LÍDER

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritas abaixo as relações da Emissora com o Coordenador Líder.

A Emissora ou sociedades de seu conglomerado econômico mantêm relacionamento comercial com o Coordenador Líder e/ou com as sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, incluindo operações financeiras dentre as quais se destacam, na data deste Prospecto Definitivo, as seguintes:

- serviços de cash management, especificamente arrecadação (recebimento de contas públicas), contratada em janeiro de 2009 por prazo indeterminado, e volume médio anual de R\$ 11.574.700.085,00;
- aplicações de forma direta e indireta em operações de CDBs, contratadas a partir de janeiro de 2011 até dezembro de 2013, com prazos entre 1 e 2 anos e valor total aproximado de R\$ 2.400.000,00, com taxas que variam de 100% CDI a.a. a 102,20% CDI a.a.;
- aplicações de forma direta e indireta em operações compromissadas, contratadas a partir de outubro de 1993 a junho de 2006, com vencimento entre 01/08/2016 até 01/06/2022, com prazos entre 15 e 28 anos e valor total aproximado de R\$ 856.000.000,00;
- aplicações em operações compromissadas no exterior, contratadas a partir de outubro de 1993 a junho de 2006, com vencimento entre 01/08/2016 até 01/06/2022, com prazos entre 15 e 28 anos e valor total aproximado de US\$ 290.000.000,00;
- detém 2 (duas) operações de debêntures em carteira, contratadas em 15/04/2008 e 15/04/2010 e que vencem respectivamente em 15/04/2015 (taxa de CDI + 1,55% a.a. e prazo de 7 anos) e 15/04/2014 (taxa de CDI + 1,20% a.a. e prazo de 4 anos), e totalizam valor aproximado de R\$ 444,726,398.32, não realizando qualquer outra aquisição ou venda de valores mobiliários de emissão da Companhia nos últimos doze meses;
- operações ativas, contratadas a partir de 17/05/2004 até 19/11/2021, com prazos entre 2 e 62 meses e o valor total aproximado de R\$ 3.548.104,44, com taxa variando de 1,17% a.m. a 1,44% a.m.;
- operações de swaps, contratadas a partir de 17/02/2004 vencendo até 01/07/2019, com taxa variando de 85,3% CDI a.a. a 101,5% CDI a.a. com prazos entre 40 e 102 meses e o valor total aproximado de R\$ 169.904.938,92;





- operações de Repasses e FINAME do BNDES, contratadas em 15/04/2011 vencendo em 15/05/2014 (prazo de 37 meses), com taxa de TJLP + 3,8% a.a. e o valor total aproximado de R\$19.140.967,42; e
- operações de fianças bancárias, contratadas a partir de 15/02/2005, que totalizam aproximadamente R\$ 2.000.000.000,00 em taxas que variam de 2,5% a.a. a 2,1% a.a.. Para as fianças de prazo determinado que totalizam aproximadamente R\$ 5.000.000,00, o prazo máximo é de 14/01/2013. Com relação às fianças de prazo indeterminado, o valor total é de aproximado de R\$ 1.995.000.000,00.

Além das operações comerciais citadas acima, o Itaú BBA atuou como coordenador das seguintes ofertas nos últimos 12 (doze) meses:

- 2ª emissão de notas promissórias Tele Norte Leste Participações no montante de R\$ 900.000.000,00 em 15/02/2011 sob Instrução CVM 476, sendo remunerado no valor total de R\$ 356.700,33;
- 3ª emissão de debêntures Tele Norte Leste Participações no montante de R\$ 1.500.000.000,00 em 26/05/2011 sob Instrução CVM 476, sendo remunerado no valor total de R\$ 97.866,96;
- 1ª Emissão de notas promissórias da Contax S.A. no montante de R\$ 230.000.000,00 em 08/07/2011 sob Instrução CVM 476, sendo remunerado no valor total de R\$ 187.010,23;
- 1ª emissão de debêntures da Contax S.A. no montante de R\$100.000.000,00 em 02/09/2011 sob Instrução CVM 476, sendo remunerado no valor total de R\$ 5.420,59;
- Bonds em reais da Companhia no montante de R\$ 1.100.000.000,00 em 16/09/2011 emitidos no exterior, sendo remunerado no valor total de R\$ 660.000,00; e
- 1ª emissão de debêntures da Contax Participações S.A. no montante de R\$ 400.000.000,00 em 29/12/2011 sob Instrução CVM 476, sendo remunerado no valor total de R\$ 2.180.544,95.

Exceto pelo disposto acima, a Companhia não possui qualquer outro relacionamento relevante com o conglomerado econômico do Itaú BBA e, o Itaú BBA também foi contratado para realizar laudo de avaliação da Companhia no processo de reorganização do grupo em julho de 2011.

O Itaú BBA e a Companhia não identificaram conflitos de interesses decorrentes dos relacionamentos acima descritos e a atuação do Itaú BBA como Coordenador Líder.

Exceto pelas comissões a serem recebidas no âmbito da Oferta, não há qualquer remuneração a ser paga, pela Companhia, ao Coordenador Líder ou sociedades do seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado à Oferta. A Companhia poderá, bem como outras sociedades pertencentes ao seu grupo econômico, no futuro, contratar o Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la na realização de investimentos em quaisquer outras operações necessárias para a condução das atividades da Companhia, incluindo, dentre outras, operações de financiamento, de crédito, de derivativos, de câmbio, de oferta de ações e de assessoria financeira.

#### **RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E O BRADESCO BBI**

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritas abaixo as relações da Emissora com o Bradesco BBI.

A Companhia e seu conglomerado econômico mantêm relacionamento comercial com o Banco Bradesco S.A. e/ou com as sociedades de seu conglomerado econômico. Em 31 de dezembro de 2011, destacam-se o somatório das seguintes operações da Oi S.A. (nova denominação da Brasil Telecom S.A.) e Telemar Norte Leste S.A.:

- Depósitos à vista no valor de R\$ 20.295 mil, depósitos a prazo em CDB/CDI e operações compromissadas no valor total aproximado de R\$2.839.289,32 com vencimentos até dezembro de 2013 e taxas que variam entre 100% CDI e 101% CDI, e fundos de investimento no valor de R\$ 42.909 mil, contratados desde 29/10/2007.



- Contratos de financiamento mediante repasse de recursos do BNDES em moeda nacional, com data de contratação de 01/11/2006, no valor R\$ 77.998 mil com vencimentos até maio/2014.
- Emissão de garantias bancárias (cartas de fiança) no valor total de R\$ 1.415.650 mil, com datas de contratação a partir de 24/06/2005, sendo parte desses contratos com vencimentos em 2012 e outra parte com prazo indeterminado de vencimento, apresentando taxas de 0,80% a 1,20% ao ano.

Exceto pelo disposto acima, a Companhia não possui qualquer outro relacionamento relevante com o conglomerado econômico do Bradesco BBI e, exceto pela remuneração prevista no Contrato de Distribuição, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Bradesco BBI e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico.

Adicionalmente, o Bradesco BBI foi contratado pela Telemar Norte Leste S.A. para prestar assessoria financeira na operação de reorganização societária envolvendo a Telemar Norte Leste S.A., Tele Norte Leste Participações S.A., Coari Participações S.A., Oi S.A. (nova denominação da Brasil Telecom S.A.), conforme fato relevante divulgado em 24 de maio de 2011, tendo em vista tratar-se de operação de incorporação de ações e de sociedades sob controle comum. O objetivo da contratação do Bradesco BBI foi auxiliar a Telemar Norte Leste S.A. em seus trabalhos e preparar um relatório de análises consolidando as análises efetuadas dentro deste escopo de trabalho e indicando, com base em tais análises, um intervalo para a determinação da relação de substituição entre ações da Telemar Norte Leste S.A. e Oi S.A. (nova denominação da Brasil Telecom S.A.)

O Bradesco BBI e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. Todavia, a participação acionária do Bradesco BBI e/ou sociedades integrantes do seu conglomerado econômico não atinge, e não atingiu, nos últimos 12 meses, diretamente mais que 5% do capital social da Companhia.

A Companhia entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bradesco BBI como coordenador da Oferta.

A Companhia pode, no futuro, contratar operações financeiras usuais necessárias à condução de suas atividades com o Bradesco BBI.

#### **RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E O BB-BI**

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritas abaixo as relações da Emissora com o BB-BI.

A Emissora mantém relacionamento comercial com o BB-BI ou com sociedades de seu conglomerado econômico, também na qualidade de coordenador, envolvendo as seguintes emissões:

- Coordenador Líder da 1ª emissão de debêntures da Emissora, no valor de R\$ 500 milhões, emitida em 01/05/2002, com vencimento em 01/05/2004;
- Coordenador da 4ª emissão de debêntures da Emissora, no valor de R\$ 500 milhões, emitida em 05/07/2004, com vencimento em 05/07/2009;
- Coordenador Líder da 5ª emissão de debêntures da Emissora, no valor de R\$ 1.080 milhões, emitida em 01/06/2006, com vencimento em 01/06/2013, sendo a remuneração das debêntures 104,0% da Taxa DI. A remuneração total do BB-BI com relação à referida emissão de debêntures da Emissora foi equivalente a 0,26% do volume em que participou em regime de garantia firme, tendo essa remuneração sido integralmente paga à época da subscrição e integralização das respectivas debêntures.



- Coordenador da 8ª emissão de debêntures da Emissora, no valor de R\$ 2.350 milhões, emitida em 28/12/2011, com vencimento em 28/12/2018, sendo a remuneração das debêntures Taxa DI + 1,15%. A remuneração total do BB-BI com relação à referida emissão de debêntures da Emissora foi equivalente a R\$ 1.480.057,00, tendo essa remuneração sido integralmente paga à época da subscrição e integralização das respectivas debêntures.

- Coordenador da 3ª emissão de debêntures da Tele Norte Leste Participações S.A., no valor de R\$1.500 milhões, emitida em 26/05/2011, com vencimento em 26/05/2012, sendo a remuneração das debêntures Taxa DI + 0,65%. A remuneração total do BB-BI com relação à referida emissão de debêntures da Emissora foi equivalente a R\$63.147,88, tendo essa remuneração sido integralmente paga à época da subscrição e integralização das respectivas debêntures.

No que se refere a aquisições, negociações ou compras de valores mobiliários da Emissora ocorridos ao longo dos últimos doze meses, o Banco do Brasil S.A., controlador do BB-BI, adquiriu, no mercado primário, (i) 347 debêntures da 8ª emissão da Companhia, com valor unitário de R\$1 milhão, em montante equivalente a R\$347 milhões; e (ii) 60.000 debêntures da emissão de debêntures da Tele Norte Leste Participações S.A., com valor unitário de R\$10 mil, em montante equivalente a R\$600 milhões.

Adicionalmente, a Emissora ou sociedades de seu conglomerado econômico mantêm relacionamento comercial com o Banco do Brasil S.A. e/ou com as sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, incluindo operações financeiras dentre as quais se destacam, na data deste Prospecto Definitivo, as seguintes:

- serviços de cash management, especificamente: (a) Volume de arrecadação no ano de 2011 de aproximadamente R\$ 3 bilhões; (b) Processamento de pagamentos eletrônicos e pagamentos de salários; (c) aplicações financeiras em CDBs, com liquidez diária, no valor total aproximado de R\$ 500 milhões, com remuneração de 100% CDI.
- Cédulas de Crédito Bancário emitidas pela Telemar Norte Leste, contratadas originalmente no valor total de R\$ 4,3 bilhões, em 30/05/2008, com vencimento em 30/05/2018 e saldo atualizado de R\$ 3,1 bilhões (posição dez/11), com remuneração correspondente a CDI + 1% a.a., no período compreendido entre 31/05/2011 a 30/05/2014 e CDI + 1,83% a.a. no período compreendido entre 31/05/2014 a 30/05/2018, com pagamento de juros nos meses de maio e novembro. A captação ocorreu em decorrência da aquisição de participação acionária na Brasil Telecom Participações S.A. e na Oi S.A. (nova denominação da Brasil Telecom S.A.)
- operações de FCO (Fundo constitucional de financiamento do centro-oeste), contratadas a partir de 18/07/2008, com vencimentos até 01/08/2014 e valor total aproximado de R\$ 24,5 milhões, com remuneração fixa de 10% a.a.
- operações de FINEM, contratadas a partir de 01/11/2006, com vencimentos até 15/05/2014 e valor total aproximado de R\$ 170 milhões, com remuneração pela TJLP acrescida de 4,3% a.a.
- operações de fianças bancárias contratadas a partir de 21/09/2007, por prazo indeterminado e valor total aproximado de R\$ 314 milhões.

Não houve, nos últimos 12 meses, por parte do BB-BI ou de outras instituições financeiras integrantes de seu conglomerado econômico, negociações com ações da Companhia em percentual superior a 5% do capital social da Emissora, observado que todas as negociações se deram em condições e valores de mercado.

O BB-BI e a Emissora não identificaram conflitos de interesses decorrentes dos relacionamentos acima descritos e a atuação do BB-BI como coordenador da Oferta.

A Emissora, bem como outras sociedades pertencentes ao seu grupo econômico poderá, no futuro, contratar com o Banco do Brasil S.A. ou sociedades de seu conglomerado econômico operações financeiras usuais necessárias à condução de suas atividades.



## **OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA**

A seção “Informações sobre a Oferta – Relacionamento entre a Emissora e os Coordenadores”, na página 79 deste Prospecto Definitivo, trata dos relacionamentos existentes entre a Emissora e os Coordenadores, além do proveniente da presente Oferta.

Em 28 de dezembro de 2011, a Companhia emitiu 2.350 debêntures de sua 8ª emissão. As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, tendo sido destinada exclusivamente a investidores qualificados, nos termos da regulação aplicável, cujos recursos foram utilizados para: (i) capital de giro, (ii) reestruturação e alongamento do perfil de endividamento da Companhia e (iii) realização do plano de investimentos – CAPEX da Companhia. Adicionalmente, cumpre destacar que 2.097 debêntures dentre as 2.350 emitidas pela Companhia foram subscritas pelos Coordenadores e/ou instituições financeiras ligadas aos Coordenadores, sendo que 1.750 debêntures foram subscritas pela Caixa Econômica Federal e 347 debêntures foram subscritas pelo Banco do Brasil S.A.

Em 26 de maio de 2011, a Tele Norte Leste Participações S.A. emitiu 150.000 debêntures. As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, tendo sido destinada exclusivamente a investidores qualificados, nos termos da regulação aplicável, cujos recursos foram utilizados para recomposição do caixa da Tele Norte Leste Participações S.A. ante à liquidação das notas promissórias comerciais emitidas pela Tele Norte Leste Participações S.A. em 15 de fevereiro de 2011, cujo vencimento ocorreu em 16 de maio de 2011. Adicionalmente, cumpre destacar que 60.000 debêntures dentre as 150.000 emitidas pela Tele Norte Leste Participações S.A. foram subscritas pelo Banco do Brasil S.A.



## DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão utilizados da seguinte forma: (i) 97% (noventa e sete por cento) para o refinanciamento das dívidas da Emissora de curto prazo, descritas na tabela abaixo, sendo até 81% para o item “a”, até 10% para o item “b” e até 6% para o item “c”; e/ou (ii) 2% (dois por cento) para a realização de plano de investimentos – CAPEX da Emissora; e/ou (iii) 1% (um por cento) para reforço do capital de giro.

O impacto na situação patrimonial da Emissora na previsão de destinação dos recursos para pagamento das dívidas elencadas que vencem no curto prazo é o alongamento do seu perfil de dívida com aumento no exigível a longo prazo e a manutenção de sua atual posição de caixa. Na previsão de destinação dos recursos para investimento em CAPEX, é esperado manutenção e/ou aumento da percepção de qualidade dos serviços prestados com a possibilidade de impactos futuros positivos no resultado da Emissora.

*Relação de dívidas da Emissora que poderão ser quitadas, conforme item (i) acima:*

(a) 3ª emissão de debêntures da Tele Norte Leste Participações S.A., emitida em 26 de maio de 2011, na forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados, em série única, da espécie quirografária, no valor total da oferta de R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões reais), onde foram emitidas 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures no valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais), com prazo de vencimento em 26 de maio de 2012. A remuneração das 150 mil debêntures equivale à 100% por cento da Taxa DI, acrescida de *spread* de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano. Os recursos da 3ª emissão de debêntures da Tele Norte Leste Participações S.A. foram destinados ao pagamento das notas promissórias comerciais emitidas pela Tele Norte Leste Participações S.A. em 15 de fevereiro de 2011, no valor de R\$1.500.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), com remuneração equivalente à 100% por cento da Taxa DI, acrescida de *spread* de 1,15% (um inteiro e quinze centésimos por cento) ao ano, cujos recursos foram destinados para o pagamento da 2ª emissão de debêntures da Tele Norte Leste Participações S.A., cujo vencimento ocorreu em 16 de maio de 2011;

(b) Amortização em 1º de junho 2012 da parcela prevista na 5ª emissão de debêntures da Oi S.A. (nova denominação da Brasil Telecom S.A.), emitida em 01 de junho de 2006, na forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados, em série única, da espécie quirografária, no valor total da oferta de R\$1.080.000.000,00 (um bilhão e oitenta milhões reais), onde foram emitidas 108.000 (cento e oito mil) debêntures no valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais). A remuneração das 108 mil debêntures equivale à 100% por cento da Taxa DI, acrescida de *spread* de 3,5% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano e sua periodicidade de pagamento é semestral. O prazo de vencimento final dessas debêntures é 01º de junho de 2013 e serão realizadas amortizações anuais a partir de 1º de junho de 2011, de acordo com a relação seguinte,

<u>Data de Pagamento</u>	<u>Amortização do Valor Nominal Unitário de cada Debênture (%)</u>	<u>Amortização do Valor Unitário de cada Debênture (R\$)</u>
1º de junho de 2011	33,3	3.330,00
1º de junho de 2012	33,3	3.330,00
1º de junho de 2013	33,4	3.340,00

e/ou,

(c) Amortizações mensais do contrato de financiamento celebrado entre a Companhia e sua controlada BrT Celular com o BNDES, no montante total de R\$1.389 milhões, com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede e atendimento às obrigações regulatórias, programadas para o período compreendido entre 2009 e 2011. Estes contratos estão divididos em dois sub-créditos: (i) sub-crédito A, com remuneração pela TJLP, acrescida de 3,95% a.a.; e, (ii) sub-crédito B, com remuneração fixa de 4,50% a.a. O vencimento dos encargos financeiros é trimestral até dezembro de 2011, passando a ser mensal para o período de janeiro de 2012 até dezembro de 2018. O principal deve ser pago em 84 parcelas mensais, de janeiro de 2012 até dezembro de 2018.

*Breve descrição do plano de investimentos – CAPEX da Emissora, conforme item (ii) acima*

A Emissora planeja, para o exercício social de 2012, realizar investimentos em CAPEX de até R\$478,0 milhões em projetos de melhoria e manutenção de sua rede fixa e banda larga, com o objetivo de manter e ampliar sua capacidade e alcance da rede. A Emissora espera que esses investimentos se traduzam em melhorias na qualidade dos serviços prestados e fortalecimento de sua posição comercial.



## CAPACIDADE DE PAGAMENTO DA EMISSORA

Os administradores da Emissora, com base em análise dos indicadores de desempenho, da geração operacional de caixa e da posição de caixa da Emissora após os eventos descritos abaixo, entendem que a Emissora possui plenas condições para honrar as obrigações de curto, médio e longo prazos existentes, incluindo as Debêntures, bem como para continuar expandindo suas operações. De acordo com os administradores da Emissora, sua geração de caixa confere à Emissora margem de conforto para honrar todas as obrigações de longo prazo existentes (considerando seu endividamento líquido, assim entendido como seus passivos de curto, médio e longo prazo deduzidos de seu saldo de caixa e equivalentes de caixa).

Segue abaixo a descrição da capacidade de pagamento da Emissora nos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2011 e em 30 de setembro de 2010:

	<b>Nove meses findos em 30 de setembro de 2011</b>	<b>Nove meses findos em 30 de setembro de 2010</b>	<b>Exercício Social encerrado em 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>Exercício Social encerrado em 31 de Dezembro de 2009</b>
	<i>(em R\$ mil)</i>		<i>(em R\$ mil)</i>	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	1.454.647	2.750.225	3.415.726	3.573.204
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de investimentos	(1.616.863)	(1.039.902)	(1.560.441)	(3.005.115)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	599.873	(260.396)	(355.789)	(565.149)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes a caixa	554.949	1.449.927	1.499.496	2.940

O investidor deve ler esta seção em conjunto com as demonstrações financeiras da Emissora incorporadas a este Prospecto Definitivo por referência e disponíveis no *website* da CVM. Para mais informações de acesso no *website* da CVM, vide seção “Introdução – Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência”, subseções “Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009” e “Informações Trimestrais da Emissora relativas aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2011 e de 2010”, na página 7 deste Prospecto Definitivo.



## CAPITALIZAÇÃO

Os dados abaixo deverão ser lidos em conjunto com o quadro 10.1 do Formulário de Referência da Emissora, incorporado a este Prospecto Definitivo por referência e disponível nos *websites* da CVM e da ANBIMA. Para mais informações de acesso em cada um desses *websites*, vide seção “Introdução – Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto Definitivo por Referência”, subseção “Formulário de Referência da Emissora”, na página 7 deste Prospecto Definitivo.

As tabelas a seguir apresentam o valor do caixa e equivalentes de caixa, da dívida de curto e longo prazos, do passivo para o resgate de ações preferenciais resgatáveis, dos dividendos e juros sobre o capital próprio, do patrimônio líquido e da capitalização em 30 de setembro de 2011, baseado nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas históricas não auditadas da Sociedade elaboradas de acordo com o IFRS:

**A** com base em dados históricos reais;

**B** ajustados para refletir:

- a liberação em outubro de 2011 do valor total principal de R\$150 milhões no âmbito da linha de crédito que a Companhia contratou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em dezembro de 2009, líquido de comissões e despesas no valor de R\$0,2 milhão relacionadas a essa liberação, e duas amortizações em novembro e dezembro, no valor total de R\$3 milhões;
- os recursos obtidos com a emissão de debêntures não conversíveis em ações, da 8ª emissão da Companhia, no valor total principal de R\$2.350 milhões em dezembro de 2011, líquido de comissões e despesas no valor de R\$8 milhões; e
- os recursos obtidos com a emissão de “Senior Notes” pela Companhia em fevereiro de 2012, no valor total de R\$2.766 milhões (US\$1.500 milhões) e vencimento em 2022, líquido de comissões e despesas no valor de R\$14 milhões (US\$8 milhões). Valores convertidos pela taxa de câmbio USD/BRL 1,845 de 30 de setembro de 2011.

**C** conforme o ajuste adicional relativo à venda das Debêntures e o recebimento dos respectivos recursos após a dedução de comissões e despesas que a Emissora deve pagar aos Coordenadores.

Em 30 de setembro de 2011			
	A - Histórico	B - Ajustado	C - Após ajuste adicional
	(em milhões de reais)	(em milhões de reais)	(em milhões de reais)
Caixa e equivalentes de caixa .....	3.772	9.027	11.009
Dívida de curto prazo <sup>(1)</sup> .....	1.055	1.073	1.073
Dívida de longo prazo <sup>(2)</sup> .....	4.633	9.893	11.875
Total da dívida .....	5.688	10.966	12.948
Passivo para o resgate de ações preferenciais resgatáveis .....	1.502	1.502	1.502
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar .....	56	56	56
Patrimônio líquido .....	10.700	10.700	10.700
Capitalização total <sup>(3)</sup> .....	17.946	23.224	25.206

(1) Composto por empréstimos e financiamentos e debêntures circulantes, mais a parcela de curto prazo da dívida de longo prazo.

(2) Composto por empréstimos e financiamentos e debêntures não circulantes, excluindo a respectiva parcela de curto prazo.

(3) A capitalização total corresponde à soma da dívida total, mais passivo para o resgate de ações preferenciais resgatáveis, dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar e patrimônio líquido.



Para informações sobre a Capitalização Pro Forma da Emissora, vide seção "Sumário da Emissora – Capitalização Pro Forma", na página 29 deste Prospecto Definitivo.

O investidor deve ler esta seção em conjunto com as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas incorporadas a este Prospecto Definitivo por referência e disponíveis no *website* da CVM. Para mais informações de acesso no *website* da CVM, vide seção “Introdução - Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto Definitivo por Referência”, subseções “Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009” e “Informações Trimestrais da Emissora relativas aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2011 e de 2010”, na página 7 deste Prospecto Definitivo.





(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## **6. FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA**

---



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA

*Esta seção contempla, exclusivamente, os fatores de risco diretamente relacionados às Debêntures e à Oferta e não descreve todos os fatores de risco relativos à Companhia e suas atividades, os quais o investidor deve considerar antes de adquirir Debêntures no âmbito da Oferta.*

*O investimento nas Debêntures ofertadas envolve exposição a determinados riscos. Antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto Definitivo e no Formulário de Referência da Companhia, principalmente os fatores de risco descritos nos itens “Fatores de Risco” e “Riscos de Mercado”, constantes dos quadros 4 e 5, respectivamente, do Formulário de Referência da Companhia. A leitura deste Prospecto Definitivo não substitui a leitura do Formulário de Referência da Companhia.*

*Os potenciais investidores podem perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia atualmente acredita que poderão afetar de maneira adversa, podendo riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos pela Companhia, ou que a Companhia atualmente considera irrelevantes, também prejudicar suas atividades, situação financeira e resultados operacionais de maneira significativa.*

*Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Debêntures.*

***A percepção de riscos em outros países, especialmente em outros países de economia emergente, poderá afetar o valor de mercado de títulos e de valores mobiliários brasileiros, incluindo as Debêntures.***

O investimento em títulos de mercados emergentes, entre os quais se inclui o Brasil, envolve um risco maior do que os investimentos em títulos de emissores de países desenvolvidos, podendo tais investimentos serem tidos como sendo de natureza especulativa. Os investimentos em valores mobiliários brasileiros, tais como as Debêntures, estão sujeitos a riscos econômicos e políticos deste país que podem afetar a capacidade dos emissores destes valores mobiliários de cumprir com suas obrigações. Eventos econômicos e políticos nestes países podem, ainda, ter como consequência restrições a investimentos estrangeiros e/ou à repatriação de capital investido. Não há como garantir que não ocorrerão no Brasil eventos políticos ou econômicos que poderão interferir nas atividades da Emissora, conforme descrito acima.

***As Debêntures são da espécie quirografária.***

As Debêntures não contarão com qualquer garantia ou preferência em relação aos demais credores da Emissora, pois são da espécie quirografária. Dessa forma, na hipótese de liquidação da Emissora, os titulares das Debêntures estarão subordinados aos demais credores da Emissora e somente preferirão aos titulares de créditos subordinados aos demais credores, se houver, e acionistas da Emissora em relação à ordem de recebimento de seus créditos. Em caso de liquidação da Emissora, não há como garantir que os titulares das Debêntures receberão a totalidade ou mesmo parte dos seus créditos.

***A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários pode dificultar o desinvestimento nas Debêntures pelos seus titulares.***

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures apresenta, historicamente, baixa liquidez e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado ativo e líquido para negociação desses valores mobiliários que possibilite aos subscritores desses títulos sua pronta alienação caso estes assim decidam. Dessa forma, os Debenturistas podem ter dificuldade para realizar a venda desses títulos no mercado secundário ou até mesmo podem não conseguir realizá-la, e, conseqüentemente, podem eventualmente sofrer prejuízo financeiro.



***O eventual rebaixamento na classificação de risco atualmente atribuída à Oferta poderá dificultar a captação de recursos pela Companhia, bem como acarretar a redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário e impacto negativo relevante na Companhia.***

A classificação de risco atribuída à Oferta baseou-se na condição econômica, financeira e operacional da Emissora na data deste Prospecto Definitivo e nas informações constantes do Formulário de Referência da Emissora na data deste Prospecto Definitivo, bem como nas características da Emissão, nas obrigações assumidas pela Emissora e nos fatores político-econômicos que podem afetar sua condição financeira. Não existe garantia de que a classificação de risco atualmente atribuída à Oferta permanecerá inalterada durante todo o prazo de vigência das Debêntures. Caso a classificação de risco originalmente atribuída seja rebaixada, a Emissora poderá encontrar dificuldades em realizar outras emissões de títulos e valores mobiliários, o que poderá, consequentemente, ter um impacto negativo relevante nos resultados e nas operações da Companhia e na sua capacidade de honrar com as obrigações relativas à Oferta. Da mesma forma, eventual rebaixamento na classificação de risco originalmente atribuída poderá reduzir a liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário, o que, consequentemente, poderá resultar em prejuízo financeiro aos Debenturistas que optem pela venda das Debêntures no mercado secundário.

***As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a eventos de vencimento antecipado.***

A Escritura de Emissão estabelece diversas hipóteses que podem ensejar o vencimento antecipado das obrigações da Emissora com relação às Debêntures, de forma automática ou não, tal como o não cumprimento de obrigações previstas na Escritura de Emissão. Não há garantias de que a Emissora terá recursos suficientes em caixa para realizar o pagamento integral da dívida representada pelas Debêntures na ocorrência do vencimento antecipado de suas obrigações no âmbito da Emissão, hipótese que poderá acarretar um impacto negativo relevante aos Debenturistas e à Companhia. Para descrição completa dos Eventos de Inadimplemento, vide seção “Informações Relativas à Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Vencimento Antecipado”, nas páginas 68 a 72 deste Prospecto Definitivo.

***A taxa de juros estipulada nas Debêntures da Primeira Série pode ser questionada em decorrência da Súmula nº 176 do Superior Tribunal de Justiça.***

A Súmula nº 176 editada pelo Superior Tribunal de Justiça enuncia que “é nula a cláusula contratual que sujeita o devedor à taxa de divulgada pela ANBIMA/CETIP”. A referida súmula decorreu do julgamento de ações judiciais em que se discutia a validade da aplicação da taxa divulgada pela ANBIMA/CETIP em contratos utilizados em operações bancárias ativas. De acordo com os acórdãos que sustentam a súmula, tanto a ANBIMA quanto a CETIP são instituições de direito privado, destinadas à defesa dos interesses de instituições financeiras.

As Debêntures da Primeira Série serão remuneradas com base na Taxa DI *Over*. Assim, embora a referida súmula não vincule as decisões do Poder Judiciário, há a possibilidade de, em uma eventual disputa judicial, a Súmula nº 176 vir a ser aplicada pelo Poder Judiciário para considerar que a Taxa DI *Over*, divulgada pela CETIP, não é válida como fator de remuneração das Debêntures da Primeira Série. Em se concretizando esta hipótese, o índice que vier a ser estipulado pelo Poder Judiciário poderá conceder aos Debenturistas da Primeira Série uma remuneração inferior à Taxa DI *Over*, prejudicando a rentabilidade das Debêntures da Primeira Série.

***As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de indisponibilidade da Taxa DI Over ou do IPCA.***

Na hipótese de os Debenturistas da Primeira Série, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série convocada especificamente para esse fim, não acordarem em conjunto com a Emissora sobre um novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, em substituição à Taxa DI *Over*, caso esta se torne indisponível por mais de 10 (dez) dias consecutivos, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação, com o seu consequente cancelamento.



Igualmente, na hipótese de os Debenturistas da Segunda Série, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, convocada especificamente para esse fim, não acordarem em conjunto com a Emissora sobre um novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização Monetária, em substituição ao IPCA, caso este se torne indisponível por mais de 10 (dez) dias consecutivos, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em Circulação.

Em decorrência do resgate das Debêntures em qualquer das situações acima, os titulares das Debêntures poderão não obter o retorno financeiro esperado na aquisição das Debêntures, não havendo qualquer garantia de que existirão, no momento do resgate, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar aplicação de alíquota superior à que seria aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento original. Além disso, por tratar-se de situação alheia a vontade da Companhia, não há garantias de que a Emissora terá recursos suficientes em caixa para realizar o pagamento integral da dívida representada pelas Debêntures da respectiva Série na ocorrência do resgate antecipado em questão.

***A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures e ter impacto adverso negativo na liquidez das Debêntures.***

A remuneração das Debêntures será definida com base no Procedimento de Bookbuilding, no qual serão aceitas intenções de investimento de investidores que sejam Pessoas Vinculadas até o limite de 100% (cem por cento) do valor da Oferta. A participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures.

Adicionalmente, de acordo com a legislação em vigor, caso não seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 das Debêntures inicialmente ofertadas, investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderão investir nas Debêntures, o que poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures a ser apurada no Procedimento de Bookbuilding e na liquidez esperada das Debêntures. Ademais, a participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas pode se dar até o limite de 100% (cem por cento) do valor da Oferta, o que poderá causar impacto negativo ainda maior na liquidez das Debêntures.

***As informações acerca do futuro da Emissora contidas neste Prospecto Definitivo podem não ser precisas.***

Este Prospecto Definitivo contém informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora, as quais refletem as opiniões da Emissora em relação ao seu desenvolvimento futuro e que, como em qualquer atividade econômica, envolve riscos e incertezas. Não há garantias de que o desempenho futuro da Companhia será consistente com tais informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta seção “Fatores de Risco” e na seção “Fatores de Risco” e “Riscos de Mercado”, constantes dos quadros 4 e 5, respectivamente, do Formulário de Referência da Companhia, e em outras seções deste Prospecto Definitivo. As expressões “acredita que”, “espera que” e “antecipa que”, bem como outras expressões similares, identificam informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora que não representam qualquer garantia quanto a sua ocorrência. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações contidas neste Prospecto e a não tomar decisões de investimento unicamente baseados em previsões futuras ou expectativas. A Emissora não assume qualquer obrigação de atualizar ou revisar quaisquer informações acerca das perspectivas de seu futuro, exceto pelo disposto na regulamentação aplicável, e a não concretização das perspectivas do futuro da Emissora divulgadas podem gerar um impacto negativo relevante nos resultados e operações da Companhia.

***A Oferta será realizada em até duas séries, sendo que a alocação das Debêntures entre as séries será efetuada com base no sistema de vasos comunicantes, o que poderá afetar a liquidez da série com menor demanda.***

O número de Debêntures a ser alocado em cada série será definido de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a alocação das Debêntures entre as séries se dará por meio do sistema de vasos comunicantes, de acordo com o plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores da Oferta. Caso, após o Procedimento de *Bookbuilding*, seja verificada uma demanda menor para uma das séries, referida série poderá ter sua liquidez no mercado secundário afetada adversamente.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## 7. ANEXOS

---

- ESTATUTO SOCIAL DA EMISSORA
- DELIBERAÇÕES SOCIETÁRIAS SOBRE A EMISSÃO E A OFERTA
- ESCRITURA DE EMISSÃO E ADITAMENTOS
- RELATÓRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS DEBÊNTURES
- DECLARAÇÃO DA EMISSORA, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400
- DECLARAÇÃO DA EMISSORA, PARA FINS DO ANEXO II, ITEM Nº 11, DA INSTRUÇÃO CVM 400
- DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



- 
- ESTATUTO SOCIAL DA EMISSORA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**ANEXO I À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM  
28/06/2011**

**BRASIL TELECOM S.A.**  
CNPJ/MF Nº 76.535.764/0001-43  
NIRE 33.3.0029520-8  
Companhia Aberta

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I  
REGIME JURÍDICO**

**Art. 1º** - A Brasil Telecom S.A. é uma sociedade por ações, de capital aberto, que se rege pelo presente Estatuto e legislação aplicável.

**Art. 2º** - A Companhia tem por objeto a exploração de serviços de telecomunicações e atividades necessárias, ou úteis à execução desses serviços, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhe forem outorgadas.

**Parágrafo Único** - Na consecução de seu objeto, a Companhia poderá incorporar ao seu patrimônio bens e direitos de terceiros, bem como:

- I - participar do capital de outras empresas, visando ao cumprimento da política nacional de telecomunicações;
- II - constituir subsidiárias integrais para execução de atividades compreendidas no seu objeto e que se recomende sejam descentralizadas;
- III - promover a importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto;
- IV - prestar serviços de assistência técnica a empresas de telecomunicações, executando atividades de interesse comum;
- V - efetuar atividades de estudos e pesquisas visando ao desenvolvimento do setor de telecomunicações;
- VI - celebrar contratos e convênios com outras empresas exploradoras de serviços de telecomunicações ou quaisquer pessoas ou entidades, objetivando a assegurar a operação dos serviços, sem prejuízo das suas atribuições e responsabilidades; e
- VII - exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

**Art. 3º** - A Companhia tem sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, podendo, por deliberação da Diretoria, observado o disposto no artigo 31, criar e extinguir filiais e escritórios em qualquer ponto de sua área de atuação.

**Art. 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

**CAPÍTULO II  
CAPITAL SOCIAL**

**Art. 5º** - O Capital Social, subscrito, totalmente integralizado, é de R\$ 3.731.058.950,28 (três bilhões, setecentos e trinta e um milhões, cinquenta e oito mil, novecentos e cinquenta reais e vinte e oito centavos), representado por 603.020.546 (seiscentos e três milhões, vinte mil, quinhentas e quarenta e seis) ações, sendo



203.423.176 (duzentos e três milhões, quatrocentas e vinte e três mil, cento e setenta e seis) ações ordinárias e 399.597.370 (trezentos e noventa e nove milhões, quinhentos e noventa e sete mil, trezentas e setenta) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

**Art. 6º** - A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite total de 800.000.000 (oitocentos milhões) de ações ordinárias ou preferenciais, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) no caso de emissão de novas ações preferenciais sem direito a voto.

**Art. 7º** - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, o capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores a isto destinados pela Assembleia Geral.

**Parágrafo 1º** - A capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações.

**Parágrafo 2º** - O valor do saldo da reserva inferior a 1% (um por cento) do capital social poderá não ser capitalizado.

**Art. 8º** - O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas.

**Art. 9º** - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, pode ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

### **CAPÍTULO III AÇÕES**

**Art. 10** - O capital social é representado por ações ordinárias nominativas e preferenciais nominativas e sem valor nominal.

**Art. 11** - A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Art. 12** - As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% (seis por cento) ao ano calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações da companhia ou de 3% (três por cento) ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações da companhia, o que for maior.

**Parágrafo 1º** - As ações preferenciais da Companhia, observado o caput deste artigo, terão direito de voto, mediante votação em separado, nas decisões relativas à contratação de entidades estrangeiras vinculadas aos acionistas controladores, nos casos específicos de contratos de prestação de serviços de gerência, inclusive assistência técnica;

**Parágrafo 2º** - As ações preferenciais da Companhia, observado o caput deste artigo, terão direito de voto nas decisões relativas à contratação de entidades estrangeiras vinculadas aos acionistas controladores, a título de prestação de serviços de gerência, inclusive assistência técnica, e cujos valores não poderão exceder os seguintes percentuais da receita anual do Serviço Telefônico Fixo Comutado, do Serviço de Rede de



Transporte de Telecomunicações e do Serviço Telefônico Móvel Rodoviário, líquida de impostos e contribuições: (i) 1% (um por cento) ao ano, até 31 de dezembro de 2000; (ii) 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao ano, de 1º de janeiro de 2001 a 31 de dezembro de 2002; e (iii) 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao ano, a partir de 1º de janeiro de 2003.

**Parágrafo 3º** - As ações preferenciais adquirirão direito a voto se a Companhia, por 3 (três) exercícios consecutivos, deixar de pagar dividendos mínimos a que fazem jus nos termos deste artigo.

**Art. 13** - As ações da Companhia são escriturais, sendo mantidas em conta de depósito, em instituição financeira, em nome de seus titulares sem emissão de certificados.

#### **CAPÍTULO IV ASSEMBLEIA GERAL**

**Art. 14** - A Assembleia Geral é o órgão superior da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar as providências que julgar convenientes à defesa e desenvolvimento da Companhia.

**Art. 15** - Além das atribuições previstas em lei, compete privativamente à Assembleia Geral fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria e a remuneração individual dos membros do Conselho Fiscal.

**Art. 16** - A Assembleia Geral é convocada pelo Conselho de Administração, ou na forma prevista no parágrafo único do artigo 123 da Lei nº 6.404/76. Quando o Conselho de Administração convocar a Assembleia Geral, caberá ao seu Presidente consubstanciar o ato.

**Art. 17** - A Assembleia Geral é instalada pelo Presidente da Companhia ou, na ausência ou impedimento deste, por qualquer Diretor, ou ainda, por procurador devidamente investido de poderes específicos para esse fim. A Assembleia será presidida pelo Presidente da Companhia, cabendo ao mesmo a escolha do secretário. Na ausência do Presidente da Companhia, a Assembleia será presidida por qualquer diretor ou procurador investido de poderes específicos. Na hipótese de ausência e/ou impedimento de quaisquer diretores e do(s) seu(s) procurador(es), observada a mecânica prevista neste artigo, compete à Assembleia eleger o presidente da mesa e o respectivo secretário.

**Art. 18** - Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, que representem, no mínimo, a maioria necessária para as deliberações tomadas.

**Parágrafo 1º** - A ata pode ser lavrada na forma de sumário dos fatos, inclusive dissidência e protestos.

**Parágrafo 2º** - Salvo deliberação em contrário da Assembleia, as atas serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas.

**Art. 19** - Anualmente, nos 4 (quatro) primeiros meses subsequentes ao término do exercício social, a Assembleia Geral se reunirá ordinariamente, para:

I - tomar as contas dos Administradores; examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;



- II - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício; e
- III - eleger os membros do Conselho Fiscal, e quando for o caso, os Administradores da Companhia;

**Art. 20** - A Assembleia Geral se reunirá, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigirem.

**CAPÍTULO V**  
**ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**  
**Seção I**  
**Normas Gerais**

**Art. 21** - A Administração da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

**Parágrafo 1º** - O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, exercerá a Administração Superior da Companhia.

**Parágrafo 2º** - A Diretoria é o órgão de representação executivo da Administração da Companhia, com as atribuições estabelecidas pelo presente Estatuto.

**Parágrafo 3º** - As atribuições e poderes conferidos por Lei a cada um dos órgãos da Administração, não podem ser outorgados a outro órgão.

**Artigo 21-A** - A Companhia contará, em caráter provisório, com um Comitê Especial Independente constituído para os fins previstos no Parecer de Orientação CVM nº 35/08 para atuar em relação à operação societária consistente nas incorporações da Coari Participações S.A. e da Tele Norte Leste Participações S.A. pela Companhia, submetendo suas recomendações ao Conselho de Administração da Companhia.

§ 1º. O Comitê Especial Independente será formado por 3 membros, eleitos pelo Conselho de Administração, todos independentes e não administradores da Companhia, os quais deverão ter notória experiência e capacidade técnica e estarão sujeitos aos mesmos deveres e responsabilidades legais dos administradores, nos termos do artigo 160 da Lei das Sociedades por Ações.

§ 2º. Será presumida a independência dos membros do Comitê Especial Independente que atendam à definição de "conselheiro independente" prevista no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo.

§ 3º. O Comitê Especial Independente não terá funções executivas ou caráter deliberativo e seus pareceres, propostas ou recomendações serão encaminhadas ao Conselho de Administração para deliberação.

§ 4º. Caberá ao Conselho de Administração fixar a remuneração dos membros integrantes do Comitê Especial Independente e autorizar a contratação pela Diretoria de seus membros, bem como de consultores independentes para dar suporte ao Comitê Especial Independente.

**Art. 22** - Os administradores tomam posse mediante termos lavrados no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso.

**Art. 23** - É de 3 (três) anos o mandato dos administradores, permitida a reeleição.



**Parágrafo Único** – Os mandatos dos administradores reputam-se prorrogados até a posse de seus sucessores.

## **Seção II**

### **Conselho de Administração**

**Art. 24** – Além das atribuições previstas em lei, compete ao Conselho de Administração:

I. aprovar o orçamento anual da Companhia, o plano de metas e de estratégia de negócios previsto para o período de vigência do orçamento;

II. deliberar sobre o aumento do capital da Companhia até o limite do capital autorizado, bem como deliberar sobre a emissão de ações ou bônus de subscrição, inclusive com a exclusão do direito de preferência dos acionistas, fixando as condições de emissão e de colocação das ações ou bônus de subscrição;

III. autorizar a emissão de notas promissórias comerciais para subscrição pública ("commercial papers");

IV. resolver, quando delegado pela Assembleia Geral, sobre as condições de emissão de debêntures, conforme disposto no Parágrafo 1º do artigo 59 da Lei nº 6.404/76;

V. autorizar a venda de debêntures, inclusive conversíveis em ações, de emissão da Companhia que estejam em tesouraria;

VI. autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação;

VII. aprovar a realização de investimentos e desinvestimentos no capital de outras sociedades, em montante superior à alçada da Diretoria;

VIII. autorizar a alienação ou oneração de bens integrantes do ativo permanente da Companhia, cujo valor individual do bem seja superior à alçada da Diretoria;

IX. autorizar a aquisição de bens para o ativo permanente ou ainda a celebração de contratos, cujo valor individual seja superior à alçada da Diretoria;

X. dentro do limite do capital autorizado, aprovar a outorga de opção de compra de ações a seus administradores, empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia;

XI. autorizar a prestação de garantias reais ou fidejussórias pela Companhia em favor de terceiros, em montante superior à alçada da Diretoria;

XII. aprovar a política de patrocínios da Companhia, assim como autorizar a prática de atos gratuitos, em benefício dos empregados ou da comunidade, tendo em vista as responsabilidades sociais da Companhia, sendo que a prestação de fianças para empregados no caso de transferências e/ou remanejamentos interestaduais e/ou intermunicipais não configura matéria que dependa de prévia aprovação do Conselho de Administração;

XIII. estabelecer alçadas da Diretoria para a aquisição, alienação ou oneração de bens integrantes do ativo permanente, prestação de garantias em geral, celebração de contratos, realização de investimentos e desinvestimentos, renúncia de direitos e transações de qualquer natureza, contratação de empréstimos, financiamentos,





arrendamento mercantil e emissão de notas promissórias (excetuada a hipótese do inciso III deste artigo);

XIV. autorizar investimentos em novos negócios ou a criação de subsidiária;

XV. deliberar sobre a aprovação de programa de "Depositary Receipts" de emissão da Companhia;

XVI. autorizar a Companhia a celebrar, alterar ou rescindir Acordos de Acionistas;

XVII. aprovar a política de previdência complementar da Companhia e os acordos coletivos;

XVIII. aprovar o Regimento Interno do Conselho de Administração;

XIX. aprovar a proposta da Diretoria com relação ao Regimento da Companhia com a respectiva estrutura organizacional, inclusive a competência e atribuição dos Diretores da Companhia;

XX. eleger e destituir, a qualquer tempo, os Diretores da Companhia, inclusive o Presidente, fixando-lhes as atribuições, observadas as disposições deste estatuto;

XXI. ratear o montante global da remuneração, fixado pela Assembleia Geral, entre os Conselheiros e Diretores da Companhia, fixando-lhes a remuneração individual;

XXII. executar outras atividades que lhe sejam cometidas pela Assembleia Geral; e

XXIII. fazer cumprir com que a Companhia, durante o prazo de concessão e sua prorrogação, obrigue-se a assegurar a efetiva existência, em território nacional, dos centros de deliberação e implementação das decisões estratégicas, gerenciais e técnicas envolvidas no cumprimento do Contrato de Concessão do STFC, do Termo de Autorização para Serviço de Rede de Transporte de Telecomunicações, do Termo de Autorização para Serviço Telefônico Móvel Rodoviário, inclusive fazendo refletir tal obrigação na composição e nos procedimentos decisórios de seus órgãos de administração.

XXIV. criar comitês técnicos e consultivos para seu assessoramento, em caráter permanente ou não, sempre que julgar necessário, cujas atribuições serão definidas em regimentos específicos.

XXV. escolher, destituir e decidir a remuneração dos auditores independentes indicados pelo Conselho Fiscal

**Parágrafo 1º** - Em cada exercício social, na primeira reunião que suceder à realização da Assembleia Geral Ordinária, o Conselho de Administração deverá discutir e revisar as alçadas da Diretoria, segundo as atribuições previstas neste artigo.

**Parágrafo 2º** - É vedado ao Conselho de Administração efetuar alterações nas alçadas da Diretoria em intervalo inferior a seis meses.

**Parágrafo 3º** - Em quaisquer das hipóteses do inciso XIII deste Artigo 24, em que o valor do ato ou contrato for inferior a cinco milhões de reais (corrigidos anualmente pela variação do IGP-M, a partir de 10 de abril de 2007), aplica-se o disposto no Artigo 31 do presente Estatuto, não sendo exigível deliberação colegiada da Diretoria.



**Art. 25** - O Conselho de Administração é composto de 3 (três) a 7 (sete) membros efetivos e igual número de suplentes.

**Parágrafo 1º** - Os membros do Conselho de Administração e respectivos suplentes são eleitos pela Assembleia Geral que escolhe, dentre eles, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho.

**Parágrafo 2º** - Os titulares de ações preferenciais terão direito de eleger, por votação em separado, um membro do Conselho de Administração e respectivo suplente.

**Parágrafo 3º** - A alteração do disposto no Parágrafo 2º deste artigo dependerá de aprovação, em separado, dos titulares das ações preferenciais.

**Parágrafo 4º** - A Auditoria Interna da Companhia será subordinada ao Conselho de Administração.

**Art. 26** - Os membros do Conselho de Administração serão substituídos em suas faltas, impedimento ou vacância, pelo respectivo suplente.

**Parágrafo Único:** Na hipótese de vacância de cargo de membro do Conselho de Administração e, não assumindo o suplente, observar-se-á o disposto no Art. 150 da Lei 6.404/76.

**Art. 27** - O Conselho de Administração se reúne ordinariamente uma vez em cada mês calendário e, extraordinariamente, mediante convocação feita por seu Presidente ou por 2 (dois) Conselheiros, lavrando-se ata das reuniões.

**Parágrafo 1º** - As convocações se fazem por carta, telegrama ou fax entregues com a antecedência mínima de 10 (dez) dias, salvo nas hipóteses de manifesta urgência, a critério exclusivo do Presidente do Conselho de Administração, devendo a comunicação conter a ordem do dia.

**Parágrafo 2º** - Os membros do Conselho de Administração poderão participar de reunião do órgão por intermédio de conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio que permita que todos os Conselheiros possam ver e/ou ouvir uns aos outros e, nesse caso, serão considerados presentes à mesma, devendo ser lavrada ata e assinada por todos os presentes até a próxima reunião.

**Art. 28** - O Conselho de Administração delibera por maioria absoluta de votos, presente a maioria de seus membros, cabendo ao Presidente do Conselho, quando for o caso, baixar os atos que consubstanciem essas deliberações.

**Art.28-A** - Não poderão ser eleitos para o Conselho de Administração aqueles que (i) ocupem cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal; ou (ii) tenham interesse conflitante com a Companhia.

### **Seção III** **Diretoria**

**Art. 29** - A Diretoria será composta de 05 (cinco) a 09 (nove) membros, entre eles o Diretor Presidente, sendo os demais Diretores sem designação específica, eleitos pelo Conselho de Administração, a quem compete definir as respectivas atribuições.



**Parágrafo 1º** - A Diretoria atuará como órgão de deliberação colegiada, ressalvadas as atribuições individuais de cada um de seus integrantes, nos termos deste Estatuto.

**Parágrafo 2º** - Compete aos Diretores cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Reunião de Diretoria, bem como a prática de todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia.

**Parágrafo 3º** - Compete ao Presidente:

I - submeter à deliberação do Conselho de Administração as propostas aprovadas em Reuniões da Diretoria, quando for o caso;

II - manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades e o andamento dos negócios sociais;

III - orientar e coordenar a atuação dos demais Diretores; e

IV - exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo 4º** - Compete aos demais Diretores assistir e auxiliar o Presidente na administração dos negócios da Companhia e, sob a orientação e coordenação do Presidente, exercer as funções que lhes tenham sido atribuídas pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo 5º** - O cargo de Diretor de Relações com Investidores, exercido cumulativamente ou não com outras funções, será desempenhado pelo Diretor nomeado pelo Conselho de administração por ocasião da eleição da Diretoria. O referido cargo deverá manter-se sempre preenchido.

**Art. 30** - Nas ausências e impedimentos do Presidente, este será substituído pelo Diretor designado pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo 1º** - No caso de faltas e impedimentos simultâneos do Presidente e do seu substituto, a Presidência será exercida por outro Diretor designado pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo 2º** - Os demais membros da Diretoria serão substituídos, nas suas ausências e impedimentos temporários, por outro membro da Diretoria indicado pelo Presidente.

**Parágrafo 3º** - Na hipótese de vacância de cargo de Diretor, o Conselho de Administração promoverá a eleição do substituto para completar o mandato do substituído.

**Art. 31** - Observadas as disposições contidas neste Estatuto, serão necessárias para vincular a Companhia: (i) a assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores, sendo um deles necessariamente o Presidente; (ii) a assinatura de 1 (um) Diretor em conjunto com um procurador, ou (iii) a assinatura de 2 (dois) procuradores em conjunto, investidos de poderes específicos. As citações e notificações judiciais ou extrajudiciais serão feitas na pessoa do Diretor indicado pelo Conselho de Administração ou procurador constituído na forma deste artigo.



**Parágrafo Único** - Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia que serão assinados por 2 (dois) Diretores em conjunto, sendo um deles necessariamente o Presidente, deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daqueles para fins judiciais, terão prazo máximo de validade de 1 (um) ano.

**Art. 32.** Compete à Diretoria, como órgão colegiado:

**I** - cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da Companhia estabelecida pelo Conselho de Administração;

**II** - elaborar e propor ao Conselho de Administração as políticas gerais de recursos humanos da Companhia, e executar as políticas aprovadas;

**III** - deliberar sobre a estrutura organizacional da Companhia;

**IV** - elaborar e propor, anualmente, ao Conselho de Administração as diretrizes estratégicas e o plano estratégico da Companhia, e executar o plano estratégico aprovado;

**V** - elaborar e propor ao Conselho de Administração os orçamentos anual e plurianual da sociedade, e executar os orçamentos aprovados;

**VI** - elaborar e propor ao Conselho de Administração as políticas financeiras da Companhia, e executar as políticas aprovadas;

**VII** - elaborar, em cada exercício, o Relatório Anual de Administração, as Demonstrações Financeiras, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a de distribuição de dividendos, a serem submetidas ao Conselho de Administração e, posteriormente, à Assembleia Geral;

**VIII** - autorizar a celebração de acordos, contratos e convênios que constituam ônus, obrigações ou compromissos para a Companhia, podendo estabelecer normas e delegar poderes, conforme as alçadas da Diretoria estabelecidas pelo Conselho de Administração;

**IX** - gerir as participações societárias em sociedades controladas e coligadas, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;

**X** - estabelecer, a partir dos limites de alçada fixados pelo Conselho de Administração para a Diretoria, os limites de alçada ao longo da linha hierárquica da organização administrativa da sociedade.

**Parágrafo 1º** - Caberá ao Presidente convocar, de ofício, ou a pedido de dois ou mais Diretores, e presidir, as reuniões da Diretoria, que deverão ocorrer ao menos a cada quinzena, ou em periodicidade menor, conforme deliberado pela Diretoria colegiada, observado o quanto segue:

- (a) O Presidente conduzirá as reuniões da Diretoria buscando priorizar deliberações consensuais entre seus membros.
- (b) Não obtido o consenso, o Presidente poderá: (i) submeter a matéria à votação por maioria, podendo, inclusive, utilizar o voto de qualidade em caso de empate, ou (ii) retirá-la de pauta.



**Parágrafo 2º** - O quorum de instalação das reuniões de Diretoria é o da maioria de seus membros em exercício e as deliberações serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos Diretores presentes à reunião, observado o disposto no parágrafo 1º deste artigo, lavrando-se ata das reuniões.

**Parágrafo 3º** - Na ausência do Presidente, caberá ao Diretor indicado consoante o disposto no Artigo 30 deste Estatuto presidir a reunião de Diretoria, não havendo cumulação de votos.

## **CAPÍTULO VI CONSELHO FISCAL**

**Art. 33** - O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da administração da Companhia, devendo funcionar permanentemente.

**Art. 34** - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes.

**Parágrafo 1º** - O mandato dos membros do Conselho Fiscal termina na primeira Assembleia Geral Ordinária subsequente à respectiva eleição, permitida a reeleição, permanecendo os Conselheiros nos cargos até a posse de seus sucessores.

**Parágrafo 2º** - Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente, a quem caberá dar cumprimento às deliberações do órgão.

**Parágrafo 3º** - O Conselho Fiscal poderá solicitar à Companhia a designação de pessoal qualificado para secretariá-lo e prestar-lhe apoio técnico.

**Art. 35** - O Conselho Fiscal se reúne, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário.

**Parágrafo 1º** - As reuniões são convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal ou por 2 (dois) membros do Conselho Fiscal.

**Parágrafo 2º** - O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros.

**Parágrafo 3º** - Os membros do Conselho Fiscal poderão participar de reunião do órgão por intermédio de conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio que permita que todos os Conselheiros possam ver e/ou ouvir uns aos outros e, nesse caso, serão considerados presentes à mesma, devendo ser lavrada ata e assinada por todos os presentes até a próxima reunião.

**Art. 36** - Os membros do Conselho Fiscal são substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente.

**Art. 37** - Além dos casos de morte, renúncia, destituição e outros previstos em lei, dá-se a vacância do cargo quando o membro do Conselho Fiscal deixar de comparecer, sem justa causa, a 2 (duas) reuniões consecutivas ou 3 (três) intercaladas, no exercício anual.

**Parágrafo Único** - No caso de vacância de cargo de membro do Conselho Fiscal e não assumindo o suplente, a Assembleia Geral se reunirá imediatamente para eleger substituto.



## CAPÍTULO VII

### EXERCÍCIO SOCIAL E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Art. 38** - O exercício social coincide com o ano civil.

**Art. 39** - Ao final de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas em lei.

**Art. 40** - O Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral, juntamente com as demonstrações financeiras, proposta de destinação do lucro líquido do exercício, com observância do disposto neste estatuto e na lei.

**Parágrafo Único** - Dos lucros líquidos ajustados, 25% (vinte e cinco por cento) serão obrigatoriamente distribuídos como dividendos, na forma do disposto no artigo seguinte.

**Art. 41** - Os dividendos serão pagos prioritariamente às ações preferenciais até o limite da preferência, a seguir, serão pagos aos titulares de ações ordinárias até o limite das preferenciais; o saldo será rateado por todas as ações, em igualdade de condições.

**Parágrafo Único** - Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, os dividendos serão pagos "pro rata" dia, subsequente ao da realização do capital.

**Art. 42** - Após pago o dividendo mínimo obrigatório, a Assembleia Geral resolverá sobre o destino do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, o qual, por proposta da administração, poderá destinar-se, nas proporções que vierem a ser deliberadas, a: (i) pagamento de dividendo suplementar aos acionistas; (ii) transferência para o exercício seguinte, como lucros acumulados, desde que devidamente justificada pelos administradores para financiar plano de investimento previsto em orçamento de capital.

**Art. 43** - A Companhia pode, por deliberação do Conselho de Administração, pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26.12.95. Os juros pagos serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório devido tanto aos titulares de ações ordinárias quanto aos das ações preferenciais.

**Parágrafo 1º** - Os dividendos e os juros sobre capital próprio de que trata o *caput* serão pagos nas épocas e na forma indicadas pela Diretoria, revertendo a favor da sociedade os que não forem reclamados dentro de 3 (três) anos após a data de início do pagamento.

**Parágrafo 2º** - O Conselho de Administração poderá autorizar a Diretoria a deliberar sobre a matéria de que trata o *caput* do presente artigo.

**Art. 44** - A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, pode, observadas as limitações legais:

- (i) levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, com base neles, declarar dividendos; e
- (ii) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Art. 45** - A Companhia pode, por deliberação da Assembleia Geral, observados os limites legais, atribuir participação nos lucros a seus administradores e empregados.



## **CAPÍTULO VIII**

### **LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA**

**Art. 46** - A Companhia dissolve-se, entrando em liquidação, nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia, que determinará o modo de liquidação e elegerá o liquidante e o conselho fiscal para o período da liquidação, fixando-lhes as respectivas remunerações.

**Art. 47** – Os órgãos sociais da Companhia tomarão, dentro de suas atribuições, todas as providências necessárias para evitar que a companhia fique impedida, por violação do disposto no artigo 68 da Lei nº 9.472, de 16.07.97, e sua regulamentação, de explorar, direta ou indiretamente, concessões ou licenças de serviços de telecomunicações.

\*\*\*\*\*



- 
- DELIBERAÇÕES SOCIETÁRIAS SOBRE A EMISSÃO E A OFERTA



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



BRASIL TELECOM S.A.  
CNPJ/ MF nº 76.535.764/0001-43  
NIRE 33.30029520-8

38

**EXTRATO DO ITEM (1), DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,  
REALIZADA EM 06 DE FEVEREIRO DE 2012**

Na qualidade de secretária da reunião do Conselho de Administração, CERTIFICO que o **item (1)**, da Ordem do Dia da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Brasil Telecom S.A. realizada em 06 de fevereiro de 2012, às 11hs, à Rua Humberto de Campos, nº 425, 8º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tem a seguinte redação:

"Relativamente ao **item (1)** da Ordem do Dia, o Sr. Tarso Rebello Dias apresentou oportunidade de captação de recursos pela Companhia: (...) **(ii) Emissão de Debêntures simples, da espécie quirografária ou com Garantia Flutuante, não conversíveis em ações, em até duas séries, totalizando R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), sendo que esse valor poderá ser aumentado tendo em vista as Debêntures Suplementares e Adicionais (conforme definido abaixo), conforme detalhado abaixo: (ii.1) O Sr. Tarso Rebello Dias apresentou ao Conselho proposta de captação de recursos pela Brasil Telecom S.A. a custos atrativos, por meio da emissão de Debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, em regime de garantia firme de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 400/2003, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), da Instrução da CVM nº 471, de 08 de agosto de 2008, conforme alterada, da Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, e das disposições do Código da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas. A emissão terá as seguintes principais características: (a) Emissor: Brasil Telecom S.A.; (b) Valor: R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), sendo que esse valor poderá ser aumentado, tendo em vista as Debêntures Suplementares e Adicionais (conforme definido em "k" e "l" abaixo); (c) Valor Nominal Unitário: R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na data de emissão; (d) Prazo: 5 anos (sendo o pagamento do principal devido na data do vencimento final) para a série em CDI e 8 anos para a série em IPCA, com amortizações anuais nos últimos dois anos; (e) Comissão de Estruturação, Colocação e Garantia Firme: limitada a 0,80%, incidente sobre o montante total das Debêntures emitidas, com base no preço de subscrição das mesmas e Comissão de Sucesso incidente sobre o montante total de Debêntures efetivamente subscrito e integralizado, com base no preço de subscrição das mesmas, e calculada pela multiplicação de 15% (quinze por cento), incidente sobre o valor presente da economia gerada à Companhia pela redução das taxas de remuneração das Debêntures, calculada sobre a diferença entre a taxa final de remuneração aprovada no Procedimento de Bookbuilding em relação à taxa teto ora deliberada ("Diferença de Spread"); (f) Juros: O pagamento dos juros da primeira série será semestral, incidente sobre o saldo do Valor Nominal, equivalente à variação acumulada das taxas médias diárias de depósitos interfinanceiros de um dia e divulgada pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), denominadas DI over extra-grupo, base 252 dias úteis, expressa na forma percentual ao ano ("taxa DI"), acrescidas de taxa prefixada, máxima de 1,20% a.a., base 252 dias úteis; e o pagamento de juros da segunda série será anual e o Valor Nominal das Debêntures será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), sendo o produto dessa atualização incorporado ao Valor Nominal das Debêntures da segunda série ("Valor Nominal Atualizado da segunda série"), que incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa prefixada máxima de 7,25% a.a., base 252 dias úteis. Ambas as taxas serão definidas através do Procedimento de Bookbuilding (conforme definido em "h" abaixo); (g) Número de Séries: em até duas séries, sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada por série será definida conforme o Procedimento de Bookbuilding (conforme definido em "h" abaixo); observado que a alocação das Debêntures entre as Séries ocorrerá no sistema de vasos comunicantes; (h) Procedimento de Bookbuilding: Será adotado o procedimento de**

mgf





coleta de intenções de investimento, organizado pelos coordenadores, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, em conjunto com a Emissora, (i) da Remuneração; (ii) da quantidade de Debêntures a ser alocada em cada Série; e (iii) da quantidade de Séries; (j) Forma: nominativa, escritural, sem emissão de certificados (j) Quantidade: 200.000 (duzentas mil) Debêntures, observado o disposto em "k" e "l" abaixo; (k) Debêntures Suplementares: nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais, conforme definido em "l" abaixo) poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 30.000 (trinta mil) Debêntures suplementares ("Debêntures Suplementares"), destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no Procedimento de Bookbuilding, conforme opção outorgada pela Emissora aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que somente poderá ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Emissora na data de conclusão do Procedimento de Bookbuilding (l) Debêntures Adicionais: nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) poderá ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 40.000 (quarenta mil) Debêntures adicionais ("Debêntures Adicionais"), que somente poderão ser emitidas pela Emissora em comum acordo com os coordenadores na data de conclusão do Procedimento de Bookbuilding; (m) Espécie e Conversibilidade: quirografária, simples, não conversível em ações; (n) Data de Emissão: a ser definida na Escritura de Emissão das Debêntures; (o) Resgate Antecipado: o resgate antecipado facultativo será permitido, apenas para as debêntures da 1ª série, a partir do 25º mês a contar da Data de Emissão, sendo exigido o pagamento de prêmio equivalente a até 1,05%, caso exercido entre o 25º e 36º mês; até 0,5% caso exercido entre o 37º e 48º mês; e 0,3% caso exercido entre o 49º e 60º mês; adicionalmente, a Emissora poderá realizar Oferta de Resgate Antecipado a qualquer tempo, endereçada a todos os titulares de Debêntures. Adicionalmente, a Emissora, a seu critério, poderá resgatar a totalidade das Debêntures da 1ª série e/ou da 2ª série, conforme o caso, ou realizar a amortização em cronograma a ser estipulado pela Emissora das Debêntures da 1ª série e/ou da 2ª série, conforme o caso, nas seguintes hipóteses: (o.1) com relação às Debêntures da 1ª série, caso não haja acordo entre a Emissora e os titulares das Debêntures da 1ª série, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, sobre o parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da 1ª Série em substituição à Taxa DI, caso esta se torne indisponível por mais de 10 (dez) dias consecutivos; e (o.2) com relação às Debêntures da 2ª série, caso não haja acordo entre a Emissora e os titulares das Debêntures da 2ª série, conforme o caso, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, sobre o parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização Monetária em substituição ao IPCA, caso este se torne indisponível por mais de 10 (dez) dias consecutivos; (p) Vencimento Antecipado: as Debêntures poderão ter seu vencimento antecipado declarado nas hipóteses e nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão das Debêntures, que serão definidos com base nas práticas usuais de mercado e da Companhia, incluindo mas não se limitando aos seguintes eventos: pedido de falência, vencimento cruzado (cross default), não observação de certos índices financeiros (covenants financeiros), ficando delegado à diretoria os poderes necessários à negociar as hipóteses de vencimento antecipado; (q) Registro para Colocação e Negociação: as Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP, e para negociação no mercado secundário, prioritariamente com a utilização de mecanismos que permitam o direito de interferência de terceiros, por meio do SND - Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou por meio do BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"); (r) Procedimento de Subscrição e Integralização: a integralização será realizada à vista, pelo preço de subscrição aplicável, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional; (s) Coordenadores: Banco Itaú BBA S.A., BB - Banco de Investimento S.A. e Banco Bradesco BBI S.A., podendo ser escolhida uma ou mais entre as instituições citadas e seus afiliados, e, ainda, participarem outras instituições financeiras, conforme


Esta folha é parte integrante da Ata de Reunião do Conselho de Administração da Brasil Telecom S.A. realizada em 06 de fevereiro de 2012.

aprovação da Diretoria; (t) Procedimento e Regime de Colocação: a distribuição será pública, sob regime de garantia firme de colocação, com a intermediação dos Coordenadores; e (u) fica a diretoria autorizada a tomar todas as providências necessárias à realização da emissão ora aprovada, bem como negociar todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis à emissão, incluindo, sem limitação, (i) contratar instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para a distribuição pública das debêntures, (ii) contratar os prestadores de serviços necessários para a realização da emissão, e (iii) negociar e assinar toda a documentação relativa à emissão.”


Presente a maioria dos membros do Conselho de Administração e apostas as assinaturas dos senhores: (a.a) Maria Gabriela Campos da Silva Menezes Côrtes – Secretária; José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha – Presidente; João de Deus Pinheiro de Macêdo – Vice Presidente; Julio Cesar Fonseca; Francis James Leahy Meaney; e João Carlos de Almeida Gaspar. Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2012.

  
**Maria Gabriela Campos da Silva Menezes Côrtes**  
 Secretária

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
 Nome: BRASIL TELECOM S/A  
 Nire: 33.3.0029520-8  
 Protocolo: 00-2012038153-2  
**CERTIFICO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O Nº**  
 00002293102  
**DATA:** 14/02/2012

  
 Valéria L. M. Serra  
 SECRETARIA GERAL

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
 Nome: BRASIL TELECOM S/A  
 Nire: 33.3.0029520-8  
 Protocolo: 00-2012038153-2 - 07/02/2012  
**CERTIFICO O DEFERIMENTO EM** 14/02/2012. E O REGISTRO SOB O NÚMERO  
 E DATA ABAIXO.  
 00002293102  
**DATA:** 14/02/2012

  
 Valéria L. M. Serra  
 SECRETARIA GERAL

Esta folha é parte integrante da Ata de Reunião do Conselho de Administração da Brasil Telecom S.A. realizada em 06 de fevereiro de 2012.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



- 
- ESCRITURA DE EMISSÃO E ADITAMENTOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

03/11

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 9ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA BRASIL TELECOM S.A.**

São partes neste "Instrumento Particular de Escritura da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública, da Brasil Telecom S.A." ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures");

BRASIL TELECOM S.A., companhia por ações de capital aberto com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Polidoro, nº 99, 5º andar, parte, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o n.º 76.535.764/0001-43, e inscrita perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE nº 33.30029520-8, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora"); e

NIRE

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures da Primeira Série (conforme definido na Cláusula 6.5 abaixo) ("Debenturistas da Primeira Série") e/ou dos titulares das Debêntures da Segunda Série (conforme definido na Cláusula 6.5 abaixo) ("Debenturistas da Segunda Série") e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Série, "Debenturistas";

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Agente Fiduciário");

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão de acordo com os seguintes termos e condições:

JUR\_SP - 14290686v4 - 3400.321556







04

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A emissão das Debêntures e a oferta pública de distribuição das Debêntures ("Oferta") serão realizadas com base nas deliberações da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 06 de fevereiro de 2012 ("RCA").

2. REQUISITOS

- 2.1 A emissão das Debêntures e a Oferta serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

I. *arquivamento e publicação da ata de RCA.* A ata da RCA será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no jornal "Valor Econômico";

II. *inscrição desta Escritura de Emissão e seus aditamentos.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCERJA, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

III. *registro para distribuição e negociação.* As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (a) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e do BOVESPAFIX (este último ambiente de negociação de ativos) ("BOVESPAFIX"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures;

IV. *registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").* A Oferta será registrada na CVM, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, observado o procedimento simplificado para registro de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários previsto na Instrução CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008, e no convênio celebrado para esse fim em 20 de agosto de 2008 entre a

JUR\_SP - 14290686V4 - 3400.321556 2

UNIVERSIDADE  
FACULDADE DE  
DIREITO





05/10

CVM e a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") ("Convênio CVM-ANBIMA"); e

- V. *análise prévia pela ANBIMA*. A Oferta será objeto de análise prévia pela ANBIMA, no âmbito do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas" ("Código ANBIMA") e do Convênio CVM-ANBIMA.

### 3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 3.1 A Emissora tem por objeto social a exploração de serviços de telecomunicações e atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, conforme as concessões, autorizações e permissões que lhe forem outorgadas, podendo, na consecução de seu objeto social, incorporar ao seu patrimônio bens e direitos de terceiros, bem como: (i) participar do capital de outras empresas, visando ao cumprimento da política nacional de telecomunicações; (ii) constituir subsidiárias integrais para execução de atividades compreendidas no seu objeto e que se recomende sejam descentralizadas; (iii) promover a importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto; (iv) prestar serviços de assistência técnica a empresas de telecomunicações, executando atividades de interesse comum; (v) efetuar atividades de estudos e pesquisas visando ao desenvolvimento do setor de telecomunicações; (vi) celebrar contratos e convênios com outras empresas exploradoras de serviços... de telecomunicações ou quaisquer pessoas ou entidades, objetivando a assegurar a operação dos serviços, sem prejuízo das suas atribuições e responsabilidades; e (vii) exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

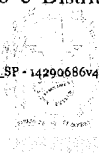
### 4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta serão utilizados, integralmente, para: (i) refinanciamento de dívidas da Emissora de curto prazo; e/ ou (ii) realização de plano de investimentos – CAPEX da Emissora; e/ou (iii) reforço do capital de giro.

### 5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1 *Colocação*. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Simples,

JUR\_SP-14290686v4-3400.321556 3





06/11

Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia, em até Duas Séries, Sob o Regime de Garantia Firme, da 9ª Emissão da Brasil Telecom S.A." ("Contrato de Distribuição") (exceto para as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, conforme abaixo definido, as quais, se houver, serão objeto de distribuição sob o regime de melhores esforços de colocação), com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores").

5.1.1 *Coleta de Intenções de Investimento.* Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, em conjunto com a Emissora, (i) da Remuneração (conforme abaixo definido), observado o disposto na Cláusula 6.13 abaixo; (ii) da quantidade de Debêntures a ser alocada em cada Série (conforme abaixo definido), observado o disposto na Cláusula 6.3 abaixo; e (iii) da quantidade de Séries observado o disposto na Cláusula 6.5 abaixo ("Procedimento de Bookbuilding"). Poderão participar do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do público alvo da Oferta, conforme previsto no Prospecto, incluindo Pessoas Vinculadas (conforme definição prevista no Prospecto). Caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 das Debêntures, não será permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400.

5.1.2 O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão e será divulgado por meio do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início"), nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.

5.2 *Prazo de Subscrição.* Respeitadas (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; (iii) o registro para distribuição e negociação das Debêntures pela CETIP e/ou BM&FBOVEPSA; e (iv) a disponibilização aos investidores do prospecto definitivo da Oferta, incluindo, por referência, o formulário de referência da Emissora, elaborado pela Emissora em conformidade com a Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 480") ("Formulário de Referência") (em conjunto, "Prospecto Definitivo"), as Debêntures poderão ser subscritas em até 6 meses contados da data de início de distribuição, limitado a 30 de março de 2012, conforme definido no Contrato de Distribuição.

5.3 *Forma de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas utilizando-se os procedimentos do SDT e do DDA, conforme o caso.

JUR\_SP - 14290686v4 - 3400.321556 4



07/

5.4 *Forma e Preço de Integralização.* As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e à BM&FBOVESPA, conforme o caso, sendo que:

- I. as Debêntures da Primeira Série (conforme definido na Cláusula 6.5 abaixo) serão integralizadas pelo Valor Nominal (conforme definido na Cláusula 6.4 abaixo), acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série (conforme definido na Cláusula 6.13.1 abaixo), calculada de forma exponencial *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido na Cláusula 6.10 abaixo) até a Data de Integralização, considerando-se 02 (duas) casas decimais, sem arredondamento; e
- II. as Debêntures da Segunda Série (conforme definido na Cláusula 6.5 abaixo) serão integralizadas pelo Valor Nominal (conforme definido na Cláusula 6.4 abaixo), acrescido da Remuneração das Debêntures da Segunda Série (conforme definido na Cláusula 6.13.2 abaixo), calculada de forma exponencial *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, considerando-se 02 (duas) casas decimais, sem arredondamento.

5.5 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário utilizando-se os procedimentos do SND e/ou do BOVESPAFIX.

## 6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a 9ª emissão de debêntures da Emissora, sendo a 7ª emissão pública da Emissora.

6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da emissão será de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) na Data de Emissão, podendo ser aumentado tendo em vista as Debêntures Suplementares e Adicionais (conforme definidas nas Cláusulas 6.3.1 e 6.3.2 abaixo).

6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 200.000 (duzentas mil) Debêntures, sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada uma das Séries será definida em sistema de vasos comunicantes conforme a demanda pelas Debêntures apurada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, sendo certo que a quantidade de Debêntures de uma das séries deverá ser diminuída da quantidade de Debêntures total da Emissão, definindo, portanto, a quantidade de Debêntures a ser alocada na outra série. Qualquer das Séries poderá não ser emitida, a depender do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, hipótese em que a totalidade das Debêntures será emitida em série única. A quantidade de Debêntures alocada em cada Série será objeto de aditamento à

JUR\_SP-14290686v4-3400.321556 5

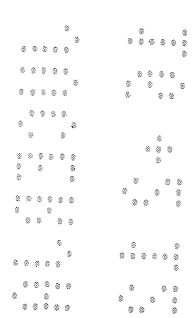
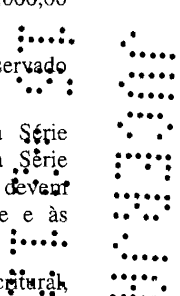




08

presente Escritura de Emissão, ficando desde já a Emissora e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar tal aditamento sem a necessidade de aprovação societária pela Emissora ou de realização de assembleia geral de Debenturistas.

- 6.3.1. Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais, conforme abaixo definido) poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 30.000 (trinta mil) Debêntures suplementares ("Debêntures Suplementares"), destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no Procedimento de *Bookbuilding*, conforme opção outorgada pela Emissora aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que somente poderá ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Emissora na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.
- 6.3.2. Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) poderá ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 40.000 (quarenta mil) Debêntures adicionais ("Debêntures Adicionais"), que somente poderão ser emitidas pela Emissora em comum acordo com os Coordenadores na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.
- 6.4 *Valor Nominal*. As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal").
- 6.5 *Séries*. A emissão será realizada em até 2 (duas) séries ("Séries"), observado o disposto na Cláusula 6.3 acima.
- 6.5.1 Ressalvadas as referências expressas às Debêntures da Primeira Série ("Debêntures da Primeira Série") ou às Debêntures da Segunda Série ("Debêntures da Segunda Série"), todas as referências às "Debêntures" deverão ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série, em conjunto.
- 6.6 *Forma*. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Instituição Escrituradora (conforme definido na Cláusula 6.7 abaixo), e, adicionalmente, (i) para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; e (ii) para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.



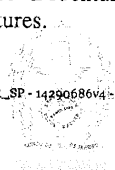
8

h

1

CONSULTORIA JURÍDICA  
FLAMENGO

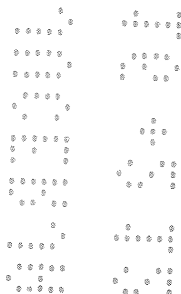
JUR\_SP - 142806864 - 3400.321556





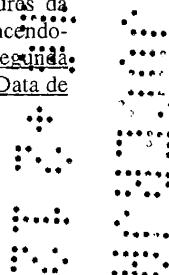
09/11

- 6.7 *Instituição Escriutadora.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima, n.º 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Instituição Escriutadora").
- 6.8 *Banco Mandatário.* A instituição prestadora dos serviços de banco mandatário das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Olavo Setubal, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário").
- 6.9 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora ou de qualquer outra companhia.
- 6.9.1 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, não conferindo qualquer privilégio especial ou geral aos seus titulares, nem havendo especificação de bens para garantir eventual execução.
- 6.10 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de março de 2012 ("Data de Emissão").
- 6.11 *Prazo e Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo (i) das Debêntures da Primeira Série será de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de março de 2017 ("Data de Vencimento da Primeira Série"); e (ii) das Debêntures da Segunda Série será de 8 (oito) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de março de 2020 ("Data de Vencimento da Segunda Série") e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série, "Data de Vencimento").



JUR\_SP-14290686V4-3400.3215567

NOTARIAL



h

7





10/11

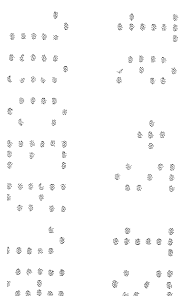
6.12 *Amortização.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado, quando aplicável, e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal de cada uma: (i) das Debêntures da Primeira Série será amortizado em uma única parcela, da Data de Vencimento da Primeira Série; e (ii) das Debêntures da Segunda Série, acrescido da Atualização Monetária da Segunda Série (conforme definido na Cláusula 6.13.2.1 abaixo), será amortizado em 2 (duas) parcelas anuais e sucessivas, cada parcela no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do Valor Nominal atualizado, sendo a primeira parcela devida em 15 de março de 2019 e a segunda parcela devida na Data de Vencimento da Segunda Série. Poderá ocorrer amortização extraordinária das Debêntures na hipótese prevista nas Cláusulas 6.13.1.5 e 6.13.2.4.

6.13 *Remuneração.* As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

6.13.1 *Remuneração das Debêntures da Primeira Série.* A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada conforme disposto nas Cláusulas 6.13.1.1 e 6.13.1.2 abaixo:

6.13.1.1. *Atualização monetária:* o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série não será atualizado; e

6.13.1.2. *Juros remuneratórios:* sobre o Valor Nominal ou sobre o saldo do Valor Nominal, conforme o caso, das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extragrupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Sobretaxa da Primeira Série", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração das Debêntures da Primeira Série"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga



JUR\_SP • 14290686V4 • 3400.321556 8

CONSTITUIÇÃO  
DE 1988



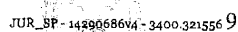



$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Fator Juros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator Juros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

FatorDI = produtório das Taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado, da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a respectiva data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:







12/11

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

$n_{DI}$  = número total de Taxas DI-Over consideradas na apuração do produtório, sendo " $n_{DI}$ " um número inteiro; e

$TDI_k$  = fator da Taxa  $DI_k$ , expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

k = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até n;

$DI_k$  = Taxa DI-Over de ordem k, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos da Primeira Série, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left\{ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right\}$$

onde,

spread = acréscimo sobre a Taxa DI-Over, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "n" um número inteiro;

Observações:

- O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas

JUR\_SP - 14290686v4 - 3400.321556 10

2023/11/11





(e) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

6.13.1.4. *Indisponibilidade da Taxa DI.* Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro dia útil subsequente ao término do prazo de 10 (dez) dias úteis acima ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série para que os Debenturistas da Primeira Série possam definir, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003 e a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, a última Taxa DI divulgada oficialmente na apuração do Fator Juros, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série, quando da deliberação do novo parâmetro da Remuneração das Debêntures da Primeira Série.

[illegible]

JUR\_SP-14290686v4-3400.321556 11



I. a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva assembleia geral pelo saldo do Valor Nominal de cada uma das Debêntures da Primeira Série em circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, caso em que a taxa  $DI_k$  a ser utilizada para a apuração de  $TDI_k$  no cálculo da Remuneração será a última taxa  $DI_k$  disponível; ou

II. a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a respectiva Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, observado que (a) caso a Emissora pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures da Primeira Série em circulação; e (b) durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização e até a integral quitação das Debêntures da Primeira Série em circulação, as Debêntures da Primeira Série em circulação farão jus à remuneração definida pelos Debenturistas da Primeira Série, e apresentada à Emissora na assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série prevista acima.

7

1

ULTORIA JURIDICA  
DORADO  
INER



15/11

calculada de forma *pro rata temporis* por dias úteis até a integral liquidação das Debêntures, sendo o produto da Atualização Monetária da Segunda Série incorporado ao Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série automaticamente, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal atualizado das Debêntures da Segunda Série calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices considerados na Atualização Monetária da Segunda Série, sendo "n" um número inteiro;

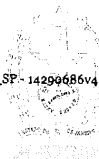
NI<sub>k</sub> = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Segunda Série. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NI<sub>k-1</sub> = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de dias úteis entre a última data de aniversário das Debêntures da Segunda Série e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo "dup" um número inteiro;

0	0
3 3 3 3 3	7 3 3 3 3
4 3 3 3 3	7 3 3 3 3
5 3 3 3 3	5 3 3 3 3
6 3 3 3 3	5 3 3 3 3
7 3 3 3 3	5 3 3 3 3
8 3 3 3 3	5 3 3 3 3
9 3 3 3 3	5 3 3 3 3
0 3 3 3 3	5 3 3 3 3
1 3 3 3 3	5 3 3 3 3
2 3 3 3 3	5 3 3 3 3
3 3 3 3 3	5 3 3 3 3
4 3 3 3 3	5 3 3 3 3
5 3 3 3 3	5 3 3 3 3
6 3 3 3 3	5 3 3 3 3
7 3 3 3 3	5 3 3 3 3
8 3 3 3 3	5 3 3 3 3
9 3 3 3 3	5 3 3 3 3

JUR\_SP-14299686v4-3400.321556 13





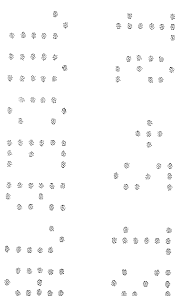
17/10

o que ocorrer primeiro, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003 e a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). A referida assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série será realizada em 15 (quinze) dias corridos contados da convocação, nos termos da Cláusula 9 abaixo. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado.

6.13.2.3 Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série mencionada acima, referida assembleia não será mais realizada, e o IPCA, a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária da Segunda Série.

6.13.2.4 Caso não haja acordo sobre o novo índice para a Atualização Monetária da Segunda Série entre a Emissora e os titulares das Debêntures da Segunda Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data da realização da referida assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, qual a alternativa escolhida:

- I. a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da referida assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, pelo saldo do Valor Nominal de cada uma das Debêntures da Segunda Série em circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures da Segunda Série (conforme definido na Cláusula 6.13.2.5 abaixo) devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, caso em que a taxa a ser utilizada será a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente; ou



JUR\_SP-14290686v4-3400.321556 15





- II. a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a respectiva Data de Vencimento, observado que (a) caso a Emissora pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures da Segunda Série em circulação; e (b) durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização e até a integral quitação das Debêntures da Segunda Série em circulação, as Debêntures da Segunda Série em circulação farão jus à remuneração definida pelos Debenturistas das Debêntures da Segunda Série e apresentada à Emissora na assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série prevista acima.

#### 6.13.2.5

*Juros remuneratórios.* Sobre o Valor Nominal ou sobre o saldo do Valor Nominal, conforme o caso, das Debêntures da Segunda Série, atualizado pela Atualização Monetária da Segunda Série, incidirão juros, correspondentes a um percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, equivalente a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, e, em qualquer caso, limitado a 7,25% (sete inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, incidentes desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento ("Juros da Segunda Série" e, em conjunto com a Atualização Monetária da Segunda Série, "Remuneração das Debêntures da Segunda Série", e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, "Remuneração"). A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis* por dias úteis e será paga anualmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de março de 2018, e o último, na Data de Vencimento da Segunda Série, na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido na Cláusula 6.23 abaixo), ou na data em que ocorrer o resgate antecipado das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão ("Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série"). A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

JUR\_SP-14200686v4-3400.321556 16

17 de março de 2018



19/10

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

*J* = valor dos juros devidos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido na Cláusula 6.13.3 abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

*VNa* = Valor Nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

*FatorJuros* = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left[ \left( \frac{Taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

*Taxa* = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*;

*DP* = número de dias úteis entre a Data de Emissão, ou o último evento, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

6.13.3 *Período de Capitalização das Debêntures*. O período de capitalização da Remuneração das Debêntures é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração da respectiva Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento dos juros remuneratórios correspondentes ao período em questão ("Período de Capitalização"). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

6.14 *Repactuação*. Não haverá repactuação programada.

6.15 *Resgate Antecipado Facultativo*.

JUR\_SP-14290686V4-3400.321556 17

135





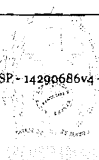
29/11

6.15.1. *Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Primeira Série.* A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a partir do 25º mês contado da Data de Emissão ("Data de do Resgate Antecipado Facultativo"), realizar o resgate antecipado facultativo das Debêntures da Primeira Série, total ou parcial ("Resgate Antecipado Facultativo"), com o conseqüente cancelamento pela Emissora das Debêntures então resgatadas. O Resgate Antecipado Facultativo será operacionalizado da seguinte forma:

- I. a Emissora comunicará os Debenturistas acerca do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Primeira Série mediante publicação de aviso sobre referido resgate, com no mínimo, 15 (quinze) dias úteis de antecedência da data definida para o resgate, o qual deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série, incluindo (a) se o resgate será total ou parcial, observadas, nesta hipótese, as regras previstas no item II abaixo; (b) o valor do prêmio de resgate, observado o disposto no item III abaixo; (c) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; e (d) demais informações necessárias para a operacionalização do resgate das Debêntures;
- II. caso a Emissora opte pelo Resgate Antecipado Facultativo parcial das Debêntures da Primeira Série, tal resgate será feito mediante sorteio, na presença do Agente Fiduciário, cujo procedimento será informado no aviso. Os Debenturistas que tiverem suas Debêntures sorteadas serão comunicados por escrito com no mínimo 5 (cinco) dias úteis do Resgate Antecipado Facultativo parcial das Debêntures da Primeira Série;
- III. na data de liquidação do Resgate Antecipado Facultativo a Emissora irá proceder a liquidação do Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série objeto do resgate, acrescido (a) da Remuneração da Primeira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento; e (b) do prêmio equivalente ao percentual indicado no cronograma abaixo aplicado sobre o valor resgatado, devidamente atualizado:

Período do Resgate Antecipado Facultativo	Prêmio flut
A partir do 25º mês contado da Data de Emissão até o final do 36º mês	1,05%
A partir do 37º mês contado da Data de Emissão até o final do 48º mês	0,50%
A partir do 49º mês contado da Data de Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série	0,30%

JUR\_SP-14290686v4 - 3400.321556 18



21

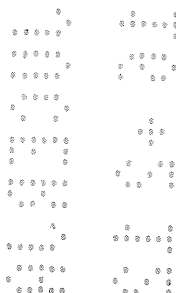
- IV. caso as Debêntures da Primeira Série estejam custodiadas no SND, o resgate seguirá os procedimentos da CETIP. Para tanto a CETIP deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis de sua realização;
- V. caso as Debêntures da Primeira Série estejam custodiadas na BM&FBovespa, o resgate seguirá os procedimentos da BM&FBovespa. Para tanto a BM&FBovespa deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis de sua realização.

6.15.1.1. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o Resgate Antecipado Facultativo parcial deverá ocorrer através de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas da Primeira Série, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP, observado que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado parcial, não haverá a necessidade de aditamento a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

6.15.1.2. Para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA o Resgate Antecipado Facultativo parcial deverá ocorrer através de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas da Primeira Série, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da BM&FBOVESPA, observado que, caso a BM&FBOVESPA venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado parcial, não haverá a necessidade de aditamento a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

6.15.2. *Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Segunda Série:* Não haverá Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Segunda Série.

6.16 *Oferta de Resgate Antecipado.* A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures de qualquer uma das Séries, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira e/ou da Segunda Série, endereçada a todos os titulares de Debêntures da(s) respectiva(s) Série(s), sem distinção, assegurado a todos os Debenturistas da(s) respectiva(s) Série(s) igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures da Primeira e/ou da Segunda Série de que forem titulares, da seguinte forma ("Oferta de Resgate Antecipado"):



JUR\_SP-14290586v4-3400.321556 19

19/05/2019 14:00:00  
19/05/2019 14:00:00





24/10

- I. a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 6.24 abaixo ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) a(s) Série(s) objeto da Oferta de Resgate Antecipado; (b) se o resgate será total ou parcial, observadas, nesta hipótese, as regras previstas no item IV abaixo; (c) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (d) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (e) forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; e (f) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;
- II. após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido ao Agente Fiduciário até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, findo o qual, a Emissora terá o prazo de 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data;
- III. a Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação deste por um percentual mínimo de Debêntures, a ser definido e divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado;
- IV. caso se verifique a adesão à Oferta de Resgate Antecipado parcial de Debenturistas representando um volume maior de Debêntures das que poderão ser resgatadas, com base no Edital de Oferta de Resgate Antecipado parcial, deverá ser realizado procedimento de sorteio, conforme previsto no artigo 55, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações; e
- V. o valor a ser pago aos Debenturistas a título da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo do Valor Nominal das Debêntures objeto do resgate, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, e no caso das Debêntures da Segunda Série, acrescido da Atualização Monetária, da Segunda Série, até a data do seu efetivo pagamento; e (b) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, prêmio de resgate esse que não poderá ser negativo.

6.16.1 Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado parcial deverá ocorrer através de "operação de compra e venda

JUR\_SP-14290686v4-3400.321556 20

SELO DE AUTENTICIDADE



23/B

definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP, observado que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado parcial, não haverá a necessidade de aditamento a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

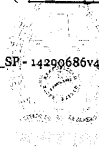
6.16.2 Para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA o resgate antecipado parcial deverá ocorrer através de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da BM&FBOVESPA, observado que, caso a BM&FBOVESPA venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado parcial, não haverá a necessidade de aditamento a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

6.16.3 A CETIP e a BM&FBOVESPA, deverão ser comunicadas através de correspondência da Emissora com o de acordo do Agente Fiduciário, da realização do resgate antecipado total, com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência.

6.17 *Aquisição Facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, conforme o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação da respectiva Série. Na hipótese de cancelamento das Debêntures, o mesmo deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão.

6.18 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido aos Debenturistas relativamente a qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

JUR\_SP - 14299686v4 - 3400.321556 21





24/

- 6.19 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.
- 6.20 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por meio da CETIP ou da BM&FBOVESPA, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA, ou, ainda, por meio do Banco Mandatário para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA.
- 6.21 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP ou através da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.
- 6.22 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.
- 6.23 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.23.2 a 6.23.5 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):

- I. (a) decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer sociedade controlada direta ou indiretamente pela Emissora que represente individualmente, no mínimo, 20% (vinte por cento) ou mais do

JUR\_SP - 14290686V4 - 3400.321556 22



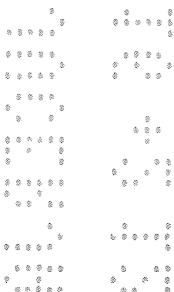




26/11

exclusivamente no caso de inadimplemento, o mesmo for sanado em até 15 (quinze) dias contados da data de sua ocorrência;

- VIII. falta de cumprimento por parte da Emissora ou por parte de qualquer uma de suas Controladas Relevantes, durante a vigência das Debêntures, das leis, normas e regulamentos, inclusive ambientais, que afetem ou possam afetar de forma material a capacidade da Emissora de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações financeiras decorrentes das Debêntures;
- IX. protesto de títulos contra a Emissora ou qualquer das Controladas Relevantes, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior ao equivalente em moeda nacional a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos, valor esse calculado conforme inciso VII acima, exceto se, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (b) o protesto foi cancelado; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo;
- X. não cumprimento, no prazo estipulado, de qualquer sentença transitada em julgado, sentença arbitral, mandado de penhora ou processo semelhante, desde que não recorrível, que verse sobre o pagamento em dinheiro de valor individual ou agregado igual ou superior ao equivalente em moeda nacional a US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos), valor esse calculado conforme inciso VII acima, contra a Emissora e/ou sua Controladas Relevantes ou qualquer de seus bens, sem que haja liberação ou sustação com o oferecimento de garantia ou caução em até 30 (trinta) dias contados do respectivo recebimento da sentença, laudo, mandado ou processo semelhante;
- XI. (a) revogação, término, apropriação, suspensão, modificação adversa, cancelamento ou a não-renovação das concessões para a prestação de serviços públicos de telecomunicação detidas pela Emissora e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes, cujas receitas representem 20% (vinte por cento) ou mais do EBITDA da Emissora; e/ou (b) promulgação de qualquer lei, decreto, ato normativo, portaria ou resolução que resulte na revogação, término, apropriação, suspensão, modificação relevante e adversa ou cancelamento das concessões detidas pela Emissora ou por qualquer uma de suas Controladas Relevantes, cujas receitas representem 20% (vinte por cento) ou mais do EBITDA da Emissora; e/ou (c) alteração no objeto social da Emissora que afete adversamente sua capacidade de cumprir com suas obrigações, bem como o início de qualquer das hipóteses previstas nas



JUR\_SP - 14290686v4 - 3400.321556 24

emitido em 14/11/2019





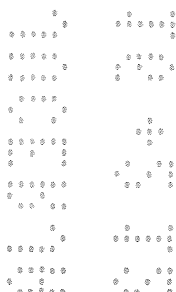


27

alíneas (a) ou (b) acima, que possa afetar adversamente o cumprimento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão e que não sejam sanadas em um prazo de até 30 (trinta) dias contados da data em que a Emissora tiver ciência da respectiva ocorrência;

- XII. mudança, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora e/ou das Controladas Relevantes, tal como definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto (i) pelas mudanças de controle ocorridas em razão das operações divulgadas por meio dos Fatos Relevantes datados de 24 de maio de 2011, 1º de agosto de 2011, 17 de agosto de 2011, 26 de agosto de 2011, 12 de novembro de 2011 e 25 de janeiro de 2012, ou (ii) pela mudança, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora que não resulte na redução de dois das três classificações de risco (*ratings*) da Emissora em pelo menos dois níveis (*notches*), em relação aos seus *ratings* no momento imediatamente anterior à publicação de fato relevante sobre a alteração de controle. Para os fins do disposto na presente alínea, a convocação das agências de *rating*, para que seja realizado o *rating* da Oferta, deve ser feita em até 10 (dez) dias, contados da data que seja publicado o fato relevante sobre a alteração do controle em questão, sob pena de, em não sendo feita a referida convocação, o Agente Fiduciário poder declarar o vencimento antecipado das Debêntures;
- XIII. ocorrência de fusão, cisão, incorporação ou qualquer tipo de reorganização societária envolvendo a Emissora ou qualquer uma de suas Controladas Relevantes, exceto:

- (a) se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; ou
- (b) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo resgate; ou
- (c) por (i) operações de reorganização societária (incluindo incorporações, cisões ou fusões) envolvendo exclusivamente, individual ou coletivamente, as Controladas Relevantes e/ou Telemar Norte Leste S.A. e/ou a Tele Norte Leste Participações S.A., e/ou Coari Participações S.A., ou (ii) operações de



JUR\_SP-14290686v4-3400.321556 25







28

incorporação realizadas pela Emissora, tendo como incorporadas, individual ou coletivamente, as Controladas Relevantes e/ou Telemar Norte Leste S.A. e/ou a Tele Norte Leste Participações S.A., e/ou Coari Participações S.A.; ou

- (d) por operações de reorganização societária (incluindo incorporações, cisões ou fusões) ocorridas em razão das operações divulgadas por meio dos Fatos Relevantes datados de 24 de maio de 2011, 1º de agosto de 2011, 17 de agosto de 2011, 26 de agosto de 2011, 12 de novembro de 2011 e 25 de janeiro de 2012; ou
- (e) incorporação pela Emissora e/ou pelas Controladas Relevantes de terceiros não pertencentes ao grupo econômico da Emissora, que não resulte na redução de dois das três classificações de risco (*ratings*) da Emissora em pelo menos dois níveis (*notches*), em relação aos seus *ratings* no momento imediatamente anterior à publicação de fato relevante sobre a respectiva incorporação.

XIV. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;

XV. não pagamento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou a esta Escritura de Emissão na respectiva data de pagamento prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data do respectivo vencimento;

XVI. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de comunicação do referido descumprimento (a) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário à Emissora, dos dois o que ocorrer primeiro; sendo que o prazo previsto neste inciso XVI não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;

XVII. comprovação de que qualquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Oferta provaram-se falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante, não sanado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de comunicação da referida comprovação (a) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário à Emissora, dos dois o que ocorrer primeiro;

JUR\_SP - 14290686v4 - 3400.321556 26

UNICOM - FIDUCIÁRIO

29

XVIII. não manutenção, pela Emissora, de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir, a serem verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas informações trimestrais consolidadas divulgadas regularmente pela Emissora ("Índices Financeiros"):

- (a) Dívida Total/EBITDA igual ou inferior a 4,00 (quatro inteiros) vezes; e
- (b) EBITDA/Serviço da Dívida igual ou superior a 1,75 (um inteiro e setenta e cinco centésimos) vez;

onde:

"Dívida Total" significa o Endividamento Oneroso total da Emissora;

"EBITDA" significa, para os quatro últimos e consecutivos trimestres fiscais da Emissora, cada qual um "período contábil", o somatório (sem qualquer duplicidade) (i) do resultado operacional para determinado período contábil (ajustado pelos ganhos ou perdas extraordinários); e (ii) dos seguintes fatores deduzidos para fins de determinação do resultado operacional de: (1) depreciação e amortização consolidados ocorridos naquele mesmo período contábil; (2) receitas financeiras provenientes de outras atividades inerentes ao seu negócio, quer seja: o lucro operacional antes das despesas financeiras, impostos, depreciações e amortizações, conforme demonstrações financeiras consolidadas da Emissora;

"Serviço da Dívida" significa a soma dos juros da Dívida Total pagos nos quatro últimos e consecutivos trimestres fiscais. Estão ~~excluídas~~ deste cálculo as variações cambiais e monetárias sobre dívidas e caixa e, por fim, as despesas oriundas de provisões (que não tiverem ~~impacto~~ no fluxo de caixa da Emissora, mas apenas registro contábil); e

"Endividamento Oneroso" significa o somatório do saldo de Empréstimos e Financiamentos, de Debêntures, Notas Promissórias (*Commercial Papers*), de instrumentos derivativos e de títulos emitidos no mercado internacional (*Bonds, Eurobonds*), registrados no passivo circulante e no exigível a longo prazo do balanço consolidado da Emissora.

6.23.1 A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de qualquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar imediatamente o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas.

6.23.2 Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nos incisos I, II, IV, V, VI, VII, X, XI e XV da Cláusula 6.23 acima, observados os prazos específicos de cura ali previstos, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente

JUR\_SP - 14290686v4 - 3400.321556 27





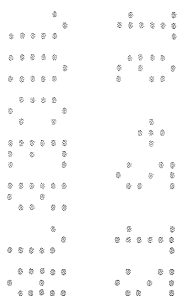
30/

vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, pelo Agente Fiduciário nesse sentido. Não obstante o acima, o Agente Fiduciário deverá notificar a Emissora imediatamente sobre a declaração de vencimento antecipado.

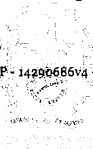
6.23.3 Ocorrendo quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.23.2 acima), que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.6 e 8.7 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.23.4 Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obrigase a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração aplicável a cada uma das Séries (e, no caso do inciso XV da Cláusula 6.23 acima, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 3 (três) dias úteis contados da data de declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios. A CETIP e a BM&FBOVESPA, deverão ser comunicadas, através de correspondência da Emissora com o de acordo do Agente Fiduciário, da ocorrência do vencimento antecipado, com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência.

6.23.5 Os Índices Financeiros refletidos no inciso XVIII da Cláusula 6.23 acima sempre deverão ser calculados trimestralmente, em conformidade com os princípios contábeis adotados pela Emissora quando da divulgação das informações trimestrais referentes ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2011, com base nos quais referidos Índices Financeiros foram estabelecidos, sendo que a Emissora deverá, caso haja qualquer mudança em relação a tais princípios, divulgar os índices calculados até a Data de Vencimento, de acordo com os princípios contábeis vigentes quando da



JUR\_SP - 14290686v4 - 3400.321556 28



3/1

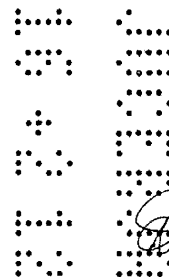
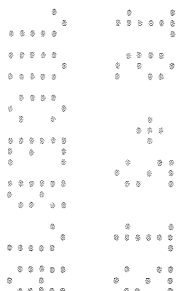
publicação pela Emissora das informações financeiras referentes ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2011, trimestralmente. .

6.24 *Publicidade.* Exceto pelo aviso ao mercado a que se refere o artigo 53 da Instrução CVM 400, pelo Anúncio de Início, pelo anúncio de encerramento da Oferta ("Anúncio de Encerramento") e por eventuais outros avisos aos investidores que sejam publicados até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, que somente serão publicados no jornal "Valor Econômico", todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOERJ e no jornal "Valor Econômico", sempre imediatamente após a ciência do ato a ser divulgado. A Emissora poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

6.25 *Comunicações.* Todas as comunicações ou notificações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações e as notificações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

I. para a Emissora:  
Brasil Telecom S.A.  
Rua Humberto de Campos, n.º 425, 8º andar  
CEP 22430-190 - Rio de Janeiro, RJ  
Tel: (21) 3131-2183  
Fax: (21) 3131-1383  
At.: Sr. Bayard de Paoli Gontijo  
E-mail: Bayard.gontijo@oi.net.br

II. para o Agente Fiduciário:  
Planner Trustee DTVM Ltda  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar  
CEP: 04538 - 132 - São Paulo, SP  
Tel: (11) 2172-2628  
Fax: (11) 3078-7264  
At.: Sra. Viviane Rodrigues  
E-mail: vrodrigues@plannercorretora.com.br



JUR\_SP-14290685v4 - 3400.321556 29



R



32

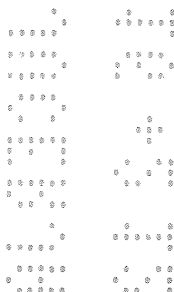
- III. para a CETIP:  
CETIP SA – Mercados Organizados  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar  
CEP 01452-002 – São Paulo, SP  
Tel: (11) 3111-1596  
Fax: (11) 3111-1564  
At.: Gerência de Valores Mobiliários  
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br
- IV. para a BMF&BOVESPA:  
BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros  
Praça Antonio Prado, nº 48, São Paulo, SP  
Rua XV de Novembro 275, 6º andar,  
CEP 01013-001 – São Paulo, SP  
Site: www.bmfbovespa.com.br

6.26 *Anuência à Reorganização Societária:* Os Debênturistas, no ato da subscrição das Debêntures, anuem com a reorganização societária (incluindo incorporações, cisões ou fusões) atualmente em andamento no grupo econômico da Emissora, conforme operações divulgadas por meio dos Fatos Relevantes datados de 24 de maio de 2011, 1º de agosto de 2011, 17 de agosto de 2011, 26 de agosto de 2011, 12 de novembro de 2011 e 25 de janeiro de 2012, não sendo necessária a realização de assembleia geral de Debenturistas para sua implementação e efetivação.

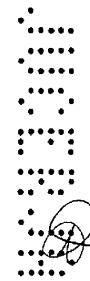
## 7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

### 7.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- I. fornecer ao Agente Fiduciário ou disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores ou na página da CVM na rede mundial de computadores:
- (a) no prazo de até 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, e no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre social, ou nas datas de suas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, conforme aplicável, ambas acompanhadas do relatório da administração e do parecer ou relatório, conforme o caso, dos auditores independentes, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração dos Índices Financeiros, explicitando as rubricas necessárias à sua



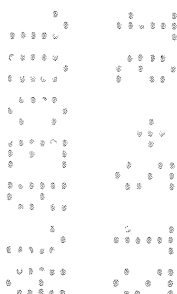
JUR\_SP - 14299685v4 - 3400.321556 30



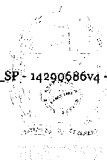
33/

apuração, bem como de declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das disposições constantes desta Escritura de Emissão;

- (b) nos mesmos prazos previstos para o envio dessas informações à CVM, cópia das informações periódicas e eventuais pertinentes à Instrução CVM 480; nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM 480, ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas;
- (c) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após sua divulgação, cópia do relatório de reavaliação anual da agência classificadora de risco das Debêntures, contratada na forma do inciso XVIII abaixo;
- (d) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após seu recebimento, (i) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa ter ou causar um efeito adverso relevante nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora e/ou no cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures, no todo ou em parte (em conjunto, "Efeito Adverso Relevante"); e (ii) informações sobre qualquer evento que possa ter ou causar um Efeito Adverso Relevante;
- (e) no prazo de até 1 (um) dia útil contado da data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 6.24 acima;
- (f) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto no inciso V abaixo, desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão;
- (g) no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, qualquer informação relevante para as Debêntures que lhe venha a ser razoavelmente solicitada;



JUR\_SP - 14290586v4 - 3400.321556 31



h

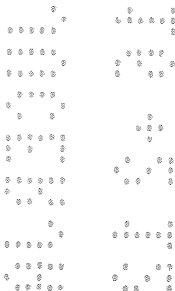


h



34

- (h) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- II. manter, em adequado funcionamento, atendimento eficiente aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- III. atender, de forma eficiente, às solicitações legítimas dos Debenturistas e do Agente Fiduciário;
- IV. convocar assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacionem com as Debêntures, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- V. informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento;
- VI. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- VII. manter atualizado o registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar, via sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as normas de divulgação de informações determinadas pela legislação e pela regulamentação da CVM;
- VIII. manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes da Emissora;
- IX. cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas, na forma da legislação e regulamentação vigentes;
- X. cumprir as obrigações que lhes são aplicáveis nos termos da legislação e regulamentação vigentes, inclusive ambiental, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais, com exceção daquelas que estejam sendo discutidas de boa-fé pela Emissora nas esferas administrativa ou judicial;
- XI. não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- XII. não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou



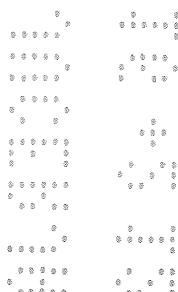
JUR\_SP - 14290686v4 - 3400.321556 32

2023/10/19 14:29:06



33/11

- indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- XIII. cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures nos termos da Cláusula 4 acima;
- XIV. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Escrituradora, o Banco Mandatário e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e/ou BOVESPAFIX);
- XV. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas razoáveis, devidamente comprovadas e incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso II;
- XVI. efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- XVII. manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações prestadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- XVIII. contratar, para o início da Oferta, às suas expensas, pelo menos uma agência de classificação de risco para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (a) atualizá-la anualmente, até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e (d) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá, a seu exclusivo critério, (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's ou a Fitch ou a Moody's; ou (ii) notificar



JUR\_SP - 14290686v4 - 3400.321556 33

AUTENTICAÇÃO







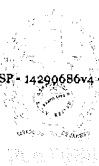
36

- o Agente Fiduciário e convocar assembleia geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta;
- XIX. informar o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras que resulte em impacto relevante nos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices Financeiros;
- XX. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- XXI. enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de seu recebimento, o relatório elaborado pelo Agente Fiduciário a que se refere a Cláusula 8.5 abaixo, inciso XII;
- XXII. notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer assembleia geral de Debenturistas pela Emissora;
- XXIII. cumprir todas as determinações da CVM, da CETIP e da BM&FBOVESPA, inclusive mediante envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- XXIV. efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e na BM&FBOVESPA;
- XXV. arcar com todos os custos decorrentes (a) da Oferta, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na JUCERJA, CETIP e na BM&FBOVESPA, se for o caso, (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora, (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário e Banco Mandatário; e (d) das eventuais despesas cartorárias; e
- XXVI. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada.

#### AGENTE FIDUCIÁRIO

A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto desta Escritura de Emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário e interveniente, que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora, declarando que:

JUR\_SP - 14290686v4 - 3400.321556 34



37/10

- I. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- II. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todos os seus termos e condições;
- III. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- IV. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- V. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos;
- VI. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- VII. é equiparado a uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- VIII. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- IX. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- X. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- XI. assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas das emissões de debêntures indicadas no Anexo I a presente Escritura de Emissão, bem como aos Debenturistas da Oferta; e
- XII. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções.

8.2

O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as

JUR\_SP-14290686v4-3400.321556 35





38

obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

8.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição;
- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora, seja aprovada pela assembleia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- V. a substituição do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento dos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28; e (b) se feita em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento à esta Escritura de Emissão;
- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Emissora não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a

JUR\_SP - 14290686v4 - 3400.321556 36



39

assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não deliberar sobre a matéria;

VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Emissora e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.24 e 6.25 acima; e

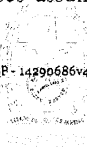
IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade:

I. receberá uma remuneração:

- (a) de R\$8.000,00 (oito mil reais) por ano, devida pela Emissora, sendo a primeira parcela da remuneração devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura desta Escritura, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes;
- (b) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela anual, pela variação acumulada do IPCA, ou pelo índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário;
- (c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, a Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- (d) devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Emissora;
- (e) acrescida, em caso de mora em seu pagamento, de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela devida; e
- (f) adicional, caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou em

JUR\_SP - 14290686v4 - 3400.321556 37





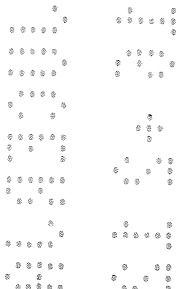
40/11

caso de reestruturação prévia das condições das debêntures, correspondente a R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) por hora/homem de trabalho dedicada (i) à assessoria aos Debenturistas; (ii) ao comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou Debenturistas; (iii) à implementação das consequentes decisões dos Debenturistas e da Emissora; e (iv) à execução das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado, durante o período em que a Emissora permanecer nessa situação.

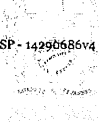
II. será reembolsado pela Emissora por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que tais despesas tenham sido previamente aprovadas pela Emissora, as quais serão consideradas aprovadas caso a Emissora não se manifeste no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de apresentação da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário, incluindo despesas com:

- (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre cidades e estados e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e

III. poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento da remuneração do Agente Fiduciário e das despesas a que se refere, respectivamente, os incisos I e II acima por um período superior a 60 (sessenta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos,



JUR\_SP - 14296686v4 - 3400.321556 38



41/11

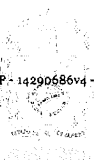
(a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação.

8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- II. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- III. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- IV. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- V. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e as averbações de seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- VI. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;



JUR\_SP-14290686v4-3400.321556 39



h



k

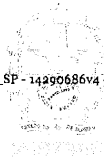


42

- VIII. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Emissora, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- IX. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- X. convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 9.3 abaixo, e enviar à CVM, à CETIP e à BM&FBOVESPA, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à assembleia geral de Debenturistas tão logo tome ciência da mesma;
- XI. comparecer à assembleia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e atentar para que a Emissora envie à CVM, à CETIP e à BM&FBOVESPA, (a) na data da realização da assembleia geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da assembleia geral de Debenturistas; ou (b) na data da realização da assembleia geral de Debenturistas, cópia da ata da assembleia geral de Debenturistas;
- XII. elaborar e colocar à disposição dos Debenturistas relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) resgate, amortização e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;



JUR\_SP - 14290686v4 - 3400.321556 40



4



7

1

43

- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora;
- (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário; e
- (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como Agente Fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
  - (A) denominação da companhia ofertante;
  - (B) valor da emissão;
  - (C) quantidade de debêntures emitidas;
  - (D) espécie;
  - (E) prazo de vencimento das debêntures;
  - (F) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
  - (G) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplimento do período.

XIII. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XII acima, até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Emissora, no escritório do Agente Fiduciário, na CVM, na CETIP, na BM&FBOVESPA e na sede do Coordenador Líder;

XIV. publicar, às expensas da Emissora, nos termos da Cláusula 6.24 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XII acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XIII acima;

XV. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, a Instituição Escriutadora, o Banco Mandatário, a CETIP e a BM&FBOVESPA, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, a Instituição Escriutadora,

JUR\_SP-14290686v4-3400.321556 41







44

o Banco Mandatário, a CETIP e a BM&FBOVESPA a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

XVI. coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;

XVII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, e os Índices Financeiros, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;

XVIII. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da data de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Emissora, à CVM, à CETIP e à BM&FBOVESPA;

XIX. fazer com que a Emissora cumpra sua obrigação de manter contratada uma agência de classificação de risco para atualização do relatório de classificação de risco das Debêntures nos termos da Cláusula 7.1 acima, inciso XVIII, e encaminhar à ANBIMA cópia das referidas atualizações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua respectiva divulgação; e

XX. divulgar as informações referidas na alínea "k" do inciso XVII do artigo 12 da Instrução CVM 28 em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento.

#### 8.6

No caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.23 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

II. requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;

JUR\_SP-14390586v4-3400.321556 42

BRASIL



45/10

- III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
  - IV. representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação judicial, ou recuperação extrajudicial da Emissora.
- 8.7 Observado o disposto nas Cláusulas 6.23.2 a 6.23.4 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos I, II e III, se, convocada a assembleia geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso IV, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

#### 9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 9.1 Os Debenturistas da Primeira Série e os Debenturistas da Segunda Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da Primeira Série e/ou dos Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso.
- 9.2 As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, ou pela CVM.
- 9.3 A convocação das assembleias gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.24 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso de presença da totalidade dos Debenturistas.
- 9.4 As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 9.5 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.5.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

JUR\_SP-14396586v4-3400.321556 43

Debitopos





46

9.5.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.5 acima:

- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- II. as alterações (a) dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (b) da Remuneração (exceto no que diz respeito aos quoruns específicos previstos nas Cláusulas 6.13.1.5 e 6.13.2.4 acima); (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão devidos aos Debenturistas; (d) do prazo de vigência das Debêntures; (e) da espécie das Debêntures; (f) da criação de evento de repactuação; ou (g) de quaisquer dos termos previstos na Cláusula 6.23; as quais deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

9.5.2. As deliberações de matérias que impliquem em redução ou extinção de direitos e/ou garantias de apenas uma das Séries de Debêntures, tais como, mas não se limitando, às deliberações de que tratam as Cláusulas 6.13.1.5 e 6.13.2.4 acima, dependerão de aprovação dos Debenturistas da referida Série, conforme quorum previsto para a matéria.

9.6 Para os fins de cálculo dos quoruns de instalação e de deliberação nos termos desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora ou qualquer de seus diretores ou conselheiros, seus cônjuges e respectivos parentes até segundo grau.

9.7 Observadas as disposições da Cláusula 7.1 acima, inciso XXVI, será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias gerais de Debenturistas.

9.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.9 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

## 10. DECLARAÇÕES DA EMISSORA

10.1 A Emissora neste ato declara que:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, com registro de companhia aberta, de acordo com as leis brasileiras;

JUR\_SP-14290686v4-3400.321556 44

ASSINAR





- 

SP-14290686v4-3

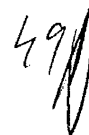




- Handwritten marks at the bottom of the page include a large circle around the word "SIX" and some scribbles.

JUR\_SP-14290686v4-





- XIV. exceto conforme informado nos Prospectos e no Formulário de Referência, inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, que possa ter ou causar um Efeito Adverso Relevante;
- XV. exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas pela Emissora de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e cujo descumprimento não cause um Efeito Adverso Relevante, está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- XVI. o registro de companhia aberta da Emissora está atualizado perante a CVM;
- XVII. não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das suas situações econômico-financeiras ou jurídica em prejuízo dos investidores das Debêntures;
- XVIII. não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e
- XIX. para os fins da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário também atua nas emissões descritas no Anexo I a presente Escritura de Emissão.

11.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos razoáveis incorridos, e devidamente documentados, com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Escriutural, do Banco Mandatário e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

[illegible]

JUR\_SP - 14290686v4 -

Corridos, e  
emissão,  
inscrições,  
altura, do  
os custos



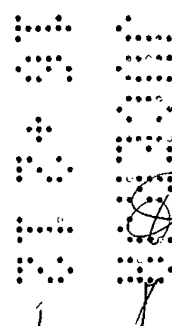
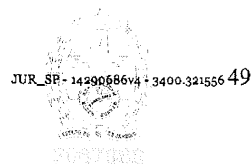
- 12.1 As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus eventuais sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
- 12.2 Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.
- 12.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes obrigam-se a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
- 12.4 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerada mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
- 12.5 As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").
- 12.6 Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

13.1 Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.





(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)









52

Instrumento Particular de Escritura da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia, em até Duas Séries da Brasil Telecom S.A., celebrado em 7 de fevereiro de 2012 entre Brasil Telecom S.A. e Planner Trustee DTVM Ltda. - Página de Assinaturas 1/3.

BRASIL TELECOM S.A.

Nome:   
Cargo: Bayard de Paoli Cortijo  
CPF: 023.693.697-26  
DIRETOR DE TERCEIRIZAÇÃO  
E RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Nome:   
Cargo: Flavio Nicolay Guimarães  
CPF: 176.094.188-88  
GERENTE DE TERCEIRIZAÇÃO

15º OFÍCIO DE NOTAS - CENTRO - FERNANDA DE FREITAS LEITAO  
Rua do Livador, n. 89 - Centro - Rio de Janeiro - tel: (021)3352-0909  
RECONHECIDO POR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:  
BAYARD DE PAOLI CORTIJO

SELO(S): 50026730  
Rio de Janeiro, 07 de Fevereiro de 2012  
FUSCADO, 21 de Fevereiro de 2012  
em Testemunha  
JOSÉ - CLAUDIO JOSE DE BRITTO - 94-1260



15º OFÍCIO DE NOTAS - CENTRO - FERNANDA DE FREITAS LEITAO  
Rua do Livador, n. 89 - Centro - Rio de Janeiro - tel: (021)3352-0909  
RECONHECIDO POR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:  
FLAVIO NICOLAY GUIMARAES

SELO(S): 50026726  
Rio de Janeiro, 07 de Fevereiro de 2012  
FUSCADO, 21 de Fevereiro de 2012  
em Testemunha  
JOSÉ - CLAUDIO JOSE DE BRITTO - 94-1260





Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Nome: BRASIL TELECOM S.A.  
Nire: 33.902552/8  
Data de Registro: 06/02/2012  
Protocolo: 002012040111-8  
Estatuto: 15/02/2012  
ED33000310-8/000  
DATA: 15/02/2012  
Tribunal de Justiça  
Secretaria Geral

JUR\_SP - 14295686v4 - 3400.321556 50





		<b>JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</b>	
Nome : BRASIL TELECOM S/A		3 3 3 3 3 3	
Nire : 33.3.0029520-8		3 3 3 3 3 3	
Protocolo : 00-2012/040111-8		3 3 3 3 3 3	
<b>CERTIFICO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O Nº</b>			
ED33000310 8/000			
DATA: 16/02/2012		 Valéria G. M. Serra SECRETÁRIA GERAL	



53/11

Instrumento Particular de Escritura da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries da Brasil Telecom S.A., celebrado em 7 de fevereiro de 2012 entre Brasil Telecom S.A. e Planner Trustee DTVM Ltda. - Página de Assinaturas 2/3.

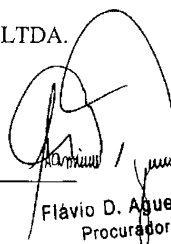
PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.



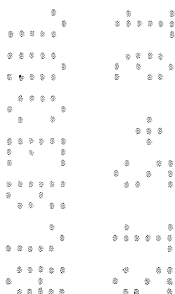
Nome:

Cargo:

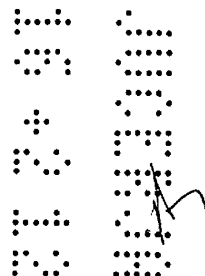
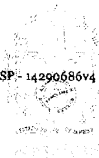
Viviane Rodrigues  
Diretora



Flávio D. Aguiar  
Procurador



JUR\_SP-14290686v4-3400.321556 51





54

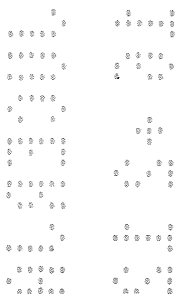
Instrumento Particular de Escritura da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia, em até Duas Séries da Brasil Telecom S.A., celebrado em 7 de fevereiro de 2012 entre Brasil Telecom S.A. e Planner Trustee DTVM Ltda. - Página de Assinaturas 3/3.

Testemunhas:

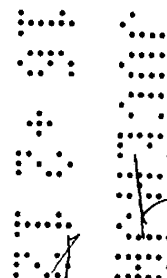
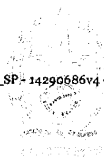
Nome: LEONARDO BERNARINO LOURENÇO  
RG: 11338777-3  
CPF: 102.755.707-40

Nome: Renato Martinelli Campana  
RG: 28.971.783-2  
CPF: 042.566.684-03

8



JUR\_SP-14299686v4-3400.321556 52



h



SS

## Anexo I

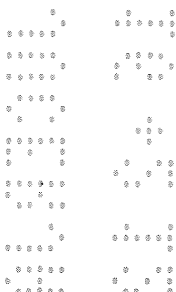
Emissões de debêntures feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que o Agente Fiduciário tenha atuado como agente fiduciário:

### A. 3ª Emissão de Debêntures da Tele Norte Leste Participações S.A.:

- (i) denominação da companhia ofertante: Tele Norte Leste Participações S.A.;
- (ii) valor da emissão: R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões reais);
- (iii) quantidade de debêntures emitidas: 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures no valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais);
- (iv) espécie: quirografária;
- (v) prazo de vencimento das debêntures: 26 de maio de 2012;
- (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável; e
- (vii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período: não ocorreram. A amortização se dará em uma única parcela na data do vencimento.

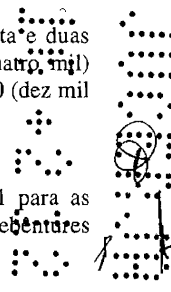
### B. 1ª Emissão de Debêntures da Telemar Norte Leste S.A.:

- (i) denominação da companhia ofertante: Telemar Norte Leste S.A.;
- (ii) valor da emissão: R\$2.160.000.000,00 (dois bilhões e cento e sessenta milhões reais);
- (iii) quantidade de debêntures emitidas: 162.000 (cento e sessenta e duas mil) debêntures na primeira série e 54.000 (cinquenta e quatro mil) debêntures na segunda série no valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais);
- (iv) espécie: quirografária;
- (v) prazo de vencimento das debêntures: 1º de março de 2011 para as debêntures da primeira série e 1º de março de 2013 para as debêntures da segunda série;



JUR\_SP-14290686v4-3400.321556 53

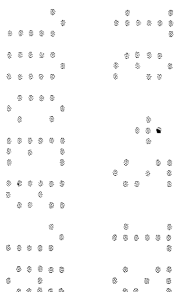
14/03/2011 14:00:00



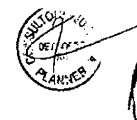
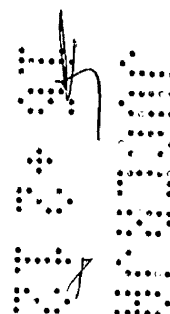
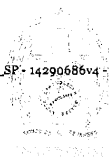
1

56

- (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável; e
- (viii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período: amortização das debêntures da primeira série em 1º de março de 2011. A amortização das debêntures da segunda série se dará em uma única parcela na data do vencimento. Os demais eventos não ocorreram.



JUR\_SP - 14290686v4 - 3400.321556 54





00-2012/ 0 6 3 2 1 9 - 5 06 mar 2012 16:51  
JUCERJA Guia: 100336763  
3330029520-8 Atos: 981  
BRASIL TELECOM S/A  
Cumprir a exigência no Junta » Calculado: 397,00 Pago: 423,00  
mesmo local da entrada. DNRC » Calculado: 0,00 Pago: 0,00  
ULT. ARC.: 00002297336 29/02/2012 307

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE  
ESCRITURA DA 9ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ  
DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA BRASIL TELECOM S.A.**

São partes neste "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública, da Brasil Telecom S.A." ("Aditamento"):

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto deste Aditamento ("Debêntures");

OI S.A. (nova denominação da BRASIL TELECOM S.A.), companhia por ações de capital aberto com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Polidoro, nº 99, 5º andar, parte, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o n.º 76.535.764/0001-43, e inscrita perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE nº 33.30029520-8, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora"); e

- I. como agente fiduciário, nomeado neste Aditamento e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures da Primeira Série ("Debenturistas da Primeira Série") e dos titulares das Debêntures da Segunda Série ("Debenturistas da Segunda Série") e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Série, "Debenturistas";

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Agente Fiduciário");

CONSIDERANDO que:

- (A) na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 6 de fevereiro de 2012 ("RCA"), cuja ata foi publicada no Diário Oficial do Estado de Rio de Janeiro e no jornal "Valor Econômico" em 16 de fevereiro de 2012 e arquivada na JUCERJA em 14 de fevereiro de 2012 sob o n.º 00002293102, foi aprovada a realização da 9ª (nona) emissão de Debêntures da Emissora;
- (B) em 7 de fevereiro de 2012, a Emissora e o Agente Fiduciário celebraram o "Instrumento Particular de Escritura da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries,

JUR\_SP - 14452061v1 - 1040.321556

para Distribuição Pública, da Brasil Telecom S.A." ("Escritura de Emissão") a qual foi arquivada perante a JUCERJA em 16 de fevereiro de 2012, sob o n.º ED33000310-8/000;

- (C) conforme previsto na Escritura de Emissão, foi realizado o Procedimento de *Bookbuilding* em 05 de março de 2012, no qual foram definidas:
- (i) a existência das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série;
  - (ii) a emissão de (a) 40.000 (quarenta mil) Debêntures da Primeira Série; e (b) 160.000 (cento e sessenta mil) Debêntures da Segunda Série;
  - (iii) a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, correspondente à variação acumulada da Taxa DI (conforme definido abaixo), acrescida exponencialmente de sobretaxa, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, equivalente a 0,94% (noventa e quatro centésimos por cento) ao ano e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série, correspondente à Atualização Monetária da Segunda Série mais a incidência de juros, correspondente a um percentual ao ano, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, equivalente a 6,20% (seis inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano; e
- (D) as partes desejam aditar a Escritura de Emissão para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*;

RESOLVEM as partes, por esta e na melhor forma do direito, firmar o presente Aditamento, contendo as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### DA AUTORIZAÇÃO E DA AVERBAÇÃO DESTE ADITAMENTO

1.1 O presente Aditamento é celebrado de acordo com a autorização concedida nos termos do item (iii) da alínea "s" do tópico "Deliberações" da ata de RCA.

1.2. Este Aditamento será arquivado na JUCERJA, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.





## CLÁUSULA SEGUNDA

### DA ALTERAÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

2.1. Considerando a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e definição do *spread* final aplicável para cálculo da remuneração das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, a Emissora e o Agente Fiduciário deliberaram alterar os itens 5.1.1, 5.1.2, 6.2, 6.3, 6.5, 6.13, 6.13.1, 6.13.1.1, 6.13.1.2, 6.13.2, 6.13.2.1 e 6.13.2.5 da Escritura de Emissão, para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, os quais passam a vigorar com as seguintes redações:

*"5.1.1. Coleta de Intenções de Investimento. Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de Bookbuilding"), sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, em que foi definido, em conjunto com a Emissora:*

- I. *a Remuneração da Primeira Série, (conforme abaixo definido), observado o disposto na Cláusula 6.13 abaixo; e a Remuneração da Segunda Série, observado o disposto na Cláusula 6.13 abaixo; e*
- II. *a emissão e a quantidade de Debêntures da Primeira Série e a emissão e a quantidade de Debêntures da Segunda Série, conforme previsto na Cláusula 6.5 abaixo.*

*5.1.2. O resultado do Procedimento de Bookbuilding é ratificado por meio deste Aditamento e será divulgado por meio do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início")*

*6.2. Valor Total da Emissão. O Valor total da Emissão será de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) na Data de Emissão.*

*6.3. Quantidade. Serão emitidas 200.000 (duzentas mil) Debêntures, sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada uma das Séries foi definida em sistema de vasos comunicantes conforme a demanda pelas Debêntures apurada após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding, sendo certo que a quantidade de Debêntures de uma das séries foi diminuída da quantidade de Debêntures total da Emissão, definindo, portanto, a quantidade de Debêntures alocada na outra série.*

6.5. *Séries.* A emissão será realizada em 2 (duas) séries ("Séries"), observado o disposto na Cláusula 6.3 acima.

6.13. *Remuneração.* As Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

6.13.1. *Remuneração das Debêntures da Primeira Série.* A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada conforme disposto nas Cláusulas 6.13.1.1 e 6.13.1.2 abaixo:

6.13.1.1 *Atualização monetária:* o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série não será atualizado; e

6.13.1.2 *Juros remuneratórios:* sobre o Valor Nominal ou sobre o saldo do Valor Nominal, conforme o caso, das Debêntures da Primeira Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extragrupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a um determinado percentual ao ano, conforme definido no Procedimento de Bookbuilding, equivalente a 0,94% (noventa e quatro centésimos por cento) ao ano ("Sobretaxa da Primeira Série", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração das Debêntures da Primeira Série"), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de setembro de 2012 e o último, na Data de Vencimento da Primeira Série, na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido na Cláusula 6.23 abaixo), ou na data em que ocorrer o resgate antecipado das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão ("Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série"). Farão jus à Remuneração das Debêntures da Primeira Série aqueles que forem Debenturistas da Primeira Série ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:



$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde,

*J* = valor unitário da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida em cada data de pagamento de Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

*VNe* = Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal de cada Debênture da Primeira Série, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

*Fator Juros* = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fator Juros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde,

*FatorDI* = produtório das Taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado, da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a respectiva data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

*n<sub>DI</sub>* = número total de Taxas DI-Over consideradas na apuração do produtório, sendo "*n<sub>DI</sub>*" um número inteiro; e

*TDI<sub>k</sub>* = fator da Taxa *DI<sub>k</sub>*, expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{J}{252}} - 1$$

onde,

JUR\_SP - 14452061v1 - 1040,321556 5



$k$  = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até  $n$ ;

$DI_k$  = Taxa DI-Over de ordem  $k$ , expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos da Primeira Série, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

onde,

spread = 0,9400 (noventa e quatro centésimos), informado com 4 (quatro) casas decimais; e

$n$  = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo " $n$ " um número inteiro;

Observações:

- (a) O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (d) O fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- (e) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

6.13.2. Remuneração das Debêntures da Segunda Série. A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada conforme disposto nas Cláusulas 6.13.2.1 e 6.13.2.5 abaixo:



6.13.2.1 *Atualização monetária: o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), a partir da Data de Emissão ("Atualização Monetária da Segunda Série"), calculada de forma pro rata temporis por dias úteis até a integral liquidação das Debêntures, sendo o produto da Atualização Monetária da Segunda Série incorporado ao Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série automaticamente, calculado de acordo com a seguinte fórmula:*

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal atualizado das Debêntures da Segunda Série calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$$

Onde:

n = número total de índices considerados na Atualização Monetária da Segunda Série, sendo "n" um número inteiro;

$NI_k$  = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Segunda Série. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

$NI_{k-1}$  = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de dias úteis entre a última data de aniversário das

*Debêntures da Segunda Série e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo "dup" um número inteiro;*

*dut = número de dias úteis contidos entre a Data de Emissão ou a data de aniversário imediatamente anterior e a próxima data de aniversário das Debêntures da Segunda Série, sendo "dut" um número inteiro.*

*Os fatores resultantes da expressão:  $\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$  são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;*

*O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.*

*O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.*

*A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem a necessidade de ajuste a este Aditamento ou qualquer outra formalidade.*

*Considera-se como "data de aniversário" todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversário consecutivas.*

*No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, o número-índice divulgado relativo ao mês imediatamente anterior, calculado pro rata temporis por dias úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série.*

**6.13.2.5.** *Juros remuneratórios. Sobre o Valor Nominal ou sobre o saldo do Valor Nominal, conforme o caso, das Debêntures da Segunda Série, atualizado pela Atualização Monetária da Segunda Série, incidirão juros,*





correspondentes a um percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, equivalente a 6,20% (seis inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano, conforme definido no Procedimento de Bookbuilding, incidentes desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento ("Juros da Segunda Série" e, em conjunto com a Atualização Monetária da Segunda Série, "Remuneração das Debêntures da Segunda Série", e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, "Remuneração"). A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada em regime de capitalização composta, de forma pro rata temporis por dias úteis e será paga anualmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de março de 2013 e o último, na Data de Vencimento da Segunda Série, na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido na Cláusula 6.23 abaixo), ou na data em que ocorrer o resgate antecipado das Debêntures, conforme previsto na Escritura de Emissão ("Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série"). A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

$J$  = valor dos juros devidos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido na Cláusula 6.13.3 abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

$VNa$  = Valor Nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

$FatorJuros$  = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left[ \left( \frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

JUR\_SP - 14452061v1 - 1040.321556 9

onde:

*Taxa* = 6,2000 (seis inteiros e vinte centésimos), informada com 4 (quatro) casas decimais;

*DP* = número de dias úteis entre a Data de Emissão, ou o último evento, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro."

### CLÁUSULA TERCEIRA

#### DAS RATIFICAÇÕES

3.1. Ficam ratificadas todas as demais disposições constantes da Escritura de Emissão que não foram expressamente alteradas por este Aditamento.

### CLÁUSULA QUARTA

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

4.2. Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes deste Aditamento e da Escritura de Emissão.

4.3. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 6 de março de 2012.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)


JUR\_SP - 14452061v1 - 1040.321556 10





Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries da Brasil Telecom S.A., celebrado em 6 de março de 2012 entre Brasil Telecom S.A. e Planner Trustee DTVM Ltda. - Página de Assinaturas 1/3.

OI S.A. (nova denominação da BRASIL TELECOM S.A.)

  
Nome: Bayard de Paoli Contijo  
Cargo: CPF: 023.693.697-28


  
Nome: Flavio Nicolay Guimarães  
Cargo: CPF: 176.094.188-38



JUR\_SP - 14452061v1 - 1040.321556 11

Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries da Brasil Telecom S.A., celebrado em 6 de março de 2012 entre Brasil Telecom S.A. e Planner Trustee DTVM Ltda. - Página de Assinaturas 2/3.

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.



Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: | Viviane Rodrigues  
Diretora



Artur M. de Figueiredo  
Diretor



Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries da Brasil Telecom S.A., celebrado em 6 de março de 2012 entre Brasil Telecom S.A. e Planner Trustee DTVM Ltda. - Página de Assinaturas 3/3.

Testemunhas:

Kamila Ingrid Barcelata

Nome: Kamila Ingrid Barcelata

RG: 2002029213794

CPF: 013.732.823-04

Sonia Canassa

Nome: Sonia Canassa

RG: 3.753.142 SSP-SP

CPF: 699.668.008-59



- 
- RELATÓRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS DEBÊNTURES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## **Rating Action: Moody's atribui ratings Baa2/Aaa.br para emissão de BRL 2,0 bilhões em debêntures seniores sem garantia de ativos reais da Brasil Telecom**

---

Global Credit Research - 14 Feb 2012

### **Aproximadamente USD 7,8 bilhões em dívidas com rating afetadas**

New York, February 14, 2012 -- A Moody's América Latina atribuiu um rating Baa2/Aaa.br para a emissão de BRL 2,0 bilhões em debêntures seniores sem garantia de ativos reais proposta pela Brasil Telecom S.A. ("BRT") e afirmou todos os outros ratings da BRT. Ao mesmo tempo, os ratings Baa2/Aaa.br da Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") também foram afirmados. A perspectiva para todos os ratings é estável.

As debêntures propostas serão emitidas em duas séries com vencimentos finais em 2017 e 2020. Os recursos da nova emissão serão utilizados para melhorar o perfil de vencimento de dívida da BRT e financiar seus investimentos em imobilizado e capital de giro. As novas debêntures aumentarão o índice de alavancagem do grupo no curto prazo, mas a maior parte dos recursos será utilizada para amortizar dívidas de curto prazo, e o restante será utilizado para financiar investimentos durante o ano de 2012, quando a alavancagem deve voltar aos níveis normais. O rating das debêntures propostas assume que os documentos finais da operação não serão materialmente diferentes da documentação legal analisada pela Moody's até o momento, e que esses contratos sejam legalmente válidos, vinculantes e exequíveis.

#### **Ratings Afirmados:**

##### **Brasil Telecom S.A.**

- Rating do Emissor: Baa2 (escala global); Aaa.br (escala nacional)
- BRL 2,35 bilhões em debêntures seniores, sem garantia de ativos reais, com vencimento em 2018: Baa2 (escala global); Aaa.br (escala nacional)
- BRL 1,1 bilhões 9.75% em notas globais com vencimento em 2016: Baa2 (rating em moeda estrangeira)
- USD 1,5 bilhões 5.75% em notas seniores, sem garantia de ativos reais, com vencimento em 2022: Baa2 (escala global).

##### **Telemar Norte Leste S.A.**

- Rating do Emissor: Baa2 (escala global)
- EUR 750 milhões 5.125% em notas seniores em moeda estrangeira com vencimento em 2017: Baa2 (escala global)
- USD 1,0 bilhões 5.500% em notas seniores em moeda estrangeira, sem garantias de ativos reais, com vencimento em outubro de 2020: Baa2 (escala global)
- BRL 540 milhões em debêntures seniores em moeda local, sem garantia de ativos reais, com vencimento em 2013: Baa2 (escala global); Aaa.br (escala nacional)
- BRL 2,25 bilhões em debêntures seniores em moeda local, sem garantia de ativos reais, emitidas em



duas séries com vencimentos em 2014 e 2020: Baa2 (escala global); Aaa.br (escala nacional)

Ratings Atribuídos:

Brasil Telecom S.A.

- BRL 2,0 bilhões em debêntures seniores, sem garantia de ativos reais, emitidas em duas séries com vencimentos em 2017 e 2020: Baa2 (escala global); Aaa.br (escala nacional).

A perspectiva para todos os ratings é estável.

Consulte a aba de ratings na página do emissor/entidade do moodys.com para obter informações sobre o Rating em Escala Global.

## FUNDAMENTOS DOS RATINGS

A Moody's vê BRT e a TMAR com risco de crédito similar após a sua integração. A centralização da gestão operacional e financeira da BRT na TMAR, incluindo estratégias unificadas de marketing, investimentos em imobilizado, administração de caixa e decisões de financiamento, combinadas com a existência de provisões de default cruzado ("cross default") / aceleração nas emissões de dívidas em circulação da TMAR, BRT e Tele Norte Leste Participações ("TNL"), sustentam a nossa visão.

O grupo está passando por um processo de reorganização que deve ser concluído até o primeiro trimestre de 2012. Quando a reorganização for finalizada, a Telemar Participações S.A. ("TmarPart") será a controladora direta da BRT, a qual deterá 100% das ações da TMAR com controle dos fluxos de caixa de todas as subsidiárias operacionais. A TNL será integrada à BRT e deixará de existir.

Os ratings Baa2 da TMAR e da BRT refletem a posição do grupo ("Oi") como maior operador local por número de clientes, com 67,1 milhões de unidades geradoras de receita ("UGR") em setembro de 2011. Os ratings são sustentados também pela escala e diversidade de produtos da Oi, que deverá ajudar a neutralização da tendência atual de queda nas receitas de linhas-fixas, causada pela migração para serviços de telefonia móvel. A Oi conseguiu manter sua receita em níveis históricos nos últimos doze meses findos em setembro de 2011 (BRL 28,2 bilhões), apesar de notarmos uma contração nas margens (de 43,2% em 2010 para 41,3%) no mesmo período. A Oi está reduzindo seus custos e voltando seu mix de receita para serviços de telefonia móvel e outros para manter sua rentabilidade nos altos níveis históricos.

Apesar de o endividamento total da Oi ter aumentado durante o último trimestre, principalmente devido a emissão de BRL 1,1 bilhões em notas globais, e o saque de BRL 600 milhões em empréstimos com o BNDES, a Moody's ainda vê a companhia mantendo uma política financeira prudente, com quase toda sua exposição a moedas estrangeiras protegida, robusta posição de caixa de BRL 11,5 bilhões em setembro de 2011 e forte medida de proteção de dívida, devido a sua grande geração de EBITDA (BRL 11,6 bilhões nos últimos doze meses findos em setembro de 2011). Recentemente, a companhia contratou uma linha de crédito compromissadas de 5 anos, no valor de USD 1,0 bilhão, mostrando seu bom acesso ao mercado de capitais e fortalecendo o perfil de liquidez da empresa.

Por outro lado, os ratings da BRT e TMAR são limitados principalmente pelo ambiente regulatório do Brasil e pela competição acirrada do setor. Recentemente, a Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL") aprovou a participação de empresas de telecomunicações incumbentes no oferecimento de TV a cabo através de suas redes. Acreditamos que a Oi verá uma queda em suas margens caso decida entrar no mercado de TV a cabo, visto que o conteúdo de vídeo é caro e a competição irá eventualmente reduzir os ganhos por assinaturas de TV. A oferta de TV a cabo existente na empresa hoje, é em grande parte uma manobra defensiva. Outra mudança importante na regulamentação brasileira diz respeito ao Plano Nacional da Banda Larga ("PNBL"), uma iniciativa do governo para incentivar acesso universal de banda larga no país nos próximos 5 anos. As grandes consolidações vistas



no setor de telecomunicações da América Latina, como a fusão da Telesp e Vivo (Baa1/ perspectiva estável) e a consolidação das operações da America Móvil (A2/perspectiva estável) no Brasil irão fomentar as pressões competitivas para a TMAR.

A perspectiva estável reflete as expectativas da Moody's de que a Oi continuará reportando fortes margens operacionais, bem como manter uma gestão financeira prudente que inclui uma saudável posição de liquidez e dividendos limitados. A perspectiva estável também considera que a Oi irá manter sua alavancagem medida pela Dívida Líquida Total Ajustada sobre EBITDA dentro de 2,0x (1,8 vezes nos últimos doze meses findos em setembro de 2011).

Uma contínua melhoria do caixa gerado pelas operações e uma geração positiva de fluxo de caixa livre, bem como uma sólida melhoria da margem operacional resultariam em pressões positivas nos ratings. Pressões positivas adicionais sobre os ratings poderiam ocorrer se a Dívida Total Ajustada sobre EBITDA caísse abaixo de 2,0 vezes (3,4 vezes em 30 de setembro de 2011) em uma base sustentada. Ademais, o uso do caixa adicional e de possíveis investimentos estratégicos da empresa e sua administração da estrutura de capital continuam sendo questões importantes a serem monitoradas.

Benefícios menores do que o esperado que possam impedir a desalavancagem ou um ambiente de intensa competição poderiam pressionar o rating. Especificamente se a Dívida Total Ajustada sobre EBITDA ficasse acima de 3,0 vezes (3,4 vezes em 30 de setembro de 2011) por um período prolongado, ou se o índice de Caixa Gerado nas Operações (FFO) menos Dividendos sobre Dívida Total Ajustada caíssem abaixo de 25% em uma base consistente (31% nos últimos doze meses findos em 30 de setembro de 2011), os ratings ou perspectiva podem vir a sofrer uma pressão negativa.

A principal metodologia utilizada na atribuição de ratings à Brasil Telecom S.A. e à Telemar Norte Leste S.A. foi a "Global Telecommunications Industry Methodology" publicada em Dezembro de 2010. Consulte a página "Credit Policy" no [www.moodys.com](http://www.moodys.com) para obter uma cópia da metodologia.

Os Ratings em Escala Nacional da Moody's (NSRs) têm o intuito de serem avaliações relativas da idoneidade creditícia entre as emissões de dívida e os emissores de um dado país, a fim de permitir que os participantes do mercado diferenciem melhor os riscos relativos. Os NSRs são diferentes dos ratings globais da Moody's pois não são globalmente comparáveis ao universo global de entidades classificadas pela Moody's, mas apenas a NSRs de outras emissões e emissores classificados no mesmo país. Os NSRs são designados por um modificador ".nn" que indica o país relevante, como ".br" no caso do Brasil. Para maiores informações sobre a abordagem da Moody's para ratings na escala nacional, consulte as Diretrizes para Implementação de Ratings da Moody's publicadas em agosto de 2010 sob o título "Mapeamento dos Ratings na Escala Nacional da Moody's para Ratings na Escala Global" ("Mapping Moody's National Scale Ratings to Global Scale Ratings").

Sediadas na cidade do Rio de Janeiro, a Brasil Telecom S.A. e a Telemar Norte Leste S.A são as principais companhias do grupo Oi, maior operador incumbente de telefonia fixa do Brasil por número de assinantes (19,1 milhões em 30 de setembro de 2011). A empresa também oferece serviços de telefonia móvel, banda larga e TV por assinatura para 42,9 milhões, 4,8 milhões e 330 mil assinantes, respectivamente em 30 de setembro de 2011. A companhia reportou receitas líquidas de BRL 28,2 bilhões (cerca de USD 17,2 bilhões convertidos pelo câmbio médio) nos últimos doze meses findos em 30 de setembro de 2011.

O analista de mercado local para esse rating é Marcos Schmidt (55 11) 3043-7310.

#### DIVULGAÇÕES REGULATÓRIAS

Embora este rating de crédito tenha sido atribuído em um país não pertencente à União Europeia e não reconhecido como aprovável até o presente momento, este rating é considerado "qualificado por extensão pela UE" e pode ainda ser utilizado por instituições financeiras, para fins regulatórios, até 30 de abril de 2012. Maiores informações sobre o status de aprovação da União Europeia e sobre o escritório





da Moody's que atribuiu um Rating de Crédito específico encontram-se disponíveis no site [www.moody's.com](http://www.moody's.com).

Para ratings atribuídos a um programa, série ou categoria/classe de dívida, este anúncio fornece divulgações regulatórias pertinentes a cada um dos ratings de títulos ou notas emitidas subsequentemente da mesma série ou categoria/classe de dívida ou de um programa no qual os ratings sejam derivados exclusivamente dos ratings existentes, de acordo com as práticas de rating da Moody's. Para os ratings atribuídos a um provedor de suporte, este anúncio fornece divulgações regulatórias pertinentes à ação de rating dos provedor de suporte e referentes a cada uma das ações de rating dos títulos que derivam seus ratings do rating do provedor de suporte. Para ratings provisórios, este anúncio fornece divulgações regulatórias pertinentes ao rating provisório atribuído, e em relação ao rating definitivo que pode ser atribuído após a emissão final da dívida, em cada caso em que a estrutura e os termos da transação não tiverem sido alterados antes da atribuição do rating definitivo de maneira que pudesse ter afetado o rating. Para maiores informações, consulte a aba de ratings na página do respectivo emissor/entidade disponível no [www.moody's.com](http://www.moody's.com).

As fontes de informação utilizadas na elaboração do rating de crédito são as seguintes: partes envolvidas nos ratings, informações públicas, e informações confidenciais e de propriedade da Moody's Investors Service. A Moody's Investors Service considera a qualidade das informações disponíveis sobre o emissor ou obrigação como sendo satisfatória ao processo de atribuição do rating de crédito.

A Moody's adota todas as medidas necessárias para que as informações utilizadas na atribuição de ratings seja de qualidade suficiente e proveniente de fontes que a Moody's considera confiáveis incluindo, quando apropriado, fontes de terceiros. No entanto, a Moody's não realiza serviços de auditoria, e não pode realizar, em todos os casos, verificação ou confirmação independente das informações recebidas nos processos de rating.

Consulte a página de divulgação de ratings em [www.moody's.com](http://www.moody's.com) para obter maiores informações a respeito de conflitos de interesse potenciais.

Consulte a página de divulgação de ratings em [www.moody's.com](http://www.moody's.com) para obter informações sobre (A) os principais acionistas da MCO (com participação acima de 5%) e (B) para ter acesso a mais informações sobre relações que possam existir entre os diretores da MCO e entidades classificadas assim como (C) os nomes das entidades que têm ratings da MIS que também reportaram publicamente à Securities and Exchange Commission dos EUA uma participação na MCO acima de 5%. Um membro do conselho de administração da entidade classificada também pode ser membro do conselho de administração de um acionista da Moody's Corporation; no entanto, a Moody's não verificou esse assunto de maneira independente.

Consulte os "Símbolos e Definições de Rating da Moody's" na página de Processo de Rating no [www.moody's.com](http://www.moody's.com) para obter mais informações sobre o significado de cada categoria de rating, além da definição de default e recuperação.

Consulte a aba de ratings na página do emissor/entidade no [www.moody's.com](http://www.moody's.com) para visualizar o histórico e a última ação de rating deste emissor.

A data em que alguns Ratings foram atribuídos pela primeira vez diz respeito a uma época em que os ratings da Moody's não eram integralmente digitalizados e pode ser que os dados precisos não estejam disponíveis. Consequentemente, a

Moody's fornece uma data que acredita ser a mais confiável e precisa com base nas informações que são disponibilizadas. Consulte a página de divulgação de ratings em nosso website [www.moody's.com](http://www.moody's.com) para obter maiores informações.

Consulte o [www.moody's.com](http://www.moody's.com) para atualizações ou alterações sobre o analista líder e a entidade legal



da Moody's que emitiu o rating.

Consulte a página de divulgação de ratings em [www.moody's.com](http://www.moody's.com) para obter maiores informações a respeito de conflitos de interesse potenciais.

Consulte a página de divulgação de ratings em [www.moody's.com](http://www.moody's.com) para obter informações sobre (A) os principais acionistas da MCO (com participação acima de 5%) e (B) para ter acesso a mais informações sobre relações que possam existir entre os diretores da MCO e entidades classificadas assim como (C) os nomes das entidades que têm ratings da MIS que também reportaram publicamente à Securities and Exchange Commission dos EUA uma participação na MCO acima de 5%. Um membro do conselho de administração da entidade classificada também pode ser membro do conselho de administração de um acionista da Moody's Corporation; no entanto, a Moody's não verificou esse assunto de maneira independente.

Consulte os "Símbolos e Definições de Rating da Moody's" na página de Processo de Rating no [www.moody's.com](http://www.moody's.com) para obter mais informações sobre o significado de cada categoria de rating, além da definição de default e recuperação.

Consulte a aba de ratings na página do emissor/entidade no [www.moody's.com](http://www.moody's.com) para visualizar o histórico e a última ação de rating deste emissor.

A data em que alguns Ratings foram atribuídos pela primeira vez diz respeito a uma época em que os ratings da Moody's não eram integralmente digitalizados e pode ser que os dados precisos não estejam disponíveis. Consequentemente, a Moody's fornece uma data que acredita ser a mais confiável e precisa com base nas informações que são disponibilizadas. Consulte a página de divulgação de ratings em nosso website [www.moody's.com](http://www.moody's.com) para obter maiores informações.

Consulte o [www.moody's.com](http://www.moody's.com) para atualizações ou alterações sobre o analista líder e a entidade legal da Moody's que emitiu o rating.

Gerald Granovsky  
VP - Senior Credit Officer  
Corporate Finance Group  
Moody's Investors Service, Inc.  
250 Greenwich Street  
New York, NY 10007  
U.S.A.  
JOURNALISTS: 212-553-0376  
SUBSCRIBERS: 212-553-1653

Brian Oak  
MD - Corporate Finance  
Corporate Finance Group  
JOURNALISTS: 212-553-0376  
SUBSCRIBERS: 212-553-1653

Releasing Office:  
Moody's Investors Service, Inc.  
250 Greenwich Street  
New York, NY 10007  
U.S.A.  
JOURNALISTS: 212-553-0376  
SUBSCRIBERS: 212-553-1653



© 2012 Moody's Investors Service, Inc. and/or its licensors and affiliates (collectively, "MOODY'S"). All rights reserved.

**CREDIT RATINGS ISSUED BY MOODY'S INVESTORS SERVICE, INC. ("MIS") AND ITS AFFILIATES ARE MOODY'S CURRENT OPINIONS OF THE RELATIVE FUTURE CREDIT RISK OF ENTITIES, CREDIT COMMITMENTS, OR DEBT OR DEBT-LIKE SECURITIES, AND CREDIT RATINGS AND RESEARCH PUBLICATIONS PUBLISHED BY MOODY'S ("MOODY'S PUBLICATIONS") MAY INCLUDE MOODY'S CURRENT OPINIONS OF THE RELATIVE FUTURE CREDIT RISK OF ENTITIES, CREDIT COMMITMENTS, OR DEBT OR DEBT-LIKE SECURITIES. MOODY'S DEFINES CREDIT RISK AS THE RISK THAT AN ENTITY MAY NOT MEET ITS CONTRACTUAL, FINANCIAL OBLIGATIONS AS THEY COME DUE AND ANY ESTIMATED FINANCIAL LOSS IN THE EVENT OF DEFAULT. CREDIT RATINGS DO NOT ADDRESS ANY OTHER RISK, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO: LIQUIDITY RISK, MARKET VALUE RISK, OR PRICE VOLATILITY. CREDIT RATINGS AND MOODY'S OPINIONS INCLUDED IN MOODY'S PUBLICATIONS ARE NOT STATEMENTS OF CURRENT OR HISTORICAL FACT. CREDIT RATINGS AND MOODY'S PUBLICATIONS DO NOT CONSTITUTE OR PROVIDE INVESTMENT OR FINANCIAL ADVICE, AND CREDIT RATINGS AND MOODY'S PUBLICATIONS ARE NOT AND DO NOT PROVIDE RECOMMENDATIONS TO PURCHASE, SELL, OR HOLD PARTICULAR SECURITIES. NEITHER CREDIT RATINGS NOR MOODY'S PUBLICATIONS COMMENT ON THE SUITABILITY OF AN INVESTMENT FOR ANY PARTICULAR INVESTOR. MOODY'S ISSUES ITS CREDIT RATINGS AND PUBLISHES MOODY'S PUBLICATIONS WITH THE EXPECTATION AND UNDERSTANDING THAT EACH INVESTOR WILL MAKE ITS OWN STUDY AND EVALUATION OF EACH SECURITY THAT IS UNDER CONSIDERATION FOR PURCHASE, HOLDING, OR SALE.**

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS PROTECTED BY LAW, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO, COPYRIGHT LAW, AND NONE OF SUCH INFORMATION MAY BE COPIED OR OTHERWISE REPRODUCED, REPACKAGED, FURTHER TRANSMITTED, TRANSFERRED, DISSEMINATED, REDISTRIBUTED OR RESOLD, OR STORED FOR SUBSEQUENT USE FOR ANY SUCH PURPOSE, IN WHOLE OR IN PART, IN ANY FORM OR MANNER OR BY ANY MEANS WHATSOEVER, BY ANY PERSON WITHOUT MOODY'S PRIOR WRITTEN CONSENT. All information contained herein is obtained by MOODY'S from sources believed by it to be accurate and reliable. Because of the possibility of human or mechanical error as well as other factors, however, all information contained herein is provided "AS IS" without warranty of any kind. MOODY'S adopts all necessary measures so that the information it uses in assigning a credit rating is of sufficient quality and from sources Moody's considers to be reliable, including, when appropriate, independent third-party sources. However, MOODY'S is not an auditor and cannot in every instance independently verify or validate information received in the rating process. Under no circumstances shall MOODY'S have any liability to any person or entity for (a) any loss or damage in whole or in part caused by, resulting from, or relating to, any error (negligent or otherwise) or other circumstance or contingency within or outside the control of MOODY'S or any of its directors, officers, employees or agents in connection with the procurement, collection, compilation, analysis, interpretation, communication, publication or delivery of any such information, or (b) any direct, indirect, special, consequential, compensatory or incidental damages whatsoever (including without limitation, lost profits), even if MOODY'S is advised in advance of the possibility of such damages, resulting from the use of or inability to use, any such information. The ratings, financial reporting analysis, projections, and other observations, if any, constituting part of the information contained herein are, and must be construed solely as, statements of opinion and not statements of fact or recommendations to purchase, sell or hold any securities. Each user of the information contained herein must make its own study and evaluation of each security it may consider purchasing, holding or selling. NO WARRANTY, EXPRESS OR



IMPLIED, AS TO THE ACCURACY, TIMELINESS, COMPLETENESS, MERCHANTABILITY OR FITNESS FOR ANY PARTICULAR PURPOSE OF ANY SUCH RATING OR OTHER OPINION OR INFORMATION IS GIVEN OR MADE BY MOODY'S IN ANY FORM OR MANNER WHATSOEVER.

MIS, a wholly-owned credit rating agency subsidiary of Moody's Corporation ("MCO"), hereby discloses that most issuers of debt securities (including corporate and municipal bonds, debentures, notes and commercial paper) and preferred stock rated by MIS have, prior to assignment of any rating, agreed to pay to MIS for appraisal and rating services rendered by it fees ranging from \$1,500 to approximately \$2,500,000. MCO and MIS also maintain policies and procedures to address the independence of MIS's ratings and rating processes. Information regarding certain affiliations that may exist between directors of MCO and rated entities, and between entities who hold ratings from MIS and have also publicly reported to the SEC an ownership interest in MCO of more than 5%, is posted annually at [www.moody's.com](http://www.moody's.com) under the heading "Shareholder Relations — Corporate Governance — Director and Shareholder Affiliation Policy."

Any publication into Australia of this document is by MOODY'S affiliate, Moody's Investors Service Pty Limited ABN 61 003 399 657, which holds Australian Financial Services License no. 336969. This document is intended to be provided only to "wholesale clients" within the meaning of section 761G of the Corporations Act 2001. By continuing to access this document from within Australia, you represent to MOODY'S that you are, or are accessing the document as a representative of, a "wholesale client" and that neither you nor the entity you represent will directly or indirectly disseminate this document or its contents to "retail clients" within the meaning of section 761G of the Corporations Act 2001.

Notwithstanding the foregoing, credit ratings assigned on and after October 1, 2010 by Moody's Japan K.K. ("MJKK") are MJKK's current opinions of the relative future credit risk of entities, credit commitments, or debt or debt-like securities. In such a case, "MIS" in the foregoing statements shall be deemed to be replaced with "MJKK". MJKK is a wholly-owned credit rating agency subsidiary of Moody's Group Japan G.K., which is wholly owned by Moody's Overseas Holdings Inc., a wholly-owned subsidiary of MCO.

This credit rating is an opinion as to the creditworthiness of a debt obligation of the issuer, not on the equity securities of the issuer or any form of security that is available to retail investors. It would be dangerous for retail investors to make any investment decision based on this credit rating. If in doubt you should contact your financial or other professional adviser.



Data de Publicação: 15 de fevereiro de 2012

#### Comunicado à Imprensa

## Standard & Poor's atribui rating 'brAAA' à futura emissão de debêntures da Brasil Telecom S.A.

Analistas: Luísa Vilhena, São Paulo 55-11-3039-9727, [luisa\\_vilhena@standardandpoors.com](mailto:luisa_vilhena@standardandpoors.com); Rafaela Vitoria, CFA, São Paulo, 55-11-3039-9761, [rafaela\\_vitoria@standardandpoors.com](mailto:rafaela_vitoria@standardandpoors.com)

SÃO PAULO (Standard & Poor's) 15 de fevereiro de 2012 – A Standard & Poor's Ratings Services atribuiu hoje o rating 'brAAA' à futura emissão de debêntures, no valor de R\$ 2 bilhões, a ser realizada pela **Brasil Telecom S.A.** ("BRT"). A empresa utilizará os recursos desta emissão para refinarar vencimentos de dívida existentes, realização de investimentos e/ou reforço de capital de giro.

A BRT é a operadora da região II e faz parte integral do grupo Telemar. Portanto, os ratings da empresa são os mesmos atribuídos ao grupo. Os ratings da Telemar refletem a sua posição de mercado dominante no setor brasileiro de telecomunicações, com uma diversificação de receitas entre os segmentos de telefonia fixa, móvel e banda larga; e sua resultante forte geração de fluxo de caixa. O setor, no entanto, enfrenta elevada concorrência, especialmente com a tendência de migração do tráfego de fixo para móvel, o que poderia levar a uma redução nos lucros operacionais, mesmo com o aumento da base de assinantes e dos minutos de uso por cliente (MOU).

O grupo está esperando a aprovação dos acionistas para a proposta de reorganização societária, prevista para o dia 27 de fevereiro próximo. Esperamos que a reestruturação traga melhorias à governança corporativa do grupo e economias adicionais de custos.

### Artigos Relacionados

- *Holding Company Analysis*, 11 de junho de 2009.
- *Business Risk/Financial Risk Matrix Expanded*, 27 de maio de 2009.
- *2008 Corporate Ratings Criteria*, 15 de abril de 2008.

#### LISTA DE RATINGS

##### Brasil Telecom S.A.

##### Novo Rating de Emissão

Futura emissão de debêntures no valor de R\$ 2 bilhões

brAAA

Copyright© 2012 pela Standard & Poor's Financial Services LLC (S&P) Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta informação pode ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma ou nem meio, nem armazenado em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da S&P. A S&P, suas afiliadas e/ou seus provedores externos detêm direitos de propriedade exclusivos sobre a informação, incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito. Esta informação não deverá ser utilizada para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem suas afiliadas, nem seus provedores externos garantem a exatidão, completude, tempestividade ou disponibilidade de qualquer informação. A S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões, independentemente da causa, ou pelos resultados obtidos mediante o uso de tal informação. A S&P, SUAS AFILIADAS E SEUS PROVEDORES EXTERNOS ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, ENTRE OUTRAS, QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZAÇÃO, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO ESPECÍFICO. Em nenhuma circunstância, deverão a S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos e seus diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes ser responsabilizados por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais, ou consequentes (incluindo-se, entre outras, perda de renda ou lucros cessantes e custos de oportunidade) com relação a qualquer uso da informação aqui contida, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Os ratings e as análises creditícias da S&P e de suas afiliadas e as observações aqui contidas são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos ou recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento. Após sua publicação, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar a informação. Os



usuários da informação aqui contida não deverão nela se basear ao tomar qualquer decisão de investimento. As opiniões da S&P e suas análises não abordam a adequação de quaisquer títulos. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz uma auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (due diligence) ou de verificação independente de qualquer informação que receba. A fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades, a S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas de outras. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter o sigilo de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P Ratings Services pode receber remuneração por seus ratings e análises creditícias, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus sites na Web, [www.standardandpoors.com](http://www.standardandpoors.com) / [www.standardandpoors.com.mx](http://www.standardandpoors.com.mx) / [www.standardandpoors.com.ar](http://www.standardandpoors.com.ar) / [www.standardandpoors.com.br](http://www.standardandpoors.com.br), [www.ratingsdirect.com](http://www.ratingsdirect.com) e [www.globalcreditportal.com](http://www.globalcreditportal.com) (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em [www.standardandpoors.com/usratingsfees](http://www.standardandpoors.com/usratingsfees).

*The McGraw-Hill Companies*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



- 
- DECLARAÇÃO DA EMISSORA, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**DECLARAÇÃO DA EMISSORA  
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

**BRASIL TELECOM S.A.**, companhia aberta, registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sob o código 11312, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Polidoro, nº 99, 5º andar, parte, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF) sob o n.º 76.535.764/0001-43, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Companhia”), na qualidade de emissora de 200.000 (duzentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, para distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação, de sua 9ª emissão, sendo a 7ª emissão pública, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, perfazendo o valor total de até R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) na data de emissão, sem considerar as debêntures suplementares que venham a ser emitidas nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”) e as debêntures adicionais que venham a ser emitidas nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400 (“Emissão” ou “Oferta” e “Debêntures”, respectivamente), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, declarar que (a) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição; (b) as informações constantes do prospecto preliminar da Oferta (“Prospecto Preliminar”) e que venham a integrar o prospecto definitivo da Oferta (“Prospecto Definitivo”), em conjunto com as informações constantes do formulário de referência da Emissora, elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, e arquivado na CVM pela Emissora (“Formulário de Referência”), são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (c) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, juntamente com o Formulário de Referência, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, das Debêntures, da Companhia, de suas atividades, de sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e (d) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2012.

**BRASIL TELECOM S.A.**

Nome:

Cargo:

**Tarso Rebello**  
Diretor de Controladoria

Nome:

Cargo:

Alex Waldemar Zornig  
Diretor de Finanças e  
Relações com Investidores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



- 
- DECLARAÇÃO DA EMISSORA, PARA FINS DO ANEXO II, ITEM Nº 11, DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**DECLARAÇÃO**  
**PARA FINS DO ANEXO II, ITEM Nº 11 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

**Brasil Telecom S.A.**, companhia aberta, registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sob o código 11312, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Polidoro, nº 99, 5º andar, parte, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (“CNPJ/MF”) sob o n.º 76.535.764/0001-43, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Companhia”), no âmbito da 9ª (nona) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública, da Brasil Telecom S.A., sendo a 7ª (sétima) emissão pública, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”) vem, para os fins da declaração prevista no Anexo II, item nº 11 da Instrução CVM 400, declarar que se encontra devidamente registrada como companhia aberta perante a CVM e que o registro de companhia aberta se encontra devidamente atualizado.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2012.

**BRASIL TELECOM S.A.**

Nome:

Cargo:

**Tarso Rebello**  
**Diretor de Controladoria**

Nome:

Cargo:

Alex Waldemar Zornig  
Diretor de Finanças e  
Relações com Investidores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



- 
- DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER  
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

**BANCO ITAÚ BBA S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400, 4º andar (parte), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de instituição líder ("Coordenador Líder") da oferta pública de distribuição de debêntures da Brasil Telecom S.A. ("Companhia"), em até duas séries, da espécie quirografária, em regime de garantia firme de liquidação ("Debêntures"), da 9ª emissão da Companhia ("Oferta"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar o quanto segue:

**DECLARAÇÃO**

Considerando que:

- (i) a Companhia e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (ii) tendo em vista a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica pelos assessores legais na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em janeiro de 2012, a qual prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo");
- (iii) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos nos termos do Pronunciamento IBRACON NPA Nº 12, de 7 de março de 2006, com relação ao prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo;
- (iv) a Companhia disponibilizou os documentos que considera relevantes para a Oferta;
- (v) além dos documentos a que se refere o item (iv) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia;
- (vi) conforme informações prestadas pela Companhia, para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, todos os documentos e informações considerados relevantes sobre os negócios da Companhia foram disponibilizados, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e



(vii) a Companhia e o Coordenador Líder, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e através de seus assessores legais.

O Coordenador Líder declara que tomou cautela e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que:

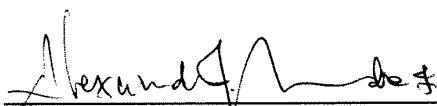
- (i) as informações prestadas pela Companhia são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (ii) as informações prestadas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia, que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

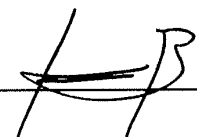
O Coordenador Líder ainda declara que:

- (i) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas datas de divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Companhia, de suas atividades, de situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (ii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 400.

São Paulo, 6 de fevereiro de 2012.

**BANCO ITAÚ BBA S.A.**

  
Nome: Alexandre Aoude  
Cargo: Diretor Executivo

  
Nome: João De Biase  
Cargo: Diretor



- 
- INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PRO FORMA REFERENTE AO BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## ***Brasil Telecom S.A.***

*Informações Financeiras Pro Forma Referentes  
ao Balanço Patrimonial Levantado em 30 de  
Setembro de 2011 e às Demonstrações dos  
Resultados Referentes ao Período de Nove Meses  
Findo em 30 de Setembro de 2011 e ao Exercício  
Findo em 31 de Dezembro de 2010 e Relatório de  
Asseguração Limitada dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Deloitte Touche Tohmatsu  
Av. Presidente Wilson, 231 – 22º  
25º e 26º andares  
Rio de Janeiro – RJ – 20030-905  
Brasil

Tel: + 55 (21) 3981-0500  
Fax: + 55 (21) 3981-0600  
[www.deloitte.com.br](http://www.deloitte.com.br)

## RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
Brasil Telecom S.A.  
Rio de Janeiro – RJ

Revisamos o processo de compilação, elaboração e formatação das Informações Financeiras *Pro Forma* da Brasil Telecom S.A. e controladas (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial *pro forma* em 30 de setembro de 2011 e as demonstrações dos resultados *pro forma* referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, preparados de acordo com as bases e critérios descritos na Nota 1 – Base de Apresentação das Informações Financeiras *Pro Forma* Não Auditadas e Nota 2 – Tratamento Contábil da Reorganização Societária, respectivamente.

As Informações Financeiras *Pro Forma* foram compiladas, elaboradas e formatadas unicamente para ilustrar como os aspectos relevantes da Reorganização Societária da Companhia mediante a incorporação de ações da Telemar Norte Leste S.A. (anteriormente controladora da Coari Participações S.A.) pela Coari Participações S.A. (anteriormente controladora da Companhia) e as incorporações da Coari Participações S.A. e da Tele Norte Leste Participações S.A. (anteriormente controladora da Telemar Norte Leste S.A.) pela Companhia, poderiam ter afetado a sua posição patrimonial e financeira em 30 de setembro de 2011 e os resultados consolidados das suas operações para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, considerando as demonstrações financeiras consolidadas históricas da Companhia e da Tele Norte Leste Participações S.A. para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, revisadas e auditadas, respectivamente. Em virtude de sua natureza, a compilação das Informações Financeiras *Pro Forma* apresenta uma situação hipotética e, consequentemente, não representa efetivamente a posição patrimonial e financeira consolidada e os resultados consolidados das operações da Companhia caso a incorporação de ações da Telemar Norte Leste S.A. e incorporações da Coari Participações S.A. e da Tele Norte Leste Participações S.A. tivessem, de fato, ocorrido em 1º de janeiro de 2010.

### **Responsabilidade da Administração da Companhia pelo processo de compilação, elaboração e formatação das Informações Financeiras *Pro Forma***

A Administração da Companhia é responsável pelo processo de compilação, elaboração e formatação das Informações Financeiras *Pro Forma*, de acordo com as bases e critérios descritos na Nota 1 – Base de Apresentação das Informações Financeiras *Pro Forma* Não Auditadas e Nota 2 – Tratamento Contábil da Reorganização Societária, respectivamente.

“Deloitte” refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido “Deloitte Touche Tohmatsu Limited” e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente e legalmente separada. Acesse [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

© Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.





Deloitte Touche Tohmatsu

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é revisar se o processo de compilação, elaboração e formatação das Informações Financeiras *Pro Forma*, implementado pela Administração da Companhia, é adequado para elaboração de referidas informações de acordo com as bases e critérios descritos na Nota 1 – Base de Apresentação das Informações Financeiras *Pro Forma* Não Auditadas e Nota 2 – Tratamento Contábil da Reorganização Societária, respectivamente.

Nossa revisão foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de asseguarção (NBC TO 3000 – Trabalho de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão e ISAE 3000 – *Assurance Engagements Other Than Audits or Reviews of Historical Financial Information*, respectivamente), e consistiu, principalmente em: (a) obtenção de entendimento sobre o processo de compilação, elaboração e formatação das Informações Financeiras *Pro Forma* implementado pela Administração da Companhia; (b) comparação das informações financeiras históricas apresentadas em colunas nas Informações Financeiras *Pro Forma* com aquelas que constam das demonstrações financeiras revisadas/auditadas da Companhia e da Tele Norte Leste Participações S.A.; e (c) discussão com a Administração da Companhia para entendimento dos ajustes procedidos na preparação das Informações Financeiras *Pro Forma*. Os procedimentos executados nessa revisão foram considerados suficientes para permitir um nível de asseguarção limitada e não contemplam aqueles que poderiam ser requeridos para fornecer um nível de asseguarção mais elevado e, conseqüentemente, não expressamos opinião sobre o processo de compilação, elaboração e formatação das Informações Financeiras *Pro Forma*.

### Conclusão


Com base nos procedimentos acima descritos, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que o processo de compilação, elaboração e formatação das Informações Financeiras *Pro Forma* implementado pela Administração da Companhia não seja adequado de acordo com as bases e critérios descritos na Nota 1 – Base de Apresentação das Informações Financeiras *Pro Forma* Não Auditadas e Nota 2 – Tratamento Contábil da Reorganização Societária, respectivamente.

### Outros assuntos

Este relatório foi emitido exclusivamente para atendimento às exigências decorrentes do processo de Registro de Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, da 9ª emissão da Brasil Telecom S.A. e não deve ser utilizado para nenhum outro propósito.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2012

Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

  
Marco Antonio Brandão Simurro  
Contador  
CRC nº 1 RJ 052000/O-0



BRASIL TELECOM S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL PRO FORMA NÃO AUDITADO  
LEVANTADO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011  
(Valores em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Brasil Telecom	Alocação do preço de compra da Brasil Telecom (nota 2.2)	Bonificação de ações (nota 2.3)	Reorganização Societária (nota 2.2)	Brasil Telecom <i>Pro forma</i>
<b>Passivo circulante</b>					
Obrigações sociais e trabalhistas	143	-	-	242	385
Fornecedores	1.506	-	-	2.373	3.879
Empréstimos e financiamentos	1.055	-	-	3.526	4.581
Instrumentos financeiros derivativos	39	-	-	182	221
Imposto de renda e contribuição social a pagar	173	-	-	382	555
Outros tributos	1.205	-	-	570	1.775
Dividendos e juros sobre capital próprio	56	-	-	164	220
Autorizações e concessões a pagar	123	-	-	259	382
Programa de refinanciamento fiscal	36	-	-	67	103
Provisão para fundos de pensão	63	-	-	-	63
Provisões	1.295	-	-	524	1.819
Demais obrigações	<u>1.926</u>	-	<u>(762)</u>	<u>(229)</u>	<u>935</u>
Total do passivo circulante	7.620	-	(762)	8.060	14.918
<b>Passivo não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	4.633	-	-	18.475	23.108
Instrumentos financeiros e derivativos	-	-	-	208	208
Tributos diferidos a recolher	-	2.871	-	9	2.880
Outros tributos	597	-	-	1.101	1.698
Autorizações e concessões a pagar	526	-	-	865	1.391
Programa de refinanciamento fiscal	412	-	-	675	1.087
Provisão para fundos de pensão	546	-	-	-	546
Provisões	3.221	-	-	1.941	5.162
Demais obrigações	<u>349</u>	-	-	<u>406</u>	<u>755</u>
Total passivo não circulante	<u>10.284</u>	<u>2.871</u>	-	<u>23.680</u>	<u>36.835</u>
<b>Patrimônio líquido</b>	<u>10.700</u>	<u>9.965</u>	-	<u>4.517</u>	<u>25.182</u>
<b>TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO</b>					
<b>LÍQUIDO</b>	<u>28.604</u>	<u>12.836</u>	<u>(762)</u>	<u>36.257</u>	<u>76.935</u>

As notas explicativas são parte integrante dessas informações financeiras *pro forma*.



BRASIL TELECOM S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PRO FORMA NÃO AUDITADA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
(Valores em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Brasil Telecom	Alocação do preço de compra da Brasil Telecom (nota 2.2)	Reorganização Societária (nota 2.2)	Brasil Telecom <i>Pro forma</i>
Receita de vendas e/ou serviços	10.263	-	19.216	29.479
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(4.732)	(3.022)	(8.885)	(16.639)
Lucro bruto	5.531	(3.022)	10.331	12.841
Receitas (despesas) operacionais:				
Despesas com vendas	(1.025)	-	(3.861)	(4.886)
Despesas gerais e administrativas	(1.539)	-	(1.251)	(2.790)
Outras receitas operacionais	524	-	808	1.332
Outras despesas operacionais	(1.032)	(48)	(1.319)	(2.399)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	2.459	(3.070)	4.708	4.097
Receita financeira	979	-	950	1.929
Despesa financeira	(1.060)	-	(3.301)	(4.361)
Resultado financeiro	(81)	-	(2.351)	(2.432)
Lucro antes das tributações	2.378	(3.070)	2.357	1.666
Imposto de renda e contribuição social:				
Corrente	(149)	-	(539)	(688)
Diferido	(258)	1.044	(14)	772
	(407)	1.044	(553)	84
Lucro líquido	1.971	(2.026)	1.804	1.749
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	1.971	(2.026)	1.804	1.749
Lucro líquido atribuído às ações ordinárias - básico e diluído				571
Lucro líquido atribuído às ações preferenciais - básico e diluído				1.178
Média ponderada das ações em circulação (nota 3)				
Ações ordinárias - básico				574.360.762
Ações ordinárias - diluído				587.294.042
Ações preferenciais - básico				1.198.077.775
Ações preferenciais - diluído				1.202.547.012
Lucro por ação - R\$ (nota 3)				
Ações ordinárias - básico				0,99
Ações ordinárias - diluído				0,97
Ações preferenciais - básico				0,99
Ações preferenciais - diluído				0,98

As notas explicativas são parte integrante dessas informações financeiras *pro forma*.



**BRASIL TELECOM S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PRO FORMA NÃO AUDITADA  
PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011**  
(Valores em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Brasil Telecom	Alocação do preço de compra da Brasil Telecom (nota 2.2)	Reorganização Societária (nota 2.2)	Brasil Telecom <i>Pro forma</i>
Receita de vendas e/ou serviços	7.007	-	13.942	20.949
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(3.424)	(1.768)	(6.886)	(12.078)
Lucro bruto	3.583	(1.768)	7.056	8.871
Receitas (despesas) operacionais:				
Despesas com vendas	(843)	-	(2.874)	(3.717)
Despesas gerais e administrativas	(1.071)	-	(1.137)	(2.208)
Outras receitas operacionais	459	-	935	1.394
Outras despesas operacionais	(814)	(6)	(850)	(1.670)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	1.314	(1.774)	3.130	2.670
Receita financeira	965	-	742	1.707
Despesa financeira	(1.002)	-	(2.786)	(3.788)
Resultado financeiro	(37)	-	(2.044)	(2.081)
Lucro antes das tributações	1.277	(1.774)	1.086	589
Imposto de renda e contribuição social:				
Corrente	(190)	-	(384)	(574)
Diferido	(222)	604	(12)	370
	(412)	604	(396)	(204)
Lucro líquido	865	(1.170)	690	385
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	865	(1.170)	690	385
Lucro líquido atribuído às ações ordinárias -básico e diluído				126
Lucro líquido atribuído às ações preferenciais - básico e diluído				259
Média ponderada das ações em circulação (nota 3)				
Ações ordinárias - básico				574.360.762
Ações ordinárias - diluído				587.294.042
Ações preferenciais - básico				1.198.077.775
Ações preferenciais - diluído				1.202.547.012
Lucro por ação - R\$ (nota 3)				
Ações ordinárias - básico				0,22
Ações ordinárias - diluído				0,21
Ações preferenciais - básico				0,22
Ações preferenciais - diluído				0,22

As notas explicativas são parte integrante dessas informações financeiras *pro forma*.



## BRASIL TELECOM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PRO FORMA NÃO AUDITADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011  
(Valores em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 1. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PRO FORMA NÃO AUDITADAS

As informações financeiras *pro forma* não auditadas da Brasil Telecom S.A. (“Companhia”) aqui apresentadas baseiam-se nas demonstrações financeiras consolidadas históricas auditadas da Companhia e da Tele Norte Leste Participações S.A. (“TNL”) de 31 de dezembro de 2010, elaboradas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” emitidos pelo IASB - “*International Accounting Standards Board*” e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e nas informações financeiras intermediárias consolidadas históricas não auditadas da Companhia e da TNL do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, preparadas de acordo com o *International Accounting Standard* (IAS) nº 34 – *Interim Financial Reporting* e com o Pronunciamento Técnico CPC nº 21 – Demonstração Intermediária.

As Informações Financeiras *Pro Forma* foram compiladas, elaboradas e formatadas unicamente para ilustrar como os aspectos relevantes da Reorganização Societária da Companhia mediante a incorporação de ações da Telemar Norte Leste S.A. (atual controladora da Coari Participações S.A.) pela Coari Participações S.A. (atual controladora da Companhia) e as incorporações da Coari Participações S.A. e da Tele Norte Leste Participações S.A. (atual controladora da Telemar Norte Leste S.A.) pela Companhia, poderiam ter afetado a sua posição patrimonial e financeira em 30 de setembro de 2011 e os resultados consolidados das suas operações para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, considerando as demonstrações financeiras consolidadas históricas da Companhia e da Tele Norte Leste Participações S.A. para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, revisadas e auditadas, respectivamente.

Estas informações financeiras *pro forma* não auditadas estão sendo apresentadas exclusivamente para atendimento às exigências decorrentes do processo de registro de Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, da 9ª emissão da Companhia e com o objetivo de ilustrar como os aspectos relevantes da Reorganização Societária da Companhia mediante a incorporação de ações da Telemar Norte Leste S.A. (“TMAR”, atual controladora da Coari Participações S.A.) pela Coari Participações S.A. (“COARI”, atual controladora da Companhia) e as incorporações da COARI e da TNL (atual controladora da TMAR) pela Companhia (“Reorganização Societária”), poderiam ter afetado a sua posição patrimonial e financeira em 30 de setembro de 2011 e os resultados consolidados das suas operações para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e não deve ser utilizado para nenhum outro propósito.



Brasil Telecom S.A.

Estas informações financeiras *pro forma* não auditadas foram compiladas utilizando as demonstrações financeiras consolidadas históricas da Companhia e da TNL e devem ser lidas em conjunto com e interpretadas levando-se em conta as seguintes informações:

- As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, auditadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, cujo relatório dos auditores independentes, datado de 18 de março de 2011, não contém ressalva.
- As informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, não auditadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, revisadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente), cujo relatório de revisão especial, datado de 25 de outubro de 2011, não contém ressalva.
- As demonstrações financeiras consolidadas auditadas da TNL para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, auditadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, cujo relatório dos auditores independentes, datado de 18 de março de 2011, não contém ressalva.
- As informações financeiras intermediárias consolidadas da TNL contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, não auditadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, revisadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente), cujo relatório de revisão especial, datado de 27 de outubro de 2011, não contém ressalva.

As informações financeiras *pro forma* não auditadas são baseadas nas estimativas e premissas descritas na Nota 2 – Tratamento Contábil da Reorganização Societária e refletem os impactos *pro forma* da Reorganização Societária como se tivesse sido consumada em 1º de janeiro de 2010. Essas informações não foram preparadas de acordo com as regras estabelecidas por qualquer órgão regulador.

As informações financeiras *pro forma* não auditadas foram compiladas e formatadas exclusivamente para fins informativos e não devem ser interpretadas como a posição patrimonial consolidada e os resultados das operações consolidados efetivos da Companhia ou utilizadas como indicativo de resultados financeiros futuros consolidados da Companhia ou como base para cálculo dos dividendos ou para outros fins. As informações financeiras *pro forma* não auditadas também não devem ser consideradas representativas da posição patrimonial consolidada ou dos resultados das operações consolidados da Companhia se a Reorganização Societária tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2010.



## 2. TRATAMENTO CONTÁBIL DA REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

No dia 24 de maio de 2011, a Companhia divulgou um fato relevante no qual anunciou a aprovação pela assembleia geral anterior de suas controladoras Telemar Participações S.A., controladora indireta da Companhia, de instruções à sua administração e às administrações da COARI, controladora direta da Companhia, da TMAR e da TNL, suas controladoras indiretas, para a realização de estudos e a adoção das providências necessárias para implementar uma reorganização societária que compreenda as operações a seguir relacionadas nas notas 2.1 a 2.3. Está previsto se que a cisão e a permuta de ações, a incorporação da COARI e a incorporação da TNL sejam concluídas simultaneamente e que cada operação seja condicionada à aprovação e à implementação das outras.

### 2.1. Cisão e Troca de Ações

A cisão e a troca de ações serão a primeira medida da reorganização societária. No dia 26 de agosto de 2011, os conselhos de administração da COARI e da TMAR aprovaram a cisão e a permuta de ações de acordo com a legislação brasileira, em que (1) a TMAR transferirá as suas ações da COARI à própria COARI, (2) a COARI assumirá uma parcela do passivo da TMAR, que passará a ser de responsabilidade solidária da TMAR e da COARI ou obrigações da COARI garantidas pela TMAR, (3) a COARI emitirá uma ação ordinária e/ou uma ação preferencial aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da TMAR (diferentes de ações de detentores que exercem seus direitos de retirada com relação a essas ações) por cada uma de suas ações ordinárias e preferenciais da TMAR, respectivamente, e (4) a COARI reterá as ações da TMAR permutadas pelas ações da COARI e, consequentemente, a TMAR tornar-se-á uma subsidiária integral da COARI.

A TNL e a COARI contabilizarão a cisão e troca de ações com base no transporte de ativos e passivos da TMAR e da dívida que será transferida da TMAR para a COARI. Como consequência dessa operação, a TMAR tornar-se-á uma controlada integral da COARI. Essa fase da reorganização societária não impactará as demonstrações financeiras da Companhia.

### 2.2. Incorporação da COARI e Incorporação da TNL

A incorporação da COARI será a segunda medida da reorganização societária proposta. No dia 26 de agosto de 2011, os conselhos de administração da Companhia e da COARI aprovaram a incorporação da COARI, em que:

- A COARI é incorporada pela Companhia como empresa incorporadora;
- Todas as ações da Companhia emitidas e em circulação detidas pela COARI e todas as ações da COARI em tesouraria serão canceladas;
- Cada ação ordinária da COARI emitida e em circulação (exceto eventuais ações ordinárias detidas por acionistas que exerçam os seus direitos de retirada em relação a essas ações ordinárias) serão automaticamente convertidas em 5,1149 ações ordinárias da Companhia, mais dinheiro em vez de ações fracionadas, sem nenhuma outra providência;





Brasil Telecom S.A.

- Cada ação preferencial da COARI emitida e em circulação (exceto eventuais ações preferenciais detidas por acionistas que exerçam os seus direitos de retirada em relação a essas ações preferenciais) será automaticamente convertidas em 0,3904 ações ordinárias e 4,0034 ações preferenciais da Companhia, mais dinheiro em vez de ações fraccionadas, sem nenhuma outra providência;
- COARI deixará de existir; e
- A TMAR tornar-se-á uma controlada integral da Companhia.

No dia 18 de janeiro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia realizou uma reunião extraordinária durante a qual aprovou o Primeiro Adendo ao Contrato de Incorporação da COARI. No dia 18 de janeiro de 2012, os diretores executivos da Companhia e da COARI foram autorizados a assinar o Primeiro Adendo ao Contrato de Incorporação da COARI.

A incorporação da TNL será a terceira medida da reorganização societária proposta. No dia 26 de agosto de 2011, os conselhos de administração da Companhia e da TNL aprovaram a incorporação da TNL, em que:

- A TNL é incorporada pela Companhia como empresa incorporadora;
- Todas as ações da TNL em tesouraria antes da sua incorporação serão canceladas e todas as ações da Companhia emitidas e em circulação detidas pela TNL serão canceladas, exceto 24.647.867 ações ordinárias da Companhia que são mantidas em tesouraria pela própria Companhia;
- Cada ação ordinária da TNL emitida e em circulação (exceto eventuais ações ordinárias detidas por acionistas que exerçam os seus direitos de retirada em relação a essas ações ordinárias) serão automaticamente convertidas em 2,3122 ações ordinárias da Companhia, mais dinheiro em vez de ações fraccionadas, sem nenhuma outra providência;
- Cada ação preferencial da TNL emitida e em circulação (incluindo eventuais ações preferenciais representadas pelos American Depositary Shares – “ADS” da TNL) será automaticamente convertidas em 0,1879 ações ordinárias e 1,9262 ações preferenciais da Companhia, mais dinheiro em vez de ações fraccionadas, sem nenhuma outra providência;
- Os detentores de ADS da TNL receberão, sujeitos ao procedimentos aqui descritos, 0,1879 ADS ordinários e 0,6420 ADS preferenciais da Companhia por cada ADS da TNL detido, mais dinheiro em vez de frações de ADS ordinários e ADS preferenciais da Companhia; e
- TNL deixará de existir.





Brasil Telecom S.A.

No dia 17 de janeiro de 2012, o Conselho de Administração da TNL realizou uma reunião extraordinária durante a qual aprovou o Primeiro Adendo ao Contrato de Incorporação da TNL. No dia 18 de janeiro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia realizou uma reunião extraordinária durante a qual aprovou o Primeiro Adendo ao Contrato de Incorporação da TNL. No dia 18 de janeiro de 2012, os diretores executivos da Companhia e da TNL foram autorizados a assinar o Primeiro Adendo ao Contrato de Incorporação da TNL.

Na atual estrutura, a COARI é a controladora da Companhia e a TNL é a controladora da TMAR, da COARI e da Companhia. A incorporação da COARI e a incorporação da TNL constituirão reorganizações das entidades sob controle comum. Como consequência, essas incorporações serão contabilizadas ao custo histórico, sendo que as demonstrações financeiras da Companhia registrarão os valores contábeis históricos dos ativos e dos passivos da TNL, da TMAR e da COARI na data da reorganização.

Os valores contábeis históricos da COARI refletem a aquisição contábil registrada de acordo com o IFRS 3(R), “Combinações de negócios”, a qual requer que 100% dos ativos identificáveis adquiridos, passivos assumidos e participações minoritárias nas controladas da Companhia sejam registradas pelos seus valores justos em 8 de janeiro de 2009, data em que a TNL adquiriu o controle da Companhia. As demonstrações financeiras históricas da Companhia não serão reapresentadas de forma a contabilizar os efeitos da reorganização em base retroativa. Após a conclusão das incorporações, a TMAR tornar-se-á uma controlada integral da Companhia e a TNL e a COARI deixarão de existir.

### 2.3. Ajuste de dividendo e resgate de ações

Antes da conclusão da reorganização societária, a Companhia imitará novas ações preferenciais recém-criadas distribuídas a todos os seus acionistas, resgatando simultaneamente essas ações em dinheiro. Em conexão com esse resgate, a Companhia prevê o pagamento de cerca de R\$1.502 milhões, proporcionalmente distribuídos entre todos os seus acionistas. Em 30 de setembro de 2011, a Companhia registrou uma obrigação nesse valor nas suas demonstrações financeiras históricas. O ajuste *pro forma* em 30 de setembro de 2011 representa o pagamento em espécie de R\$762 milhões aos acionistas minoritários da Companhia, uma vez que esse caixa não permanecerá na Companhia em virtude da incorporação da COARI.

## 3. LUCRO POR AÇÃO

A quantidade média ponderada básica *pro forma* de ações em circulação foi estimada considerando as ações a emitir pela Companhia em conexão com a reorganização societária, com base nas relações de substituição para cada classe das ações ordinárias e preferenciais da Companhia, conforme descrito na Nota 2.2. – Incorporação da COARI e Incorporação da TNL, no pressuposto que essas ações estarão em circulação a partir de 1º de janeiro de 2010 e 1º de janeiro de 2011, conforme o caso.



Brasil Telecom S.A.

A quantidade média ponderada diluída *pro forma* de ações em circulação foi estimada (1) considerando as ações a emitir pela Companhia em conexão com a reorganização societária, com base nas relações de substituição para cada classe das ações ordinárias e preferenciais da Companhia, conforme descrito na Nota 2.2. – Incorporação da COARI e Incorporação da TNL, no pressuposto que essas ações estarão em circulação a partir de 1º de janeiro de 2010 e 1º de janeiro de 2011, conforme o caso, e (2) o efeito potencialmente dilutivo das opções da TNL, que deverão migrar para o plano de opção de compra de ações da Companhia utilizando as mesmas relações de substituição descritas no item (1) acima.

#### 4. DIREITOS DE RETIRADA

Conforme descrito na Nota 2.1 – Cisão e Troca de Ações e na Nota 2.2. – Incorporação da COARI e Incorporação da TNL, a cisão e a permuta de ações e a incorporação da TNL darão direitos de retirada a certos acionistas minoritários detentores de ações da TNL e da TMAR, em conexão com a reorganização societária. Devido a incertezas em relação ao exercício dos direitos de retirada por esses acionistas minoritários, a Companhia entende que um ajuste *pro forma* destinado a refletir o eventual exercício desses direitos não é suportado por fatos e, por conseguinte, não foi incluído nas presentes informações financeiras *pro forma*.

#### 5. EVENTO SUBSEQUENTE

A Companhia, em conjunto com a TNL, TMAR e COARI, divulgou fato relevante em 27 de fevereiro de 2012, referente à realização de assembleias gerais de acionistas da Companhia, TNL, TMAR e COARI em 27 de fevereiro de 2012, nas quais foi aprovada a Reorganização Societária proposta, no formato mencionado na Nota 2.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**EMISSORA**

**OI S.A.**

**(nova denominação da Brasil Telecom S.A.)**

Rua General Polidoro, nº 99, 5º andar, Rio de Janeiro - RJ

**COORDENADOR LÍDER**

**BANCO ITAÚ BBA S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 3º ao 8º andar, São Paulo - SP

**COORDENADOR**

**BB - BANCO DE INVESTIMENTO S.A.**

Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, Rio de Janeiro - RJ

**COORDENADOR**

**BANCO BRADESCO BBI S.A.**

Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar, São Paulo - SP